

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VANUSA RUAS FREIRE VIANA

O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da participação de atores escolares na gestão e execução de programas em escolas municipais de Belo Campo - BA

São Paulo
2023

VANUSA RUAS FREIRE VIANA

O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da participação de atores escolares na gestão e execução de programas em escolas municipais de Belo Campo - BA

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação.

Linha de Pesquisa: Política, gestão, financiamento e avaliação da educação.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

R RUAS FREIRE VIANA, VANUSA
efeitos da participação de atores escolares na
gestão e execução de programas em escolas municipais
de Belo Campo - BA / VANUSA RUAS FREIRE VIANA;
orientador Rubens Barbosa de Camargo. -- São Paulo,
2023.
228 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação
Estado, Sociedade e Educação) -- Faculdade de
Educação, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Ações Agregadas. 2. Discurso. 3. Gestão
Democrática. 4. Poder. 5. Sistema PDDE Interativo..
I. Barbosa de Camargo, Rubens, orient. II. Título.

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas:** efeitos da participação de atores escolares na gestão e execução de programas em escolas municipais de Belo Campo - BA. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Área de Concentração: Estado Sociedade e Educação. Linha de Pesquisa: Política, gestão, financiamento e avaliação da educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Rubens Barbosa de Camargo (Orientador)
Universidade de São Paulo – USP
Julgamento: _____

Professora Doutora Nalú Farenzena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Julgamento: _____

Professor Doutor Thiago Alves
Universidade Federal de Goiás – UFG
Julgamento: _____

Professora Doutora Sandra Márcia Campos Pereira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Julgamento: _____

Professora Doutora Denise Carreira Soares
Universidade de São Paulo – USP
Julgamento: _____

Dedico esta Tese ao meu pai **Florisvaldo Santos Freire (*In memoriam*)**, às minhas mães **Ana Francisca Ruas Freire** e **Almezina dos Santos Prazer (*In memoriam*)**, nordestino e nordestinas, que brilhantemente me inspiraram e contribuíram com a formação da mulher amorosa, forte e resiliente que me tornei.

Aos meus familiares e amigos que perderam suas vidas durante a Pandemia de Covid-19, que assolou o mundo no período final de produção deste trabalho, em especial, à **Ajaques Biron Ferraz de Oliveira (*In memoriam*)**.

A todas as mulheres que são vítimas das práticas patriarcais que ainda imperam em nossa sociedade e, mesmo diante dos desafios, continuam lutando pela igualdade social, política e econômica entre os sexos.

AGRADECIMENTOS

O resultado deste trabalho é reflexo da troca de conhecimento com as diversas pessoas que cruzaram minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional nos últimos anos. Diante da grandiosidade da USP, acessar esse lugar como doutoranda sempre me pareceu algo inalcançável, principalmente para quem vem de uma pequena cidade do interior do Nordeste, como no meu caso. Para que isso acontecesse foi essencial o apoio incondicional de determinadas pessoas, para que eu pudesse não somente ingressar, mas permanecer firme nas vivências da USP e na busca pelos meus objetivos, residindo temporariamente em uma cidade e em ambientes tão diversos ao que usualmente estava acostumada. Neste momento, seria impossível negar a contribuição de cada um para este grande acontecimento da minha vida, me tornar Doutora em Educação.

Agradeço de forma muito especial ao meu Orientador Dr. Rubens Barbosa de Camargo pela credibilidade em meu projeto de pesquisa, pela paciência com minhas limitações, pelo incentivo e apoio, principalmente na fase final do processo de construção da tese, me dando fôlego e ânimo para não desistir. Vou eternizar o gesto de confiança e carinho nas minhas memórias.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa que culminou com este trabalho. O apoio financeiro foi essencial para que eu pudesse me manter em São Paulo na fase inicial do curso.

À minha grande amiga Tatiana Prado, por ter aberto as portas de sua casa e da sua vida para me acolher durante minha passagem pela cidade de São Paulo. Agradeço a receptividade, a irmandade e por me fortalecer emocionalmente na minha difícil caminhada.

À minha família, base das minhas conquistas, que vive diariamente os meus sonhos junto comigo, fomentando meus ideais e crenças. À minha mãe Ana Francisca Ruas Freire, meu esposo Edilson Sancho Viana, meus irmãos Vilma Ruas Freire Oliveira, Vera Ruas Freire, Valter Ruas Freire, Vânia Ruas Freire e Soane Ferreira da Silva Ferraz. À Alberiza Minelvina de Jesus Costa, por ser meio apoio diário. Ao meu cunhado Joaquim Silva Vieira, aos meus sobrinhos e afilhados, e, a todos os demais familiares que incansavelmente torceram pelo meu sucesso.

A todos os meus amigos pessoais que vibram constantemente diante das minhas conquistas e tornam a minha jornada mais confortável. O carinho e incentivo foram fontes de inspiração para que eu continuasse perseguindo as minhas metas e objetivos.

Aos meus colegas de trabalho, que mesmo diante do afastamento para dedicação ao doutorado, deram prosseguimento aos trabalhos da nossa instituição com dedicação e compromisso, em especial aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer do município de Belo Campo - BA, que cumpriram com maestria as ações de nossa responsabilidade no período em que não pude estar presente.

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), que durante todo o percurso compartilharam angústias, aprendizados e tornaram essa experiência acadêmica mais produtiva e significativa, principalmente Ana Paula, João, Emanuel, Lucineide e Neto, com quem pude conviver mais de perto.

Aos companheiros de estudo do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), de modo especial à Professora Dr^a. Sandra Márcia Campos Pereira, ao professor Dr. José Jackson Reis dos Santos e à Professora Dr^a. Maria Iza Amorim Leite. Às minhas irmãs da vida acadêmica Jussara Borges e Janyne Barbosa.

Ao Prefeito de Belo Campo José Henrique Silva Tigre e ao Vereador Herli Xavier Lima, por quem tenho muita consideração e estima. Agradeço pelo espaço e oportunidade de projetar meu trabalho e experiências no campo da educação pública.

A todos vocês, que contribuíram direta e indiretamente com essa grande conquista, deixo aqui meus agradecimentos. Sem vocês eu não teria chegado tão longe. Muito obrigada!

Liberdade e Poder? Tenho sim!
Livre sou para observas os pássaros que, trabalhando, cantam e encantam...

Para desejar um trabalho digno, um emprego estável
num ambiente de paz...

para sonhar a mais incrível utopia da igualdade, da liberdade, da harmonia...

Sou livre, claro que sou!
Será que sou?!!

É que as vezes me obrigam a ceder...
Decidem por mim...
Traçam caminhos que não quero seguir...

Preso à minha condição humana, a necessidade de viver me sufoca...

a força do meu superior me oprime...
a obrigação de um trabalho indesejado me escraviza...
o poder de quem se coloca acima de mim me violenta...

Mas, estou no mundo...
Num mundo político onde liberdade e poder não se separam:
às vezes até se confundem!

Será livre o governante supremo que se acorrenta às suas próprias leis
temeroso de vê-las desobedecidas?

Terá consciência de seu poder o trabalhador que, no cativo do seu trabalho,
constrói o universo de riqueza que sustenta os poderosos?

Vislumbro a possibilidade do meu poder e de minha liberdade nas leis que garantem
direitos:
Civis, sociais e políticos.

Constato minha cidadania ameaçada nos abismos que separam os governantes dos
governados, os muito ricos dos miseravelmente pobres!

O Ariel dentro de mim, negocia, espera...
Meu lado Caliban, entretanto, se desespera...
Há um próspero contraditório que me comanda e exige que me decida...
que dirige meus passos e me dá a ilusão de andar sozinho...
Que exigindo minha ação, deixa-me a ilusão do poder...
Que me reprime e escraviza, mas me permite a utopia da liberdade...

Liberdade e Poder,
Será que os tenho afinal?!!!

(LEITE, 2014, p.13)

RESUMO

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas:** efeitos da participação de atores escolares na gestão e execução de programas em escolas municipais de Belo Campo - BA. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A pesquisa intitulada “O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais”, teve como objetivo principal analisar os efeitos da atuação da gestão escolar frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas em escolas municipais de Belo Campo – BA. Trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa, que se fundamentou na “Abordagem do Ciclo de Políticas” de Stephen Ball para compreender o processo de constituição do PDDE e do Sistema PDDE Interativo, principal ferramenta de planejamento e gestão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desde a sua criação até a sua fase de execução no contexto das escolas. Discurso e relações de poder foram elementos essenciais da abordagem que dentre os objetivos específicos se preocupou em investigar a natureza da política e o contexto de produção do texto que regulamenta o PDDE, o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas; analisar a visão e os discursos dos gestores escolares sobre o processo de modernização das ferramentas de gestão do PDDE a partir da criação e obrigatoriedade de uso do Sistema PDDE Interativo; analisar os efeitos da atuação dos gestores escolares de Belo Campo frente ao uso das ferramentas de gestão do Sistema PDDE Interativo, execução e controle dos programas do PDDE e suas ações agregadas; investigar a existência/inexistência de possíveis falhas de execução por parte do Comitê Gestor no processo de gestão do Sistema PDDE Interativo e de suas ações agregadas, que possam ter ocasionado o não recebimento de recursos ou não cumprimento do planejamento inicialmente elaborado por parte das escolas; Analisar a existência/inexistência de princípios de gestão democrática na organização e atuação dos comitês gestores do PDDE e de suas ações agregadas. Os dados foram coletados através do Perfil de Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo e da aplicação de questionários com representantes dos Grupos de Trabalho (GT's) do Sistema PDDE Interativo, com representantes do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo e com um representante da Coordenação de Programas Especiais (COPE). Os resultados apresentados demonstraram que a falta de conhecimento sobre o uso apropriado do sistema, associados a fatores internos da escola, tem impossibilitado o acesso de determinadas instituições aos recursos financeiros vinculados ao PDDE, limitando ainda mais as possibilidades de construção de uma escola efetivamente democrática.

Palavras-chave: Ações Agregadas. Discurso. Gestão Democrática. Poder. Sistema PDDE Interativo.

ABSTRACT

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **The Interactive PDDE System and its aggregated actions:** effects of the participation of school actors in the management and execution of programs in municipal schools in Belo Campo - BA. Thesis (Doctorate in Education) – Faculty of Education. University of São Paulo, São Paulo, 2023.

The research entitled “The Interactive PDDE System and its aggregate actions: effects of the actions of school managers in the face of public control and execution of programs in municipal schools”, had as its main objective to analyze the effects of the actions of school management in the face of public control, execution of the Direct Money at School Program (PDDE) and management of the Interactive PDDE System and aggregated actions in municipal schools in Belo Campo – BA. This is a case study of a qualitative nature, which was based on Stephen Ball's “Policy Cycle Approach” to understand the process of establishing the PDDE and the Interactive PDDE System, the main tool for planning and managing the Fund's resources. National Education Development Board (FNDE), from its creation to its implementation phase in the context of schools. Discourse and power relations were essential elements of the approach that, among the specific objectives, was concerned with investigating the nature of the policy and the context of production of the text that regulates the PDDE, the Interactive PDDE System and its aggregated actions; analyze the vision and speeches of school managers about the process of modernizing PDDE management tools based on the creation and mandatory use of the Interactive PDDE System; analyze the effects of the performance of school managers in Belo Campo in relation to the use of management tools from the Interactive PDDE System, execution and control of PDDE programs and their aggregate actions; investigate the existence/non-existence of possible execution failures on the part of the Management Committee in the management process of the Interactive PDDE System and its aggregated actions, which may have led to the non-receipt of resources or non-compliance with the planning initially prepared by the schools; Analyze the existence/non-existence of democratic management principles in the organization and performance of the PDDE management committees and their aggregate actions. Data were collected through the Municipal Management Committee Profile of the Interactive PDDE System and the application of questionnaires with representatives of the Working Groups (GT's) of the Interactive PDDE System, with representatives of the Municipal Management Committee of the Interactive PDDE System and with a representative of the Coordination of Special Programs (COPE). The results presented demonstrated that the lack of knowledge about the appropriate use of the system, associated with factors internal to the school, has made it impossible for certain institutions to access financial resources linked to the PDDE, further limiting the possibilities of building an effectively democratic school.

Keywords: Aggregate Actions. Speech. Democratic management. Power. Interactive PDDE System.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Ilustração 1. Sistematização dos aspectos teórico-metodológicos adotados na pesquisa | 27 |
| Ilustração 2. Mapa do Território de Identidade do Sudoeste Baiano | 47 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1. Relação de Documentos Analisados | 54 |
| Quadro 2. Síntese do Dispositivo de Análise | 59 |
| Quadro 3. Produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES envolvendo as temáticas do PDDE, Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas (2011-2022) | 65 |
| Quadro 4. Conselheiros da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil..... | 65 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Sujeitos da Pesquisa e da Política | 50 |
| Tabela 2. Produtividade acadêmica por ano de conclusão envolvendo as temáticas PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas (2011-2022)..... | 71 |
| Tabela 3. Programas dos quais se originam as pesquisas envolvendo as temáticas PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas (2011-2022). | 74 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 01. Sistematização dos aspectos teórico-metodológicos adotados na pesquisa | 72 |
| Gráfico 2. Distribuição das pesquisas por esfera administrativa dos programas de pós-graduação no ciclo (2011-2022) | 73 |
| Gráfico 3. Abrangência da pesquisa por região territorial envolvendo as temáticas PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas (2011-2022). | 75 |
| Gráfico 4. Percentual de trabalhos concentrados por categoria temática. | 76 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------------|---|
| ACP | Abordagem do Ciclo de Políticas |
| AD | Análise do Discurso |
| APM | Associação de Pais e Mestres |
| BA | Bahia |
| BM | Banco Mundial |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CDCE | Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar |
| CF | Constituição Federal |
| CGM | Comitê Gestor Municipal |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COM-VIDA | Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola |
| COPE | Coordenação de Programas Especiais |
| D | Doutorado |
| DE | Direção Escolar |
| EA | Educação Ambiental |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| EPJAI | Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FUNDESCOLA | Fundo de Desenvolvimento da Escola |
| GEARF | Gerência de Acompanhamento aos Recursos Financeiros |
| GT | Grupo de Trabalho do PDDE Interativo na Escola |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| Ideb | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IDEGES | Índice de Gestão Descentralizada |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| M | Mestrado |
| MEC | Ministério da Educação |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MP | Mestrado Profissional |
| PDDE | Programa Dinheiro Direto na Escola |
| PDDE | Programa Dinâmica Dual Estocástica |
| PDDEREx | Sistema de consulta de informações sobre a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Agregadas |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PDE Escola | Plano de Desenvolvimento da Escola |
| PMDE | Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental |
| PME | Plano Municipal de Educação |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PNES | Programa Nacional Escolas Sustentáveis |
| Proam | Programa de Apoio à Educação Municipal |
| ProEMI | Programa Ensino Médio Inovador |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| Saeb | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica |

| | |
|------------------|---|
| SEI Bahia | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SIGPC | Sistema de Gestão de Prestação de Contas |
| SIMEC | Sistema Integrado de Orçamento, Planejamento e Finanças do Ministério da Educação |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |
| TICs | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| UAB | Universidade Aberta do Brasil |
| UEx | Unidade Executora |
| URE | Unidade Regional de Educação |
| CAEd | Centro de Apoio à Educação a Distância da UFJF |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| 1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS | 22 |
| 1.1. Abordagem Teórico-Metodológica | 22 |
| 1.2. Abordagem do Ciclo De Políticas (ACP) | 29 |
| 1.3. Concepções teórico metodológicas: saber pensar a compreensão da análise..... | 32 |
| 1.4 O recorte temporal e o <i>locus</i> da pesquisa | 46 |
| 1.5 Os sujeitos da pesquisa e seus perfis de identificação | 50 |
| 1.6 Constituição do arquivo: procedimentos e dispositivos de análise | 54 |
| 1.6.1 A análise documental e o levantamento do referencial teórico | 55 |
| 1.6.2 Elaboração e aplicação dos questionários | 56 |
| 1.6.3 Análise do Discurso: a delimitação do <i>corpus</i> e dispositivos de análise | 56 |
| 2 OS CAMINHOS DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O PDDE NO BRASIL | 62 |
| 2.1 Critérios para seleção dos arquivos na análise da Base de Dados da CAPES | 64 |
| 2.2 Caracterização global das pesquisas sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo | 72 |
| 2.3 Categorização Temática nas pesquisas sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo.... | 77 |
| 2.4 Categoria Temática “Regulação, Financiamento e Impactos de Programas de Descentralização” | 78 |
| 2.5 Categoria Temática “Gestão Democrática e Autonomia da Escola” | 88 |
| 2.6 Categoria Temática “Ações Agregadas do PDDE” | 93 |
| 2.7 Categoria Temática “Sistema PDDE Interativo” | 98 |
| 3 O CONTEXTOS DAS INFLUÊNCIAS QUE LEVARAM AO SURGIMENTO DO PDDE E DO SISTEMA PDDE INTERATIVO: A ÊNFASE EM PLANOS E PROGRAMAS COM FOCO NA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO | 105 |
| 3.1. Influências globais na construção da política que orienta o PDDE e o Sistema PDDE Interativo: a ascensão do neoliberalismo e a atuação de organismos internacionais..... | 106 |
| 3.2 Influências nacionais que contribuíram com a emergência da política que orienta o PDDE e o Sistema PDDE Interativo: a Reforma do Estado e os agentes de sua implementação no contexto educacional brasileiro | 112 |
| 3.3 Qualidade total, governamentalidade e biopolítica dos corpos na lógica do PDDE, Sistema PDDE Interativo e Ações Agregadas: a ênfase em planos e programas com foco na melhoria da qualidade da educação..... | 116 |
| 4 PDDE INTERATIVO E AÇÕES AGREGADAS: FUNDAMENTOS E DINÂMICA DE EXECUÇÃO | 124 |
| 4.1 Princípios do PDDE..... | 124 |
| 4.2 A emergência do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas do PDDE | 126 |
| 4.3 Dinâmica de execução das ferramentas de gestão do Sistema PDDE Interativo..... | 130 |
| 4.4 Relevância sobre o Processo de Modernização das ferramentas de gestão da política do PDDE a partir da perspectiva dos atores locais. | 130 |
| 4.5 Princípios e sentidos atribuídos à gestão democrática da educação na organização e atuação da política do PDDE. | 131 |

| | |
|---|------------|
| 5 SISTEMA PDDE INTERATIVO E AÇÕES AGREGADAS NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA: AS PRÁTICAS, AS ESTRATÉGIAS E SEUS EFEITOS..... | 132 |
| 5.1 Impacto da inserção do PDDE Interativo e Ações Agregadas no município de Belo Campo – BA | 132 |
| 5.2 Constituição e atuação do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo e Ações Agregadas no município de Belo Campo - BA | 142 |
| 5.3 Constituição e atuação dos Grupos e Trabalho do sistema PDDE Interativo nas escolas | 144 |
| 5.4 Estratégias dos entes federados no processo de atuação da política do PDDE e a atuação do PROAM e da COPE junto aos municípios baianos..... | 146 |
| 5.5 Efeitos da atuação dos gestores escolares frente ao uso das ferramentas de gestão da política do PDDE na escola | 163 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 171 |
| REFERÊNCIAS | 176 |
| ANEXOS..... | 194 |

INTRODUÇÃO

Criado em 1995 o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) se consolidou no campo das políticas de financiamento da educação como uma política orientada pelo discurso de descentralização e democratização do espaço escolar. Ao longo de mais de 20 anos de existência o programa passou por inúmeras reformulações e ampliou consideravelmente seu campo de atuação que atualmente financia ações educacionais que perpassam todas as etapas da educação básica.

Criado pelas influências de reformas econômicas e educacionais que ocorreram no Brasil e no mundo a partir da década de 1980, e pelos desdobramentos das exigências de organismos internacionais, o PDDE tem atualmente como fundamento básico a autogestão da escola e o fortalecimento da participação escolar no planejamento e execução de ações que visam a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, bem como a consequente elevação do desempenho escolar. Para cumprir essa finalidade o programa envia recursos diretamente às escolas, de modo a diminuir a atuação do Estado nessa esfera, ao mesmo passo que eleva o controle e a responsabilização dos agentes escolares pelos resultados alcançados.

Como consequência dos processos de modernização do PDDE foi criado em 2011 o Sistema PDE Interativo, que em 2014 passou a se chamar PDDE Interativo e se tornou a principal ferramenta de gestão dos recursos vinculados ao PDDE. O Sistema PDDE Interativo foi elaborado a partir da metodologia do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) e abarca atualmente além do próprio PDE Escola diversas ações vinculadas ao PDDE. Faz parte da composição do PDDE Interativo as ações do PDDE Água na Escola, PDDE Atleta na Escola, PDDE Escola do Campo, PDDE Escolas Sustentáveis, PDDE Acessibilidade, PDDE Mais Educação, PDDE Novo Mais Educação, PDDE Mais Alfabetização, PDDE Mais Cultura, PDDE Educação Conectada, PDDE ProEMI e PDDE Novo Ensino Médio. Além dessas ações o Sistema PDDE Interativo atualmente abarca outras duas ações agregadas: o plano de formação continuada e a escolha do PNLD didático e obras literárias.

Meu contato com a temática se deu pela primeira vez em 2011, período em que atuei no município de Belo Campo - BA como diretora escolar e onde participei da experiência de compor o grupo de trabalho da primeira escola do município a

fazer uso do Sistema PDE Interativo, que naquele ano compreendeu somente as escolas beneficiárias do Programa PDE Escola.

Desde esse período venho acompanhando a criação das novas modalidades do PDDE e a evolução do sistema através de suas constantes transformações, que nem sempre são comunicadas ou perceptíveis, mas que acabam impondo em muitos momentos alguns desafios aos gestores escolares e aos membros do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo.

Atuando como integrante do Comitê Gestor Municipal de Belo Campo desde 2015 e analisando neste período a contraposição existente entre o discurso democrático que se apresenta no texto da política e a composição e organização dos grupos de trabalho do Sistema PDDE Interativo que se formam no contexto das escolas, tenho me sentido cada vez mais motivada em tentar compreender os problemas que cercam o uso das ferramentas de gestão do Sistema PDDE Interativo e o caracteriza cada vez mais como um dispositivo de controle e menos como uma ferramenta de gestão democrática da educação.

A pesquisa de doutorado intitulada “O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais” está vinculada à Linha de Pesquisa denominada “Política, gestão, financiamento e avaliação da educação”, da área de Concentração Estado, Sociedade e Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A questão que traduz o objetivo central da tese está empenhada em analisar e responder: Quais os efeitos da atuação de gestores escolares de Belo Campo - BA frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas?

Para responder a esse desafio priorizamos como objetivos secundários da pesquisa a nossa preocupação em: investigar a natureza da política e o contexto de produção do texto que regulamenta o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas; analisar a visão e os discursos dos gestores escolares sobre o processo de modernização das ferramentas de gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a partir da criação e obrigatoriedade de uso do Sistema PDDE Interativo; analisar os efeitos da atuação dos gestores escolares de Belo Campo frente ao uso das ferramentas de gestão do

Sistema PDDE Interativo, execução e controle dos programas do PDDE e suas ações agregadas; investigar a existência/inexistência de possíveis falhas de execução por parte do Comitê Gestor (Secretetaria de Educação/Gestão Escolar), no processo de gestão do Sistema PDDE Interativo e de suas ações agregadas, que possam ter ocasionado o não recebimento de recursos ou não cumprimento do planejamento inicialmente elaborado por parte das escolas; Analisar a existência/inexistência de princípios de gestão democrática na organização e atuação dos comitês gestores do PDDE e de suas ações agregadas.

Na busca por respostas ao questionamento central da pesquisa adotamos como método de análise do PDDE Interativo e ações agregadas a “Abordagem do Ciclo de Políticas” desenvolvido por Stephen Ball, que tem como principal objetivo pesquisar e teorizar a análise de políticas públicas através de um método que procura, dentre outras coisas, compreender o modo como as políticas são produzidas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que se desdobrou em um estudo de caso abrangendo diversificadas técnicas de investigação que apoiaram a análise dos diferentes contextos que envolvem a “Abordagem do Ciclo de Políticas. Através da “Abordagem do Ciclo de Políticas” será possível desenvolver com maior propriedade a análise crítica do programa desde a sua formulação inicial até suas fases de execução.

No primeiro capítulo intitulado “Aspectos Teorico-metodológicos” apresentamos os caminhos percorridos e as estratégias que estão sendo adotadas no processo de coleta, construção e análise dos dados da pesquisa. O texto construído para este capítulo se preocupa em esclarecer a abordagem teórica que fundamenta o Ciclo de Políticas de Stephen Ball de modo a apresentar suas principais características e contextos de análise.

No segundo capítulo apresentamos os contextos das influências globais nacionais que levaram ao surgimento do PDDE e do sistema PDDE Interativo. Este capítulo aborda de modo resumido as principais influências em âmbito global, nacional e local que contribuíram e continuam tencionando os debates sobre a formulação, reformulação, modos de execução de execução e controle das ações vinculadas ao Sistema PDDE Interativo. O objetivo é ampliar o debate e aprofundar a análise sobre as relações estabelecidas neste contexto.

O terceiro capítulo apresenta os caminhos seguidos na realização de pesquisas sobre o PDDE no Brasil a partir dos arquivos coletados no Catálogo de

Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), também abordamos neste capítulo as produções acadêmicas produzidas sobre o PDDE e Sistema PDDE Interativo entre os anos de 2011 a 2018.

Denominamos o quarto capítulo “PDDE Interativo e ações agregadas: fundamentos e dinâmica de execução. Essa parte do texto traz uma apresentação sucinta sobre os princípios do PDDE e a emergência do Sistema PDDE Interativo em vinculação com as ações agregadas, de modo a enfatizar sua modernização e dinâmica de execução a partir das ferramentas de gestão disponibilizadas no sistema. Neste capítulo intencionamos aprofundar os principais discursos e defesas presentes na legislação dos diferentes programas e nas orientações do uso do Sistema PDDE Interativo.

Por fim, no último e quinto capítulo denominado “Sistema PDDE Interativo e ações agregadas no município de Belo Campo - BA: as práticas, as estratégias e seus efeitos” apresentamos os dados do contexto prático de vivência dos sujeitos locais sobre a ação de gerir o Sistema PDDE Interativo. Os dados foram analisados na perspectiva de discutir os principais desafios que os GT's e o Comitê Municipal têm enfrentado na gestão do sistema a partir do olhar de Perfil do Comitê Gestor que tem uma visão abrangente das falhas que são cometidas pelas escolas e pelo próprio Comitê. Falhas essas que em muitos casos acabam inviabilizando o recebimento de recursos das ações agregadas do PDDE. Também pretendemos discutir a articulação entre os GT's das escolas com o Comitê Municipal, e deste com a ação estadual de fortalecimento dos comitês gestores dos Sistema PDDE Interativo na Bahia tomando como foco a análise sobre como estes órgãos têm se comportado diante da tarefa de induzir a democratização do espaço escolar tomando o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas como referência.

Acreditamos que a relevância deste estudo se assenta na possibilidade de discutir e tornar público os problemas que são de responsabilidade não apenas dos gestores escolares e dos comitês, mas também são pertinentes ao próprio formato do sistema e suas constantes transformações, que nem sempre têm suas intencionalidades claramente publicizadas a fim de que todos possam acompanhar sua evolução.

1 ASPECTOS TEORÍCO-METODOLÓGICOS

O objeto de estudo desta pesquisa, aqui definido como “os discursos que traduzem os efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais de Belo Campo – BA” está vinculado ao campo das políticas de gestão e financiamento da educação do Brasil, e como tal, torna-se um tema desafiador e complexo, que no campo prático de seu desenvolvimento, as escolas, acaba por ser dominado e reinterpretado pelos diferentes atores que dela fazem parte, cada qual atribuindo diferentes sentidos ao seu fazer e adaptando a política às suas especificidades. A apreensão do objeto, dentro dessa natureza complexa, exige sempre que a pesquisa esteja bem definida e amparada em um campo teórico e metodológico que dê conta de revelar e interpretar seus resultados de forma clara e precisa.

Ao abordar as especificidades da educação no contexto da pesquisa, tomando-a como uma atividade de caráter complexo, como uma prática social humana e histórica, que se transforma e produz transformações nos sujeitos e como uma ação educativa que carrega uma carga de intencionalidade, Ghedin e Franco (2011, p.42) afirmam, que “para ser estudada cientificamente, a educação requer procedimentos que facultem ao pesquisador adentrar na dinâmica e no significado da práxis, de sorte que possa compreender as teorias implícitas que permeiam as ações do coletivo”. É para dar conta de compreender a complexidade múltipla que pode existir na abordagem de um objeto localizado no campo educacional, que apresentamos as motivações que levaram à incorporação destes, e não de outros aspectos teórico-metodológicos que deram corpo a esta pesquisa, fundamentalmente preocupada em problematizar “quais os efeitos da atuação de gestores escolares de Belo Campo - BA frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas”.

1.1 Abordagem Téorico-metodológica

Analisar os discursos que traduzem os efeitos da atuação da gestão escolar frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas em escolas municipais de

Belo Campo – BA exigiu a definição de um planejamento sistemático da trajetória e dos caminhos perseguidos para o alcance dos objetivos propostos. A adoção de diferentes abordagens e técnicas de pesquisa na realização deste estudo, apontam para o uso de uma visão pluralista de investigação, sem deixar de lado a necessidade e responsabilidade de explicitar a quem possa se interessar por este trabalho de pesquisa, as opções e posicionamentos metodológicos assumidos, que foram imprescindíveis para determinar as bases científicas de validação dos resultados que constituíram o produto final da tese.

Ao englobar os estudos sobre os efeitos da atuação de gestores frente a um programa, que faz parte de uma política nacional de educação, e ao definir a questão e os objetivos da pesquisa, consideramos propício, dar continuidade a uma linha teórica adotada pela pesquisadora em estudos anteriores e, deste modo, optou-se por desenvolvê-la dentro de uma abordagem qualitativa pós-crítica, atribuindo como método de construção da pesquisa a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), formulada por Stephen Ball e Richard Bowe na Inglaterra, no final da década de 1980. A ACP originalmente se funda com base em ideias pós-estruturalistas, e em seu processo de construção sofre a influência de teorizações e ideias difundidas pelo filósofo francês Michael Foucault.

Como um dos pesquisadores que contribui ativamente com a disseminação da ACP no Brasil, Mainardes (2006, p. 48) acredita que a abordagem do ciclo de políticas “constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos”. Nesse sentido, a abordagem se fez útil ao nosso caso, tendo em vista que dentre as estratégias utilizadas, tornou-se pertinente analisar a natureza da política, a trajetória do PDDE e do Sistema PDDE Interativo, de modo a problematizar os efeitos decorrentes das práticas gestoras frente à execução do programa no município de Belo Campo - BA.

Investigar a existência/inexistência de possíveis falhas na execução do programa e a existência/inexistência de princípios de gestão democrática na organização e atuação dos comitês gestores do PDDE e de suas ações agregadas, confrontando essas informações com as orientações prescritas nos documentos oficiais que orientam a sua execução, confirmam a intenção e o caráter qualitativo atribuído à pesquisa, e a relevância de se analisar dentro da Abordagem do Ciclo de

Políticas as diferentes etapas da política em ação, as relações de poder estabelecidas neste percurso e as influências e efeitos da política que deram origem a esta ferramenta tecnológica de gestão de recursos destinados às escolas.

Na decisão de vincular a pesquisa ao campo das teorias pós-críticas, sem a intencionalidade de aprofundar esta discussão, o que queremos afirmar, é que a metodologia utilizada, neste contexto, é aberta, busca a desconstrução de verdades absolutas e a multiplicidade de sentidos que se pode atribuir a um dado objeto, onde o discurso assume uma função produtiva e o sujeito é um efeito das linguagens, de suas vivências, do contexto que o cerca, das relações que estabelecem com o outro, enfim, de todas as forças e influências que o atravessam no tempo vivido. (PARAÍSO, 2021). Neste contexto, a pesquisadora evitou adotar ideias totalizantes e explicações universais, estabelecendo um constante movimento de reflexão e questionamento da realidade observada.

Na dinâmica de problematização das contribuições das teorias pós-críticas no Brasil, Paraíso (2004, p. 287) sintetiza em seus estudos sobre o tema, que esta abordagem, tem servido para questionar “o conhecimento (e seus efeitos de verdade e de poder), o sujeito (e os diferentes modos e processos de subjetivação), os textos educacionais (e as diferentes práticas que estes produzem e instituem)”. Dentro desta perspectiva, entende-se que, a abordagem qualitativa pós-crítica pode contribuir positivamente com a conexão de diferentes campos de saber, permitindo, inclusive, indagar, deslocar e transgredir práticas, inicialmente tomadas como certas e permanentes, além de possibilitar uma certa flexibilidade nas análises, que abordam as micropolíticas do cotidiano, processos através dos quais são constituídos os discursos dominantes de uma dada sociedade.

Como uma das abordagens possíveis dentro do campo das teorias pós-críticas, o pós-estruturalismo está vinculado a esta pesquisa pela sua associação com a origem da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), aqui tomado como método de investigação, e pela incorporação de teorizações acerca da obra e do pensamento de Michael Foucault no processo de análise dos dados e interpretação dos resultados.

O pós-estruturalismo, em consonância com os princípios característicos das teorias pós-críticas atribui à linguagem uma centralidade no processo de significação do mundo, contesta concepções e teorizações que englobam perspectivas totalizantes e conceitos homogêneos, abre mão de teorias que priorizam o caráter

descritivo e explicativo do conhecimento, toma o exame do poder como elemento relevante e central dos textos sob análise, além de procurar mapear as redes e relações de poder, estranhando e contestando tudo que é aceito como normal (MEYER, 2021). Nesta mesma perspectiva, Mainardes (2006, p. 58), destaca como principais características do pós-estruturalismo a “desconstrução de conceitos e certezas do presente, engajamento crítico, busca de novas perspectivas e novos princípios explicativos, focalização de práticas cotidianas (micropolíticas), heterogeneidade e pluralismo e articulação entre macro e microcontextos”.

Dentro da perspectiva pós-estruturalista, o discurso, entendido como um elemento essencial da linguagem, assume um papel fundamental no processo de interpretação dos fenômenos sobre os quais nos debruçamos. Nesta abordagem, a virada linguística que ocorre na filosofia e nas ciências sociais do século XX, “impede qualquer posição de neutralidade metalinguística” (PETER, 2000, p.44). Isso implica saber, que em uma abordagem pós-estruturalista, um discurso nunca pode ser considerado neutro no processo de apreensão da realidade, já que o sujeito do discurso é sempre constituído em um emaranhado de tramas sociais e históricas, onde diferentes discursos e posicionamentos podem existir simultaneamente, assumindo diferentes sentidos. Sob esse ponto de vista, Ogiba (1995, p.235, ressalta em seus estudos, que o “campo da discursividade, como espaço flutuante, polissêmico, posto que nele coexistem uma multiplicidade de discursos, é o locus da diferença”. A pesquisa desenvolvida no âmbito da abordagem pós-estruturalista, deve se preocupar, portanto, com a apreensão da flutuação dessas diferenças e das condições de sua existência, e foi o que procuramos, similarmente fazer, em nossas análises.

Em todo o processo de construção da tese, procuramos não perder de vista o caráter qualitativo da pesquisa, ainda que em muitos momentos, os dados quantitativos fossem se apresentando como relevantes para sistematização das informações e caracterização da realidade observada. Mais do que números e estatísticas, a pesquisa qualitativa tem como uma das suas características básicas, a possibilidade do pesquisador ter contato direto com o ambiente ou a situação específica que está sendo estudada, podendo a pesquisa assumir, no cotidiano investigado, diferentes formas, e dentre estas diferentes formas, Ludke e André (2015, p.15) enfatizam que o estudo de caso vem se destacando e “ganhando aceitação na área da educação, devido principalmente ao seu potencial para

estudar as questões relacionadas à escola”. É com base nesses importantes aspectos que compõem a natureza qualitativa de um trabalho de pesquisa, que adotamos o estudo de caso em conjugação com a Abordagem do Ciclo de Políticas, como uma estratégia de suporte à construção e organização dos dados relativos à realidade educacional específica estudada no município de Belo Campo – BA.

Na perspectiva de Yin (2004, p. 23) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Diante do desafio de analisar os discursos que traduzem os efeitos da atuação da gestão escolar frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas em escolas municipais de Belo Campo – BA, a incorporação de estratégias do estudo de caso permitiu a utilização de técnicas que significativamente contribuíram com a definição dos limites do objeto de estudo.

Outra característica relevante que Yin atribui ao estudo de caso é o fato de que este pode fazer uso de várias fontes de evidência e ainda se beneficiar do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados e, é com base nesta afirmação que enxergamos a possibilidade de associar a abordagem teórica do ciclo de políticas de Stephen Ball ao estudo de caso em questão e a outras concepções teóricas que perpassam este estudo.

Texto, discurso e relações de poder tornaram-se, neste trabalho de pesquisa, elementos constituintes do estudo acerca do programa educacional sob investigação e fontes essenciais ao desenvolvimento do processo analítico dos dados, que terá como principal ferramenta de interpretação, a análise do discurso, a partir de teorizações foucaultianas.

A ideia de discurso e de poder apresentada por Stephen Ball está fundamentada na obra do filósofo francês Michel Foucault, que enxerga no discurso a principal forma de se estabelecer uma relação de poder. Mesmo não se dedicando a fazer análises, especificamente sobre processos educacionais, ao nos basearmos no pensamento de Foucault, é possível afirmar que os discursos contidos nas legislações, documentos ou nas falas dos sujeitos que integram as escolas, não podem ser entendidos apenas como um instrumento de transmissão de informação (FOUCAULT, 2010), pois à medida que vão sendo interpretados por diferentes sujeitos, assumem também diferentes sentidos e seus efeitos trazem implicações

diversas para as práticas desenvolvidas no contexto escolar, dando origem a novas relações de poder entre os sujeitos envolvidos.

O movimento metodológico que empreendemos nesta pesquisa nos permitiu coletar as informações necessárias à identificação e análise das práticas desenvolvidas pelos gestores, pelos Grupos de Trabalho (GT) e pelo Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo no contexto de planejamento e gestão das ações das escolas e da Secretaria Municipal de Educação, além de captar as percepções do Programa Rede PDDE Bahia, que assessora os municípios baianos no processo de implementação das ações do PDDE.

A partir da observação da realidade, dos dados salvos no Sistema PDDE Interativo e da interpretação dos dados coletados, em associação com o referencial teórico adotado, é que construímos os argumentos necessários à problematização dos efeitos da atuação dos sujeitos da pesquisa sobre a política que orienta a execução do PDDE, do Sistema PDDE Interativo e de suas ações agregadas na rede municipal de ensino de Belo Campo.

As discussões em torno das principais concepções que perpassam a abordagem pós-estruturalista, a Abordagem do Ciclo de Políticas e as teorizações foucaultianas, serão aprofundadas nas seções seguintes, contudo, é possível visualizar na ilustração apresentada a seguir, a síntese do movimento realizado para construção da tese.

Ilustração 1. Sistematização dos aspectos teórico-metodológicos adotados na pesquisa



Fonte: Produzido pela autora.

¹ Ver Anexo XX.

Desenhada a estrutura de construção da pesquisa, e tendo a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) como método de teorizar e pesquisar política sob investigação, apresentamos na próxima seção as características básicas da ACP.

1.2 Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP)

A abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) foi empreendida por pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais, e no seu processo de constituição sofreu a incorporação de uma orientação pós-estruturalista, baseada nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe. Surgiu sobretudo, com o propósito de pesquisar e teorizar a análise de políticas públicas, através de um método que procura, dentre outras coisas, compreender o modo como as políticas são produzidas (MAINARDES, 2007). Dentro desta perspectiva, a análise é desenvolvida no sentido de revelar o que políticas ou programas pretendem, visualizar quais os seus efeitos e quais as contribuições positivas ou negativas, para realização da justiça social, enfatizando a interligação entre os processos macro e micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas.

Neste contexto, a ACP não deve ser entendida como uma mera descrição das políticas, e neste caso, o pesquisador deve estar comprometido com a assunção de uma perspectiva crítica, na qual os conceitos de poder e justiça social devem servir as análises (BALL, 2009). Em relação ao desenvolvimento da Abordagem do Ciclo de Políticas, Ball afirma que não é papel do seu trabalho descrever como as pessoas devem ou não agir. Para ele o que o seu trabalho tenta fazer “é dar ferramentas às pessoas para que elas pensem crítica e “alternativamente” – conceitos, ideias e abordagens com as quais possam fazer coisas” (BALL, 2009, p. 309). Desta forma, Ball acredita que suas ferramentas podem levar as pessoas a se empoderarem e a pensarem por si mesmas. Os estudos sobre a ACP têm demonstrado ainda que este método tem se tornado um modelo potente para questionar a centralidade do Estado nas políticas, questionar uma concepção verticalizada de poder e compreender a dimensão não homogeneizante dos discursos globais, de modo a rejeitar a ideia de que as políticas são simplesmente implementadas, mas interpretadas e atuadas.

A potência teórica e a visão pluralista atribuída à ACP, de acordo com Lopes (2016, p. 2), “se deve ao trânsito de Ball por diferentes disciplinas, cruzando os

aportes sociológicos com os insights filosóficos foucaultianos e dos estudos culturais, bem como associando o debate educacional ao debate político mais amplo”. A respeito do pluralismo teórico, Ball acredita que se quisermos construir uma análise mais coesa e estruturada da realidade, precisaremos, de fato, de diferentes teorias, tendo em vista que a maioria das teorias possuem ideias úteis sobre partes do mundo, mas inevitavelmente fracassam ao tentar explicar o mundo em sua totalidade. (BALL, 2009).

No sentido de esclarecer as ferramentas que compõem a ACP, Ball apresentou e caracterizou inicialmente três contextos principais, que somados a outros dois contextos de análise criados posteriormente, têm sido úteis à investigação da trajetória de políticas e programas sociais e educacionais (MAINARDES, 2006). Em sua fase inicial foram criados o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática. Posteriormente o contexto dos resultados ou efeitos e, o contexto de estratégia política foram integrados ao ciclo de abordagem. A análise destes contextos deve estar articulada, de modo que seja possível compreender em nível global e local a interligação dos interesses, disputas e embates decorrentes da atuação das políticas.

Apesar de Ball considerar relevante desenvolver a análise fazendo o uso dos cinco contextos que constituem o “ciclo de políticas”, é comum encontrar pesquisas que fazem referência apenas aos três contextos principais: o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática. Na presente análise nos preocupamos em analisar o objeto de estudo desta pesquisa a partir dos cinco contextos da ACP empreendidos por Ball.

Em síntese, o primeiro contexto diz respeito ao contexto de influência onde os discursos políticos são construídos. “Atuam nele as redes dentro e em torno dos partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também neste contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política” (MAINARDES, 2007, p. 29). Nesta etapa procura-se identificar os grupos que disputam interesses no processo de definição da política, de definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado, as influências globais que dão origem ao texto da política e suas recontextualizações em âmbito local.

O segundo contexto, o de produção de texto, por sua vez, refere-se à apresentação e discussão dos textos que representam as políticas na forma de

textos oficiais e demais documentos que orientam a execução da política e que são resultados das disputas de diferentes interesses e relações de poder. Mainardes afirma que, o contexto de produção de texto pode estar relacionado ao primeiro contexto, contexto de influência. Nesse sentido, ele ressalta que:

Enquanto o primeiro está frequentemente relacionado com os interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas, os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, portanto, representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, vídeos etc. Tais textos, não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos em relação ao tempo e ao local específico da sua produção. Os textos políticos são resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política. ” (MAINARDES, 2007, p. 29).

Já no contexto da prática, Ball defende a ideia de que a política não é simplesmente implementada. Ao discorrer sobre o contexto da prática, Mainardes (2006), afirma que na perspectiva de Ball e colaboradores, a política está sujeita a diferentes interpretações, que podem trazer efeitos e consequências capazes de modificar a política original, uma vez que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados atribuídos aos seus textos. Essas transformações têm uma relação direta com o contexto dos resultados ou efeitos, através do qual é possível desenvolver análises sobre os impactos das políticas e interações com desigualdades existentes, e também análises que versam sobre questões que envolvem temas como justiça, igualdade e liberdade individual. Na ACP, “a ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada, podendo esses efeitos serem classificados como de primeira ordem (mudanças na prática ou na estrutura) ou de segunda ordem (impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social), (MAINARDES, 2007, p. 31).

Por fim, Ball propõe que no contexto de estratégia política sejam identificadas ações possíveis de amenizar as desigualdades produzidas pela própria política sob investigação. Neste contexto, Mainardes (2006, p.60) ressalta a exigência de que “o pesquisador assuma a responsabilidade ética com o tema investigado,

apresentando estratégias e atividades para se lidar mais eficazmente com as desigualdades identificadas na política”. Destacamos que nesta pesquisa, apesar de analisarmos os dados com base nos cinco contextos, quando pensamos o processo de disposição dos dados entre os capítulos, os contextos e os resultados observados em cada um destes, muitas vezes se aninham, se aglutinam, já que não há uma obrigatoriedade de se trabalhar de forma linear com os contextos, uma vez que são interligados e podem ser pensados uns dentro dos outros, como sugerido pelo próprio Ball. (BALL, 2009).

Na apresentação desta pesquisa, as discussões ligadas ao contexto de estratégia política se limitam a identificar e discutir os mecanismos já criados ao longo do tempo para contestar e aperfeiçoar o próprio PDDE, no sentido de diminuir a desigualdade e promover a justiça social. Neste caso, não é objetivo da pesquisa prescrever estratégias que possam ser consideradas eficazes para solucionar os desafios identificados no processo de execução do PDDE e no uso do Sistema PDDE Interativo, mas refletir os limites das estratégias já existentes e que foram criadas ao longo da trajetória da política.

A seção a seguir, se encarrega de apresentar e esclarecer as concepções teóricas que são essenciais à compreensão desta análise, algumas inclusive, já mencionadas neste texto, mas que propositalmente não foram aprofundadas, com a intencionalidade de que fossem melhor esclarecidas neste campo. Além destas, outras concepções que ainda aparecerão nos capítulos, seções ou discussões posteriores serão melhor explicitadas à medida que forem gradativamente surgindo no texto que compõe a tese.

1.3 Concepções teórico-metodológicas: saber pensar a compreensão da análise

A compreensão da análise desta pesquisa implica saber pensar como foi elaborado e quais sentidos podem assumir cada um dos conceitos e teorizações que dentro da ACP, do pós-estruturalismo e dentro do contexto das ideias dos diferentes autores utilizados para embasar a metodologia, puderam contribuir com a análise dos resultados, bem como, com a reflexão sobre como tais conceitos estão servindo à esta pesquisa.

A interpretação dos resultados e a forma de intervir na pesquisa por meio dos procedimentos metodológicos adotados, só foi claramente possível pela constituição e delimitação do campo teórico aqui apresentado. De acordo com Pedro Demo (2005, p. 75), “saber pensar supõe traquejo metódico para lidar de maneira adequada com o conhecimento e seu processo de construção, desconstrução e reconstrução, enquanto, do ponto de vista da política social, saber pensar é pilastra crucial da cidadania ativa, para saber melhor intervir. ” Nesse sentido, as concepções e teorizações que se fazem presentes nesta pesquisa, serão posteriormente dialogadas e relacionadas com os resultados encontrados, dando espaço, quem sabe, a pensar novas, diferentes e inteligentes formas de intervenções, que possam futuramente possibilitar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações do PDDE e de suas ferramentas de gestão.

Como já apontado anteriormente o PDDE é um programa que está inserido no contexto de uma política pública situada no campo educacional, que se apropria do discurso de autonomia e gestão democrática da escola, e como tal, consideramos relevante apresentar o posicionamento e o sentido que atribuímos aos termos políticas públicas, política educacional, autonomia e gestão democrática, já que são termos recorrentes nesta análise.

Em primeiro lugar, destacamos que o debate sobre políticas públicas e políticas educacionais se intensificaram no Brasil a partir das décadas de 1980 e 1990, delimitando um marco no conjunto de reformas que alteraram o modo de compreensão e funcionamento da gestão pública em relação às práticas anteriormente desenvolvidas no país. O fim do regime ditatorial e as influências do neoliberalismo impulsionaram uma série de reformas e induziram a criação de políticas públicas em diferentes setores da sociedade brasileira, em especial na educação, fomentando o discurso democrático de organização e participação social, além de reivindicações quanto a condução do Estado e de suas políticas públicas. (VIANA, 2015). Nesse sentido, cabe evidenciar, que ao nos referirmos ao termo políticas públicas, estamos defendendo a ideia de que as políticas públicas são:

[...] decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São

de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório. (AMABILE, 2012, p. 390).

Tais decisões, de acordo com a concepção apresentada, são concretizadas por meio da ação governamental e a relação entre Estado e Sociedade são orientadas e influenciadas por valores e ideais. Ainda sobre o termo política pública, Souza, (2006, p. 26) também o resume como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”, podendo ser estas políticas de cunho nacional, regional ou local. Nesse sentido, podemos associar o Sistema PDDE Interativo, portanto, ao conjunto de ações decorrentes de uma política federal (nacional), apesar de se materializar em âmbito local, pois é determinada por diretrizes gerais do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgãos que orientam as práticas locais.

Na perspectiva da ACP, Ball e colaboradores entendem a política como “texto e “coisas” (legislação e estratégias nacionais), mas também como processos discursivos que são complexamente configurados, contextualmente mediados e institucionalmente prestados. [...] A política é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p.13). A política, nesse sentido é vista como um processo de codificação (em textos e artefatos), mas também de decodificação (compreensão e tradução). Sendo o PDDE e o Sistema PDDE Interativo, composição de uma política de repasse direto de recursos financeiros às escolas de educação básica pública, cada uma de suas ações objetiva englobar e resolver um tema (problema) específico, que de acordo com os textos que orientam a política, rotineiramente tem impedido o avanço da qualidade educacional, cabendo aos seus usuários compreender e traduzir os caminhos acessíveis à sua concretização.

Localizando o objeto de estudo no campo das políticas públicas de educação, consideramos pertinente discutir as políticas educacionais a partir do pensamento de Smarjassi e Arzani (2021). Ao refletir sobre as transformações que implicaram em processos de mudanças nas políticas públicas nacionais, os autores afirmam, que a

crise do Modelo de Estado liberal e a ascensão do neoliberalismo implicou em um novo formato de educação com foco na lógica de mercado, exercendo controle com a apresentação de metas, objetivos, produtos e resultados, tal como aplicado na economia.

Dentro da lógica neoliberal, verifica-se que, a partir deste momento, na educação, os padrões de controle passam a se expressar mediante as novas orientações regulatórias das políticas educacionais atuais, como Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Prova Brasil; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), focando em testes padronizados em larga escala, que na maioria das vezes focam nos resultados, mas ignoram os processos de desenvolvimento em uma perspectiva mais ampla. A concepção de políticas públicas em educação, adotada neste trabalho e também defendida pelos autores Smarjassi e Arzani (2021), definem política pública em educação como:

[...] programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. Nelas estão contidos dispositivos que garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país. (SMARJASSI e ARZANI, p. 1, 2021).

Em uma definição similar, Oliveira (2010, p. 1), defende a concepção de que as políticas educacionais podem ser definidas como “programas de ação governamental, informadas por valores e ideias que se dirigem aos públicos escolares e que são implementadas pela administração e os profissionais da educação”. No contexto da análise, podemos associar a atuação dos grupos de trabalho do PDDE Interativo a esta concepção de política educacional por ser a ação de um programa do governo federal que apresenta uma proposta de implementação fundada na ideia de participação direta dos profissionais da educação e dos demais segmentos que representam a comunidade escolar e educacional como um todo, ou seja, incorpora o princípio da gestão democrática.

No que se refere, em específico, ao princípio da gestão democrática do ensino que está incluído no Art. 206, inciso VI, da constituição e Art. 3º, inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trazemos à discussão a

concepção que entende a gestão democrática “como espaço de descentralização do poder, de participação e de autonomia das instituições. Nesse sentido, ela possibilita a construção da cidadania, devendo ser considerada fundamental na formação do cidadão” (CASTRO, 2009, p. 35). Associada a esta concepção, a qualidade da educação deverá ser alcançada por meio da instituição dos dispositivos de gestão democrática e, democratizar a gestão da educação sob esse ponto de vista, implicaria ainda a participação da sociedade na formulação, avaliação, fiscalização e execução das políticas destinadas ao público educacional.

É indispensável neste contexto refletir a natureza democrática dos processos de gestão que ocorrem no contexto das escolas sem deixar de evidenciar quais os interesses que ela representa, pois principalmente no ambiente escolar e em órgãos colegiados como é o caso dos conselhos, comitês e grupos de trabalho do PDDE Interativo estamos falando de democracia representativa. Ao discorrer sobre democracia representativa, nos amparamos nas ideias de Bobbio, que atribui o seguinte significado ao termo:

[...] a expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aquele que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. [...]. Em outras palavras, um Estado representativo é um Estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc. (BOBBIO, 2009, p. 56-57).

A participação da sociedade no processo de implementação das políticas, nesse sentido, tanto pode ter consequências positivas quanto negativas para os seus resultados, por entender que as decisões de nossos representantes nem sempre levarão em consideração os interesses da coletividade. Dentro desta perspectiva podemos afirmar que,

[...] a implementação das políticas está sujeita ao papel crucial desempenhado pelos agentes encarregados de colocá-la em ação, que podem potencializar ou criar barreiras adicionais à sua efetivação. Como tem mostrado a experiência histórica, a resistência às mudanças — legítima ou não — pelos agentes implementadores e os embates corporativos ou político partidários entre as diferentes esferas de poder público são elementos que não podem ser

desprezados no processo de formulação e implementação de políticas públicas no Brasil (JANUZZI, 2002, p.70).

Conhecer e divulgar as normas que regem os processos democráticos nos quais estamos inseridos é fundamental para evitar que prevaleçam as decisões autoritárias e infundadas que constantemente tem permeado as práticas escolares. A respeito do regime democrático acreditamos que “é imprescindível que haja mecanismos de ampla divulgação das normas que regem o processo governamental de modo que o poder possa, em decorrência da proximidade espacial entre governante e governado, ser controlado e fiscalizado pelo povo” (BOBBIO, 2009, p. 100).

Em nossa defesa, acreditamos que, para nos apropriarmos dos nossos direitos e deveres enquanto cidadãos, seja necessário desenvolver certo nível de autonomia, apesar de que as mudanças realizadas até hoje em nossos sistemas de ensino ainda não foram suficientemente capazes de superar a centralização que impera nos processos de gestão e de ensino escolar (GADOTTI, 2008). Autonomia, nesse sentido, exige o estabelecimento de novas relações sociais, exige parceria e de modo algum pode significar isolamento ou permitir práticas educativas autoritárias. Ao refletir sobre gestão democrática e cidadania na escola nos apropriamos das ideias de Gadotti, que toma como referência para o conceito de autonomia a noção de que:

A autonomia se refere à criação de novas relações sociais que se opõem às relações autoritárias existentes. Autonomia é o oposto de uniformização. A autonomia admite a diferença e, por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar o novo. Por isso, escola autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade (GADOTTI, 1997, p. 5).

A concepção de autonomia acima apresentada, nos remete, a ideia de que as políticas educacionais, bem como os direitos educacionais nelas inscritos, devem ser constantemente velados, cobrados e juridicamente acionados, quando os direitos por nós conquistados nos forem negados, pois, em complemento à essas ideias, Smarjassi e Arzani (2021) afirmam que, a lei, por si só, não é absoluta e as subjetividades nem sempre se efetivam, já que na prática, de modo recorrente, o

que se observa no Brasil é que a materialização dos direitos subjetivos estão condicionadas a disponibilização de recursos para seu cumprimento, demonstrando a urgente necessidade de articulação social para cobrança de um projeto de educação que alcance a coletividade.

No contexto desta pesquisa a investigação e discussão dos diferentes graus de autonomia que os sujeitos assumem ao traduzirem a política do PDDE e do Sistema PDDE Interativo nos permitirá concluir, se no caso de Belo Campo, a política que orienta a execução do programa está sendo apenas implementada, o que contraria a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), ou se há diferentes contornos e relações que estão modificando o seu entendimento ou os resultados esperados no texto da política, como faz a defesa da ACP.

Quanto à Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), para compreender a análise, a explicitação de alguns conceitos é essencial. Dentro desta abordagem, umas das principais formas através da qual uma determinada política pode se materializar é através dos textos e dos discursos que orientam a sua execução. O desenvolvimento da ACP, pressupõe, inicialmente, a análise da política a partir de duas perspectivas importantes, da política como texto e da política como discurso. A respeito da concepção da política como texto, Mainardes afirma que:

“A conceituação da política como texto baseia-se na teoria literária que entende as políticas como representações que são codificadas de maneiras complexas. Os textos são produtos de múltiplas influências e agendas e a sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas. Assim, a análise de documentos de políticas não é algo simples, mas demanda pesquisadores que sejam capazes de identificar ideologias, interesses, conceitos empregados, embates envolvidos no processo, as vozes presentes e ausentes, entre outros aspectos”. (MAINARDES, 2007, p. 37).

As ideias expostas na citação acima acerca do conceito de política como texto, chamam atenção para a necessidade de uma análise crítica das políticas e das relações e jogos de poder que podem se desenvolver em seu processo de construção, em razão da pluralidade de interpretações que podem ocorrer.

Em relação à conceituação da política como discurso, é possível afirmar, que tal conceito, “estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem o efeito de

distribuir “vozes”, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade”. (MAINARDES, 2007, p. 39). Nesta perspectiva, é importante delimitar os interlocutores do discurso, estabelecer os enunciados de análise, os embates e sentidos que um determinado discurso pode assumir. Deste modo, verifica-se que dentro da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), os conceitos de política como texto e política como discurso se complementam. Em síntese, “enquanto a política como discurso enfatiza os limites impostos pelo próprio discurso, a política como texto enfatiza o controle que está na mão dos leitores”. (MAINARDES, 2007, p. 39). A complementaridade e a diferenciação entre esses dois determinantes são de fundamental importância para compreender como os sujeitos estão atuando sobre a política.

A compreensão da teoria da atuação sobre as políticas públicas, conseqüentemente, implica compreender o sentido atribuído por Ball, ao termo atuação. O que ocorre é um processo de atuação sobre as políticas. De forma sucinta, já mencionamos anteriormente que na Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), as políticas não são simplesmente implementadas. A palavra implementação, neste estudo, se refere a uma forma verticalizada de executar a política, (processo de cima para baixo/de baixo para cima).

Em seu sentido original, o termo atuação vem sendo utilizado para substituir o termo inglês enactment utilizado por Ball e colaboradores no desenvolvimento da ACP. Ao explicar o termo atuação, Lopes (2016), destaca em seus estudos, que a análise de uma política sob investigação, dentro da ACP, deve considerar a seguinte compreensão:

“Essa investigação e essa análise se desenvolvem em torno da compreensão do processo de enactment, que não tem uma tradução precisa em português. Enactment em inglês simultaneamente tem o sentido de promulgar um registro legal e implementá-lo e o sentido de uma performance teatral, na qual um texto é colocado em ação por meio de personagens. Opto pelo termo atuação para me referir ao substantivo enactment por me parecer que, em português, se aproxima tanto de uma representação teatral – remetendo-nos também à tradução/interpretação – quanto de uma atuação como prática em qualquer âmbito social. Utilizo-me, porém, da expressão colocar em ação (put into action) para tentar dar conta do verbo to enact. Atuação, nesse sentido, não é um momento, mas um processo emoldurado por fatores institucionais envolvendo uma gama de atores (p. 14)”. (LOPES, 2016, p. 5).

Com base na citação anterior, queremos deixar claro, que ao utilizarmos o termo “atuação”, no decorrer desta pesquisa, estamos nos referindo à ideia de Ball e seus colaboradores de que os sujeitos não executam as políticas, tal qual como prescrito em seus textos orientadores. De acordo com a ACP, as políticas são personalizadas, e tornam-se vivas, dispensadas ou esquecidas, a partir da prática da teoria da atuação. A teoria da atuação por sua vez, propõe que ao encenar (colocar em ação), uma determinada política, os atores, ou seja, os sujeitos responsáveis pelo processo de encenação, isto é, por colocar a política em ação, interpretam e traduzem tal política, quando esta chega no terreno das escolas.

O processo de interpretação, de acordo com Ball; Maguire; Braun (2016), consiste no compromisso com a linguagem da política, se refere a uma leitura inicial, realizada como possibilidade de captar o que o texto significa, captar as estratégias que precisam ser postas em prática, e de tentar compreender os sentidos fixados no texto. Normalmente as traduções são instanciadas e elaboradas em reuniões da equipe de liderança, de funcionários, grupos de trabalho e identificação de pessoas responsáveis. Trata-se do processo de decodificação da política e está relacionada à história e à cultura institucional.

O processo de tradução, por sua vez, se refere às táticas, envolvendo as linguagens da prática. É considerada um terceiro espaço entre a política e a prática, através do qual é possível colocar a política em ação. As táticas podem incluir reuniões, observações, planos, eventos, produção de artefatos, compras de materiais, que contribuem para explicar e internalizar os conceitos, objetivos e caminhos para colocar a política em ação (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016). Apesar de se situarem em arenas diferentes, as interpretações e traduções podem se entrelaçar e se sobreporem, trabalhando juntas para abordar determinados assuntos ou inscrever o discurso no campo prático de ação das políticas.

No processo de atuação das políticas, emerge também a noção de recontextualização, noção esta, que de acordo com Lopes (2016, p. 7), “mantém o processo de interpretação e tradução associado à transferência de discurso e textos de um contexto a outro, o que abre possibilidade de conceber alguma fixação de sentido no âmbito de um dado contexto”. A recontextualização, permite, portanto, o trânsito de textos e discursos entre contextos distintos, podendo assumir sentidos diversos, em cada um dos contextos sob análise. Quando nos referimos ao termo “contexto”, estamos nos referindo, dentro da abordagem da Abordagem do Ciclo de

Políticas (ACP), ao local que recebe as políticas, ou ao conjunto de elementos que constituem a estrutura econômica, social ou política que faz com que uma determinada política pública seja criada naquele momento e não em outro.

No processo de análise desta pesquisa, também discutimos junto aos resultados, a relação do Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas com o conceito de performatividade discutido por Ball, tendo em vista as aproximações dos objetivos e as características do PDDE Interativo e Ações Agregadas, com o conceito de performatividade de Ball, apresentado a seguir. Tal conceito, também mantém vinculação com a ACP, e nas palavras de Ball, a noção de performatividade pode ser resumida por meio da seguinte sentença:

Performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação, e mesmo, tal como define Lyotard, um sistema de “terror”, sistema que implica julgamento, comparação e exposição, tomados respectivamente como formas de controle, de atrito e de mudança. Performances – de sujeitos individuais ou organizações – servem como medidas de produtividade ou resultados, como formas de apresentação da *qualidade* ou *momentos* de promoção ou inspeção. Elas significam, encapsulando ou representando um valor, a qualidade ou a valia de um indivíduo ou de uma organização dentro de um campo de julgamento (BALL, 2010, p. 38).

A partir das ideias contidas na citação anterior, percebemos o PDDE Interativo e os modos de execução de suas ações agregadas, como instrumentos de controle, que usam o discurso de qualidade e as médias do Ideb como critério de distribuição de recursos de algumas modalidades do PDDE, de modo a ressaltar ou desvalorizar as performances individuais das instituições escolares. Para Ball (2020, p. 66), “a performatividade, convida-nos e incita-nos a tornarmo-nos mais afetivos, a trabalhar em relação a nós mesmos, a melhorarmos a nós-mesmos e a sentirmo-nos culpados ou inadequados se não o fizermos”. A performatividade, nesse sentido, trabalha para reorientar as atividades pedagógicas, de modo que tenham impactos positivos com enfoque nos resultados de desempenho, que sejam capazes de serem mensurados, desviando-se da atenção dos aspectos do desenvolvimento social, emocional ou moral, que não tenha nenhum valor performativo imediato, contrariando qualquer projeto educacional, baseado na solidariedade, coletividade e cooperação.

Tal reflexão, traz à tona, a necessidade de refletir sobre a noção de justiça social, empreendido por Ball dentro da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP). Esta concepção, assume diferentes interpretações. Na ACP, o conceito de justiça envolve questões de equidade, oportunidade e justiça. Ao ser questionado sobre o conceito de justiça social Ball afirma:

[...] o conceito básico que sustenta tudo é o conceito de poder. Assim, vejo a justiça social através da opressão de poder, vejo as políticas de distribuição e reconhecimento em termos de lutas de poder. Ambos lutam pelo controle de bens e pelo controle dos discursos. As políticas são investidas de, ou formadas a partir de ambos os aspectos de disputas, em termos de vantagens sociais e de legitimidade social; o que pode ser considerada uma “boa” política e quais interesses são servidos pela definição do que seja considerado “bom”. (BALL, 2009, p. 308).

Diante do conceito de justiça social apresentado por Ball, discutiremos nos capítulos seguintes, em que medida, o PDDE e o Sistema PDDE Interativo têm contribuído para garantir as liberdades individuais, ou as oportunidades (igualdade nos padrões de acesso aos recursos a que as escolas têm direito), e em que medida os recursos recebidos têm contribuído para garantir a equidade através de suas ações agregadas, tendo em vista que tais ações envolvem o acesso a direitos sociais básicos como direito à aprendizagem, educação de qualidade, água, cultura, sustentabilidade ambiental, etc.

Neste estudo, assim como na ACP, usamos em muitos momentos o termo efeitos, em lugar de resultados, no sentido de compreender as consequências do processo de atuação sobre a política. Os efeitos, conforme caracterizado por Ball, podem se diferenciar em efeitos de primeira ordem e efeitos de segunda ordem, conforme a descrição abaixo:

“Os efeitos de primeira ordem referem-se a mudanças na prática ou na estrutura e são evidentes em lugares específicos ou no sistema como um todo. Os efeitos de segunda ordem referem-se ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social”. (MAINARDES, 2007, p. 32).

A análise dos efeitos, a partir dessas diferentes perspectivas, contribuem, não somente para compreender se no processo de atuação das políticas, houve

alteração na dinâmica da prática ou na estrutura, em decorrência da encenação da política, mas também, se tais mudanças impactaram de forma positiva em relação à superação da lógica, exclusivamente performativa e mercadológica da política, em direção à igualdade de oportunidades e justiça social quanto aos padrões de acesso aos recursos e ferramentas disponibilizados pela política.

Ao analisar os efeitos da atuação da gestão escolar frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas em escolas municipais de Belo Campo – BA, sob a ótica pós-estruturalista, em especial da análise do discurso e das teorizações foucaultianas, adotaremos a noção de poder e a análise das relações de poder como elementos essenciais para o entendimento sobre como a política está sendo operada pelos atores responsáveis por sua encenação, como tem se dado a comunicação e as relações estabelecidas entre os sujeitos e órgãos, e se tais relações estão contribuindo, ou não, para o cumprimento dos objetivos, ou desenvolvimento das estratégias e táticas da política.

É possível analisar o poder e os modos através do qual ele é exercido a partir de diferentes teorias e concepções. Para este trabalho interessa a concepção que entende o poder como uma relação entre pessoas em diferentes pontos e níveis da rede social, mas que esta relação não seja vista apenas como uma relação vertical, na qual o Estado é o detentor máximo de poder, ou somente da perspectiva da dominação, na qual um indivíduo ou grupo de indivíduos exerce o poder sobre outros para alcançar aquilo que se deseja.

O referencial teórico que fundamenta o ciclo de políticas defende a ideia de que as relações de poder só se concretizam na relação entre indivíduos. Ball se ampara na noção de poder de Foucault para fundamentar seu método, noção esta que avança na discussão em relação à ideia de poder unilateral presente em muitas outras teorias, uma vez que na perspectiva de Foucault (2013a, p.17), diferentemente das demais perspectivas, o poder atua em rede e “funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social”, instituindo a produção de saberes e práticas. É correto afirmar, nesse sentido, que o poder é uma prática ou relação, e não uma coisa que se possui ou possa ser distribuída.

Em sua visão, Foucault visualiza o discurso como a principal forma de exercício do poder, e acredita que “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo

tempo, um lugar de formação de saber” (FOUCAULT, 2013a, p. 28), o que ele intitula de relação saber-poder, e à ideia de que a gênese do saber se encontra nas relações de poder. Saber e poder, na lógica foucaultiana, se implicam mutuamente. Isso quer dizer, que à medida que subjetivamos, ou seja, interpretamos ao nosso modo os discursos reproduzidos em sociedade, acabamos em muitos momentos atribuindo novos sentidos aos discursos por nós traduzidos e interpretados, que nem sempre corresponde ao sentido que se quis afirmar no discurso original, mas que reproduzimos a outros como se fosse verdade, é o que Foucault denomina de vontade de verdade, e que acaba produzindo assim, um efeito passível de novas interpretações e de produção de novos saberes, que implicam no estabelecimento de novas relações de poder, ao passo que resistimos ao direcionamento dado pelo discurso original e não nos comportamos tal qual ele deseja.

Em suas teorizações, Foucault também aborda um tipo específico de poder, que ele denominou de poder disciplinar e que muito se assemelha com a concepção de performatividade que se insere na Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP). Para Foucault (2013a, p.21), o poder disciplinar consiste em:

[...] "um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade - utilidade. É um diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo do homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial capitalista". (FOUCAULT, 2013a, p.21).

A noção de poder disciplinar, nesse sentido, nos permitirá refletir sobre o Sistema PDDE Interativo, investigando-o, como um possível instrumento de vigilância, que pode facilitar, ou contribuir com a fabricação de um comportamento desejado para o alcance dos objetivos inseridos no discurso original da política.

O discurso, por sua vez, nas proposições de Foucault (2013b, p. 131), é definido como um “[...] conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”, enquanto o enunciado, é a unidade elementar que constitui o discurso. A formação discursiva, implica, portanto, na definição de uma regularidade, ou seja, ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações, dispersão da enunciação. (Foucault, 2013a).

Como elemento essencial desta abordagem e das análises de relações de poder, o discurso, não deve ser entendido apenas como conjunto de palavras ou enunciados, nem mera transmissão de uma ideia. Implica acima de tudo, produção de sentidos, atribuídos pelos sujeitos, suas vivências e atravessamentos do tempo histórico vivido. O sentido, neste contexto, se refere à capacidade que o homem tem de se significar e significar sua fala, em relação à sua inscrição ideológica e posição ocupada no momento (ORLANDI, 2009). Na Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), “os discursos dizem direito a o que pode ser dito e pensado, mas também a quem pode falar, quando, onde e com que autoridade”. (MAINARDES, 2007, p. 39).

Do ponto de vista da abordagem do ciclo de políticas e da ideia de poder por ele defendida, o que pretendemos fazer com o nosso objeto de estudo é analisá-lo a partir da vertente de que os sujeitos que atuam junto ao PDDE e o Sistema PDDE Interativo, no caso de Belo Campo, não foram meros implementadores do texto da política que norteia o programa. Neste caso, a análise pretende focalizar as relações de poder e os contornos assumidos a partir da personalização da política, uma vez que os textos que fundamentam a legislação e os demais documentos oficiais, como afirma Ball (2016, p. 14), “precisam ser traduzidos em relação ao contexto e aos recursos disponíveis”, já que as políticas muitas vezes são mal formuladas ou levam em consideração apenas, a dinâmica de funcionamento das melhores escolas possíveis, desconsiderando o seu desenrolar em realidades adversas e impossibilitando a concretização da justiça social.

Do ponto de vista da sistematização dos dados, em especial da análise do discurso, a partir das teorizações foucaultianas, ao refletir sobre os discursos dos atores da política, através da análise dos questionários aplicados, o fizemos com base nas regras de formação das modalidades enunciativas, formação dos objetos e formação dos conceitos, que neste caso, se associaram às regras de análise da política como texto e política como discurso para problematizar os objetivos e resultados alcançados.

A regra de formação das modalidades enunciativas exigiu, com base nas teorizações foucaultianas, a identificação dos sujeitos (atores da política), definição ou redefinição de papéis na execução da política/programa, análise da posição ocupada pelos sujeitos do discurso, identificação dos lugares institucionais aos quais os discursos estavam vinculados, análise da legitimidade de aplicação do discurso, bem como a análise sobre os direitos de intervenção e decisão na situação

observada. No processo de aplicação das regras de formação dos objetos, levou-se em consideração três princípios básicos: a superfície de emergência dos objetos, as superfícies de delimitação e as grades de especificação. Neste contexto, tomamos como norma, definir, classificar, delimitar em que momento surge o objeto do discurso, identificar as instâncias ou órgãos responsáveis pelo seu aparecimento, regulamentação, consolidação ou extinção, e se necessário for, realizar o reagrupamento dos objetos do discurso em relação uns aos outros. Por fim, quanto às regras de formação dos conceitos, coube neste momento, dispor as séries enunciativas dos discursos e estabelecer relações necessárias ao estabelecimento de suas semelhanças e diferenças no contexto de análise (FOUCAULT, 2013b).

Explorar todas essas concepções e noções vinculadas ao campo da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) e teorizações foucaultianas, se constituiu um processo de fundamental importância para analisar os efeitos da atuação da gestão escolar frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas em escolas municipais de Belo Campo – BA. Assim como a noção de poder, as concepções aqui apresentadas se tornaram ponto de partida para a fundamentação deste trabalho e no decorrer da pesquisa acabaram nos direcionando a outras concepções à medida que foram confrontadas com os dados e resultados encontrados.

1.4O recorte temporal e o *lócus* da pesquisa

A pesquisa teve como recorte temporal o intervalo entre os anos de 2011 a 2018. O ano de 2011 foi determinado como ponto de partida para coleta dos dados por ser o ano de criação do Sistema PDDE Interativo. O ano de 2018 foi adotado como ano limite para coleta de dados por ser o último ano com dados consolidados disponíveis no Sistema PDDE Interativo e na própria rede municipal de ensino do município em análise. Ao longo dos anos seguintes, o Sistema PDDE Interativo passou por um processo de desconfiguração de suas ações e objetivos iniciais, descontinuidade de programas e direcionamento da elaboração dos de planos de trabalho de determinadas ações para outras ferramentas ou plataformas de acompanhamento, como veremos mais adiante.

Tendo em vista que a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) leva em consideração a articulação entre o global e o local, consideramos relevante

apresentar algumas características geográficas do município sob investigação e os motivos que levaram à escolha do *lócus* de desenvolvimento da pesquisa. A escolha do *lócus* se justifica pela trajetória pessoal e profissional da pesquisadora no município de Belo Campo – BA e pela sua relação direta com o objeto de estudo neste contexto, onde já possuiu perfil de direção escolar no Sistema PDE Interativo em 2011 e onde possui desde 2015 o perfil de membro do comitê gestor municipal do Sistema PDDE Interativo e de suas ações agregadas.

O perfil de acesso ao Sistema PDDE Interativo permitiu analisar com maior propriedade e especificidade as informações salvas no sistema desde o ano de 2012, e que em muitos momentos revelaram o movimento da política em sua relação com os sujeitos que as colocaram em prática. Em 2011, a pesquisadora também teve um contato inicial com o Sistema PDE Interativo, muito semelhante ao Sistema PDDE Interativo, de onde decorreu o interesse e curiosidade por melhor compreender a dinâmica de funcionamento do sistema em análise.

Na ACP a caracterização do contexto no qual a atuação da política se dá é de fundamental importância para localização e compreensão dos processos políticos. Ball (2016, p. 36) afirma que “a política cria o contexto, mas o contexto também precede a política”. Isso significa para Ball que é preciso atribuir sentido ao ambiente do qual se extrai os dados, já que as nuances pré-existentes no contexto local podem fazer diferença na realização da política. Informações estruturais, materiais e relacionais podem ser incorporadas às análises, a fim de que a política não seja desmaterializada e seja possível perceber as condições objetivas e suas variáveis na dinâmica interpretativa (BALL, 2016).

No livro “Como as escolas fazem as políticas” Ball (2016), apresenta quatro dimensões contextuais que podem ser levadas em consideração na análise de processos políticos: os contextos situados (ex.: localidade, histórias escolares e matrículas); culturas profissionais (valores, compromissos, experiências dos professores e gestão das políticas nas escolas); contextos materiais (funcionários, orçamentos, edifícios, tecnologia e infraestrutura); e contextos externos (grau e qualidade do apoio das autoridades locais, pressões e expectativas de contexto político mais amplo, classificações em avaliações externas, requisitos legais e responsabilidades). Essas são dimensões que foram mais detalhadas e exploradas ao longo da exposição dos resultados da pesquisa.

A análise envolveu dados pertinentes à realidade educacional do município de Belo Campo, que está situado na região Sudoeste da Bahia e possui 61 anos de emancipação política. O município possui uma área territorial de 772,756 km² e uma população estimada em 2023 de 18.412 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,575, média que indica a necessidade de progressão em termos de renda, educação e saúde, sinalizando, nesse sentido a necessidade de elaboração e execução de políticas públicas capazes de diminuir as desigualdades sociais.

No contexto da divisão territorial da Bahia, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), organização que divide o estado em 27 territórios de identidade, localizamos o município de Belo Campo no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, território este, composto por 24 municípios, que se aglomeram por proximidade geográfica, por relações de semelhança na formação cultural e por relações com a sua configuração histórica e processos de ocupação. Desde a época de sua formação, o território sofre grande influência da região norte do estado de Minas Gerais. Essa articulação conduz à implementação de atividades comuns, nos âmbitos da pecuária e da mineração, que passam a conduzir a formação espacial, social e econômica da região.

Ilustração 2. Mapa do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.



Fonte: SEI Bahia, 2023.

Em sua origem, a região de Belo Campo era primitivamente habitada pelos índios imborás e mongoiós. Seu povoamento iniciou-se no final do século XIX, e sua história é marcada por guerras familiares e disputas de territórios, e ao longo desse período o povoado foi se desenvolvendo, principalmente pelas atividades agropecuárias. Belo Campo tornou-se distrito subordinado ao Município de Vitória da Conquista em 1915, mas em 22 de fevereiro de 1962 foi desmembrado e constituído do Distrito Sede. Está assentado sobre um planalto, favorecendo o desenvolvimento agropecuário, em especial a criação de gado bovino de corte e a produção da mandioca e seus derivados. A respeito dos biomas presentes, o município de Belo Campo abrange duas importantes formações vegetais, sendo que o bioma predominante é a caatinga, mas também é possível encontrar trechos de Mata Atlântica (LETTIERE, 2022). Com isso, há alternância na região de períodos de extrema seca e períodos muito chuvosos.

Quanto aos contextos mais específicos da pesquisa, dentro do município de Belo Campo, também tomamos como *lócus*, duas escolas municipais da rede de ensino, na qual documentos foram analisados e sujeitos tornaram-se respondentes dos questionários, sendo uma localizada no campo, com perfil de escola multisseriada nos anos iniciais, atendendo também o público da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI) no contexto dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. A outra escola, é caracterizada como escola urbana, atendendo o público dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

A escola do campo foi escolhida, tendo em vista que a direção da escola é a única gestora da rede que tem vivência com o Sistema PDDE Interativo desde o seu processo de criação em 2011 e supomos que a mesma, talvez pudesse apresentar, mais argumentos e relatos que pudessem contribuir com a pesquisa e com a prática de articulação do Grupo de Trabalho (GT) da escola. A escola urbana, foi selecionada, tendo em vista a análise dos planos de ação do município de Belo Campo no Sistema PDDE Interativo, através do qual foi identificada uma falha na gestão do Sistema PDDE Interativo que inviabilizou a continuidade de recursos de uma ação específica do PDDE, o que despertou o interesse em entender as relações que levaram a essa problemática.

No contexto das duas unidades escolares, escola urbana e escola do campo, fizeram parte da pesquisa os gestores escolares (diretores) e representantes dos Grupo de Trabalho (GT) do Sistema PDDE Interativo da escola. Neste *lócus*

específico, as escolas, não nos aprofundamos nos contextos situados, materiais, profissionais ou externos, mas sim nos discursos sobre a relevância, desafios, interpretação e efeitos da execução da política e relações de poder consequentemente estabelecidas neste processo.

Apesar dos instrumentos de coleta de dados, terem sido aplicados nesses dois lócus específicos, a análise documental e dos planos de ação que compõem o planejamento das ações do PDDE Interativo, também lançam olhar, através das ferramentas de gestão do sistema, sobre outras escolas da rede. Deste modo, tendo em vista que a rede municipal de ensino de Belo Campo, até 2018, apresentava uma variação anual entre 40 e 42 unidades escolares, optamos por fazer uma análise amostral em relação à coleta e análise dos discursos dos sujeitos da pesquisa.

Ao discorrer sobre amostragem em pesquisas qualitativas, Yin (2016, p.79) afirma que, “as amostras tendem a ser escolhidas de uma forma deliberada, conhecida como amostragem intencional. O objetivo ou propósito de selecionar as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que gerem os dados mais relevantes e fartos, considerando seu tema de estudo”. Nesse sentido, selecionamos dentre o conjunto de escolas municipais, as duas que através da análise dos planos de ação e históricos de tramitação, apresentavam mais informações, evidências ou informações contrárias aos discursos dos sujeitos da atuação da política e que, consequentemente, melhor respondiam aos objetivos da pesquisa.

1.5 Os sujeitos da pesquisa e seus perfis de identificação

Ao adotar uma abordagem que analisa a política como texto e como discurso consideramos relevante propor questionamentos a alguns sujeitos que influenciaram ou fazem parte da atuação da política sob investigação no município de Belo Campo – BA. Apesar dos dados coletados no Sistema PDDE Interativo nos permitirem visualizar de que modo se deram algumas relações e dinâmicas de execução do PDDE, entendemos que visualizar os discursos dos sujeitos sobre os sentidos que eles têm atribuído ao programa e os desafios que eles têm enfrentado diante do uso do sistema irá contribuir de modo específico para interpretação dos dados que não estão visíveis no sistema.

Na abordagem do “ciclo de políticas” as vozes dos sujeitos são essenciais para análise da pesquisa. Ball (2006, p. 26) afirma que as “políticas colocam problemas para seus sujeitos, problemas que precisam ser resolvidos no contexto”. Para Ball é no processo de construção das respostas aos problemas produzidos pelas políticas que as pessoas envolvidas deixam de ser apenas objeto e sujeito, e passam serem também atores, já que para isso precisam interpretar o texto da política, ocupar um espaço de negociação e contestação, para então adequá-la à realidade na qual se desenvolve.

No sentido de capturar a dinâmica de interpretação dos efeitos da atuação da gestão escolar frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas em escolas municipais de Belo Campo – BA, é que se faz necessário contrapor os dados do Sistema com os discursos dos sujeitos que são responsáveis pela execução dos programas que o compõem e pelo seu monitoramento e controle. Nesta perspectiva é que selecionamos e caracterizamos os sujeitos da pesquisa apresentados na tabela nº 1 apresentada a seguir.

Tabela 1: Sujeitos da Pesquisa e da Política

| SUJEITOS DA PESQUISA E DA ATUAÇÃO DA POLÍTICA | |
|--|---|
| REPRESENTAÇÕES | IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES DA POLÍTICA NA PESQUISA |
| Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo | CGM ¹ |
| Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo | CGM ² |
| Direção Escolar | DE ¹ |
| Direção Escolar | DE ² |
| Grupo de Trabalho do PDDE Interativo na Escola | GT ¹ |
| Grupo de Trabalho do PDDE Interativo na Escola | GT ² |
| Coordenação de Programas Especiais (COPE) | CPE |
| TOTAL GERAL DE SUJEITOS PARTICIPANTES | 07 |

Fonte: Tabela produzida pela autora com base nas representações do Comitê Gestor do Sistema PDDE Interativo, dos grupos de trabalho do PDDE Interativo nas escolas e da articulação do município com a COPE e a Rede PDDE Bahia.

Perfil de CGM¹: Sexo Feminino. Representante do Comitê Gestor Municipal no período de Criação do Sistema PDDE Interativo. Servidora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Belo Campo (Professora – 20 horas semanais). Licenciada em Pedagogia, com especialização em Coordenação Pedagógica e Mestrado em

Educação em andamento. Atua na área de educação há 23 anos. Atuou em cargo comissionado como Coordenadora do Núcleo Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação por 14 anos ininterruptos, tendo sido desligada da função em 2020. Durante esse período orientou gestores escolares no processo de execução e prestação de contas do PDDE. Atualmente também é Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual de Ensino da Bahia (40 horas). O processo de escolha para atuar na função exercida na época, como Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação foi o processo de indicação.

Perfil de CGM²: Sexo Feminino. Representante do Comitê Gestor Municipal no atual Ciclo. Servidora contratada da Rede Municipal de Ensino de Belo Campo em cargo comissionado (Técnica da Secretaria Municipal de Educação – 40 horas semanais). Licenciada em História com Especialização em Gestão Educacional. Atua na área de educação há 9 anos, tendo atuado nesse período como professora, diretora escolar e atualmente como Técnica da Secretaria Municipal de Educação. Integra o Comitê Gestor Municipal desde fevereiro de 2021 e é responsável pela formação e orientação dos gestores escolares quanto aos mecanismos de execução e prestação de contas do PDDE Interativo. O processo de escolha para atuar na função exercida atualmente como Técnica da Secretaria Municipal de Educação foi o processo de indicação.

Perfil de DE¹: Sexo Feminino. Representante dos Diretores de Escola. Servidora Efetiva (Professora) da Rede Municipal de Ensino, exercendo cargo em comissão como diretora escolar desde 2009, período no qual atuou em duas escolas distintas. Licenciada em Biologia, com especialização em Gestão Escolar. Atua na área de educação há 20 anos, dentre os quais atuou como professora durante 6 anos e vem atuando como diretora há 14 anos. Atualmente é diretora de uma escola do campo com carga horária de 40 horas semanais, atendendo classes Multisseriadas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Classes de Anos Iniciais e Finais de Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI). Iniciou como diretora no atual vínculo em 2021, mas atuou anteriormente como diretora escolar em outra unidade de ensino. O processo de escolha de direção escolar adotado no município de Belo Campo é o processo de indicação.

Perfil de DE²: Sexo Feminino. Representante dos Diretores de Escola. Servidora Contratada, em cargo comissionado de direção escolar da Rede Municipal de Ensino de Belo Campo. Licenciada em Geografia, com pós-graduação em

Gestão Escolar. Atua na área de educação há 15 anos, dentre os quais atuou como professora da rede pública e particular de ensino. Assumiu a direção escolar em 2021, com 40 horas semanais e está vinculada a uma escola urbana que contempla os Anos Finais do Ensino Fundamental e Classes de Anos Iniciais e Finais de Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI).

Perfil de GT¹: Sexo Feminino. Representante do Grupo de Trabalho Escolar (GT). Servidora efetiva (Professora – 40 horas semanais) da Rede Municipal de Ensino. Licenciada em Pedagogia. Atua na área de educação há 28 anos. Está vinculada a Classes Multisseriadas de Educação do Campo, Anos Iniciais. Integra o GT de escola desde 2021, no qual representa o Conselho Escolar, segmento de Professores.

Perfil de GT²: Sexo Feminino. Representante do Grupo de Trabalho Escolar (GT). Servidora contratada (Professora – 40 horas semanais) da Rede Municipal de Ensino, atuando em duas unidades escolares distintas. Licenciada em Biologia. Atua na área de educação há 3 anos. Está vinculada a uma escola urbana de Anos Finais do Ensino Fundamental. Integra o GT de escola desde 2021, no qual representa o Conselho Escolar, segmento de Professores.

Perfil de CPE: Sexo Feminino. Representante da Coordenação de Programas Especiais (COPE) e do Programa Rede PDDE Bahia. Licenciada em História com Especialização em História e Cultura Afrodescendente. Servidora efetiva (Professora – 40 horas semanais) da Rede Estadual de Ensino. Atua como Professora Formadora da Rede PDDE Bahia há 7 anos e é responsável pelos processos de formação presencial dos representantes do Comitê Gestor Municipal dos municípios baianos.

Para a realização da aplicação dos questionários determinamos, a princípio, o número de sete pessoas que possuem responsabilidades no processo de execução do PDDE e na gestão do Sistema PDDE Interativo. O número de participantes leva em consideração, quatro grupos distintos, sendo dois para cada grupo representativo, como disposto na tabela 1, com exceção da representação da Coordenação de Programas Especiais, que contará com resposta de apenas 1 sujeito.

Quando mencionamos o termo Coordenação de Programas Especiais (COPE) na tabela 1, estamos nos referindo ao órgão que orienta a atuação do PDDE Interativo e Ações Agregadas no estado da Bahia. O órgão é responsável por

promover a formação dos agentes municipais que atuam com o programa e contribuem, deste modo, com o processo de interpretação dos textos que orientam o PDDE e o Sistema PDDE Interativo. Nesse sentido julgamos necessária a participação de um representante da COPE, a fim de que possa relatar as experiências e resultados de sua atuação junto aos municípios no processo de planejamento e execução das ações do Sistema PDDE Interativo e de suas ações agregadas.

A representação do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo é importante na medida em que o grupo é responsável pela articulação municipal das ações agregadas ao PDDE e pelo Programa Estadual Rede PDDE Bahia. Tem o papel de orientar, promover ações de formação em âmbito municipal e fazer a gestão do sistema por meio do monitoramento das ações.

Enfatizamos a participação dos diretores escolares como sujeitos da pesquisa, por entendermos que estes são peças fundamentais na gestão do Sistema PDDE Interativo, e por possuírem o perfil de gestor máximo do sistema no contexto da escola. Acreditamos que estes sujeitos poderiam contribuir com os resultados da pesquisa ao relatar os desafios enfrentados.

Também consideramos relevante entrevistar outros representantes dos Grupos de Trabalho (GT) do Sistema PDDE Interativo na escola que não fossem diretores. Neste caso, as respostas dadas ao questionário, foram de professoras que compunham o GT das escolas convidadas a fazerem parte da pesquisa. Esses grupos, pelas orientações constantes no texto da política, devem ser criados com a representação de diferentes segmentos escolares e com a finalidade de planejar, registrar as informações no sistema, executar, monitorar e prestar conta das ações agregadas do PDDE. Nesta análise, entendemos que os professores também são gestores dos processos de ensino e de aprendizagem e por isso a escolha por analisar suas percepções a respeito da política em ação, já que são membros do GT e também possuem a responsabilidade de fazer a gestão dos recursos junto à direção da escola.

1.6 Constituição do arquivo: procedimentos e dispositivos de análise

A definição e descrição dos procedimentos e caminhos adotados foram imprescindíveis para perseguir os objetivos da pesquisa, apresentar e delinear os

métodos de coleta dos dados e alicerçar as bases teóricas que fundamenta a análise dos resultados ou efeitos da política. Nesta seção, nos preocupamos em descrever os instrumentos de coleta de dados, definir o *corpus* análise, bem como, deixar evidente de que modo ocorreu o levantamento do referencial teórico que fundamenta a pesquisa, a seleção dos documentos e textos da política, bem como esclarecer como se deu a aplicação dos questionários e processo de análise dos resultados encontrados.

1.6.1 A análise documental e o levantamento do referencial teórico

A documentação analisada envolve os textos da política que orienta o Sistema PDDE Interativo e Ações Agregadas. Os textos foram consultados na página do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e na área restrita do Sistema PDDE Interativo, bem como solicitados à COPE. Os documentos que serviram de base para a construção da tese estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 1. Relação de Documentos Analisados

| DOCUMENTOS ANALISADOS | |
|------------------------------|--|
| 01 | Manual PDE Interativo e do Sistema PDDE Interativo (a detalhar) |
| 02 | Boletins Informativos do FNDE da Rede PDDE Bahia (a detalhar) |
| 03 | Especificação Técnica – Índice de Gestão Descentralizada (IdeGES) |
| 04 | Atas de Constituição dos GT's de Escola |
| 05 | Relatórios e Históricos de tramitação do Sistema PDDE Interativo |
| 06 | Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas |
| 07 | PDDE Rex – Relação de Unidades Executoras |
| 08 | Portaria de Constituição do Comitê Gestor Municipal |
| | Observação: A incluir outros |

O referencial teórico utilizado, por sua vez foi consultado no Banco de Teses e Dissertação da CAPES e em livros e artigos da área de políticas públicas, gestão e financiamento da educação básica, bem como no campo da filosofia e da abordagem pós-estruturalista, além de referenciais do campo da análise do discurso.

1.6.2 Elaboração e aplicação dos questionários

Os questionários foram elaborados e personalizados com base na obtenção de informações sobre a atuação dos diferentes perfis gestores do Sistema PDDE Interativo e de suas ações agregadas no município de Belo Campo e sobre a atuação da Rede PDDE Bahia. Nesse sentido, foram construídos quatro formulários que foram direcionados a diretores escolares, membros do Comitê Gestor Municipal, membros dos Grupos de Trabalho das escolas e representante da Rede PDDE Bahia.

As questões foram elaboradas no aplicativo Google Forms, plataforma de aplicação web, utilizada para o registro online de informações e pesquisas sobre pessoas, espaços e outros. O formulário continha questões abertas e cada respondente obrigatoriamente sinalizou ter ciência de que se tratava de uma pesquisa voluntária, sem identificação dos sujeitos participantes.

Os formulários foram aplicados entre os dias 4 a 18 de abril de 2023 e os convites para participação foram direcionados aos gestores das escolas selecionadas, após uma análise prévia dos planos de ação e históricos de tramitação dos mesmos, contidos no Sistema PDDE Interativo. As questões que compõem cada um dos questionários podem ser visualizadas nos anexos X, X, X e X da tese. (Inserir ordem dos anexos ao final).

1.6.3 Análise do Discurso (AD): a delimitação do *corpus* e dispositivos de análise

Para sistematizar as informações coletadas, com base na Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) e agrupadas e classificadas em cada um dos grupos de enunciados constituídos especificamente para os fins desta pesquisa, utilizamos algumas noções ou concepções pertencentes à vertente francesa da análise do discurso, em especial, em noções foucaultianas de análise do discurso, já mencionadas neste capítulo. Como dispositivo de análise adotado nesta pesquisa, cabe expor neste momento, de forma sintética, o que é a Análise do Discurso (AD), qual sua função e de que modo as noções foucaultianas da AD estão se articulando para atender aos objetivos estabelecidos para o alcance dos resultados.

A AD surge a partir da década de 1960 na França, levando em consideração o entrecruzamento e articulação de teorias e conceitos pertencentes a três campos distintos do conhecimento: a linguística, o materialismo-histórico e a psicanálise. Tais conceitos são desvinculados de seus campos de origem e são deslocados para outro terreno, assumindo outras significações e sentidos, que contribuíram com a constituição de um novo campo de saber, denominado de Análise do Discurso. A AD foi constituída a partir dos construtos teóricos de diferentes autores, dentre os quais cabe destacar as formulações de Michel Pêcheux e Michel Foucault (FERNANDES, 2005). Para esta análise, interessa as noções desenvolvidas por Foucault no contexto da análise do discurso. Foucault inicialmente se baseia nos trabalhos de Michel Pêcheux e de outros teóricos da área para debater, reformular e criar suas próprias noções, princípios e métodos de análise.

A análise do discurso, como referência ao próprio nome, toma como objeto de estudo o discurso. Para Fernandes (2005, p. 23), a análise do discurso “destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção. As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social”. Nesse sentido, analisar o discurso se refere ao processo de interpretação de discursos, em suas mais diferentes formas de materialização, observando nos mínimos detalhes todas as relações que o envolve.

No contexto da análise do discurso, uma mesma palavra pode assumir diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico na qual pode ser empregada, isso quer dizer, que a análise de um determinado discurso, implica observar o momento histórico, a posição ocupada pelo sujeito, as influências e relações de forças que contribuíram para o surgimento ou apagamento do mesmo, bem como o entrecruzamento de discursos e identificação das diferentes vozes que o constituem. A produção do discurso, neste contexto, deve ser pensada como elemento integrante da história e, portanto, seus sentidos não são fixos, se transformam junto com as mudanças históricas, tendo em vista que a história não se trata de ciência estática.

Em seus estudos sobre análise de discurso, Orlandi (2009), chama atenção para o fato de que, nem sempre, na análise de discurso, a linguagem é transparente. Também não deve ser considerada como mera transmissão de informação, como fala ou como um código, apenas. Dentro dessa lógica, “as relações de linguagem,

são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2009, p.21). O analista do discurso, busca, portanto, dentro desta abordagem, relacionar a linguagem à sua exterioridade para compreender o movimento, permanência, continuidade, enfim, os processos de transformação do homem e da realidade na qual está inserido.

A AD na perspectiva foucaultiana, rompe com a lógica do sujeito centrado no indivíduo e passa a percebê-lo “como produzido por algo que lhe é exterior; atesta, portanto, o descentramento do sujeito e sua constituição pelo discurso. O discurso passa a ser considerado uma função, ou como uma posição a ser ocupada nos discursos” (FERNANDES, 2014, p.114). Tal afirmação, nos leva a compreensão, de que o sujeito é produzido e subjetivado pelos discursos e relações que estabelece no tempo vivido. Esses discursos e relações, o antecedem, e são elementos encontrados na exterioridade do sujeito, mas que o atravessam no momento histórico da formação discursiva, influenciando, portanto, a sua constituição e a constituição do discurso adotado pelo sujeito, a ao qual ele se vincula.

Nenhum discurso, dentro da perspectiva da AD, é considerado neutro. Sua origem está sempre amparada em outros discursos que o antecederam, ainda que reproduzidos de forma inconsciente pelos sujeitos em dado espaço ou tempo histórico. Assim sendo, convém analisar as práticas discursivas, na perspectiva foucaultiana, a partir dos dispositivos de poder, a fim de desvelar, ou seja, tornar mais evidente, como determinados arranjos de poder possibilitam ou induzem a prevalência de determinados jogos de verdade e interesses.

Para delimitar o **corpus** de análise reunimos um conjunto de instrumentos de coleta de dados que permitiram captar as informações necessárias à construção da pesquisa e interpretação dos resultados. No âmbito da pesquisa qualitativa, os dados podem ser caracterizados como “as menores ou mais baixas entidades ou elementos registrados que resultam de alguma experiência, observação, experimento, ou outra situação semelhante” (YIN, 2016, p. 116), ou seja, refere-se a uma coleta organizada de informações que podem ser processadas a partir de diferentes atividades. No contexto desta pesquisa, as atividades que configuraram os instrumentos de coletas de dados foram a aplicação de questionários on-line, observação e o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica e documental.

O *corpus* de análise foi constituído de recortes dos relatórios do Sistema PDDE Interativo, planilhas de previsão de recursos das ações agregadas do PDDE, planilha com informações do planejamento e organização dos grupos de trabalho do Sistema PDDE Interativo no contexto das escolas, legislação norteadora da política e demais documentos que orientam a atuação sobre o Sistema PDDE Interativo e ações agregadas, tais como manuais e boletins informativos, além dos discursos contidos nos textos da política, em produções acadêmicas e científicas da área e nos questionários aplicados para fins de sistematização dos resultados.

A construção das questões contidas nos questionários e a extração dos recortes dos discursos analisados para o alcance dos objetivos propostos levou em consideração a divisão e classificação dos discursos em cinco grupos de enunciados que se tornaram instrumentos norteadores para aplicação dos dispositivos de análise:

1. Influências e tensionamentos existentes na origem da política.
2. Relevância sobre o processo de modernização das ferramentas de gestão da política.
3. Princípios e sentidos atribuídos à gestão democrática da educação na organização e atuação da política.
4. Efeitos da atuação dos gestores escolares frente ao uso das ferramentas de gestão da política.
5. Estratégias dos entes federados no processo de atuação da política.

Cada um dos grupos de enunciados se articulam aos objetivos definidos para esta pesquisa e os discursos selecionados serão apresentados e discutidos ao longo dos capítulos da tese, não havendo, neste trabalho, a necessidade de construir um capítulo exclusivo para apresentação dos resultados observados. Para este fim, utilizamos nesta pesquisa, as regras de análise das formações discursivas, com base nas informações constantes no quadro a seguir.

:

Quadro 2 - Síntese do dispositivo de análise

| SISTEMATIZAÇÃO DAS REGRAS DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DISCURSIVA | | | |
|---|--|---|--|
| ENTRECRUZAMENTO DOS CONTEXTOS DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS (ACP) | | | |
| <p>1. Contexto de Influência: Análise das Influências nacionais, globais e locais.</p> <p>2. Contexto da Produção de Texto: Análise de textos resultados das disputas e acordos: documentos legais, folhetos, websites, etc.</p> <p>3. Contexto da Prática: Análise das diferentes interpretações da política e seus efeitos, consequências e transformações no campo prático da política.</p> <p>4. Contexto dos Resultados/Efeitos: Análise de dados estatísticos, de efeitos que ocorrem na prática, na estrutura e dos padrões de acesso à justiça social.</p> <p>5. Contexto de Estratégia Política: Análise das estratégias políticas desenvolvidas para lidar com as desigualdades que são/foram geradas pela própria política.</p> | | | |
| ENUNCIADOS | FORMAÇÃO DOS OBJETOS | FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS | FORMAÇÃO DOS CONCEITOS |
| <p>1. Influências e tensionamentos existentes na origem da política.</p> <p>2. Relevância sobre o processo de modernização das ferramentas de gestão da política.</p> <p>3. Princípios e sentidos atribuídos à gestão democrática da educação na organização e atuação da política.</p> <p>4. Efeitos da atuação dos gestores escolares frente ao uso das ferramentas de gestão da política.</p> <p>5. Estratégias dos entes federados no processo de atuação da política.</p> | <p>Superfícies de emergência:</p> <p>Fronteiras, limites que sugerem o aparecimento ou esquecimento do objeto.</p> <p>Superfícies de delimitação:</p> <p>Descrição, instâncias de delimitação (divisoras), sociedade, órgãos responsáveis pelo aparecimento ou esquecimento do objeto.</p> <p>Superfícies de especificação:</p> <p>Separar, opor, reagrupar, classificar discursos.</p> | <p>Estatuto do sujeito que fala.</p> <p>Lugares institucionais aos quais os discursos se referem.</p> <p>Posição do sujeito.</p> | <p>Formas de sucessão:</p> <p>Disposição das séries enunciativas: ordem de inferências, implicações, generalizações, especificações. Tipos de correlação dos enunciados: nem sempre idênticos, justaposição. Esquemas retóricos: descrição, dedução, definição, sequência.</p> <p>Formas de coexistência:</p> <p>Campos de Presença: enunciados aceitos ou rejeitados.</p> <p>Campos de Concomitância: enunciados de ordem diversa; não recortam o mesmo objeto.</p> <p>Domínios de memória: enunciados esquecidos com os quais há laços de filiação.</p> <p>Procedimentos de intervenção:</p> <p>Técnicas de reescrita, métodos de transcrição, modos de tradução, de apropriação, de delimitação, de transferência e de sistematização dos enunciados.</p> |
| SISTEMATIZAÇÃO | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Política como texto/política como discurso. ▪ Pontos de incompatibilidade ▪ Pontos de equivalência ▪ Regimes de apropriação ▪ Posições do desejo em relação ao discurso ▪ Relações de poder. | | | |

Fonte: Adaptado de VOSS, Jefferson. In: O conceito de Formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira, 2011.

Posto o quadro síntese dos dispositivos de análise, este capítulo se dispôs a esclarecer o percurso metodológico adotado para problematizar o objeto de estudo e tornar mais compreensível a análise empreendida, bem como oferecer uma visão mais ampliada dos sentidos atribuídos às concepções e teorizações empregadas na construção da tese. A partir do próximo capítulo, iniciamos a apresentação da pesquisa propriamente dita, imersa no diálogo e articulação dos diferentes contextos da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) e da análise dos dados coletados.

2 OS CAMINHOS DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O PDDE NO BRASIL

O principal objetivo deste capítulo está assentado na necessidade apresentada pela pesquisadora de realizar um levantamento das principais pesquisas no Brasil desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação, que se dedicaram a analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas entre os anos de 2011 e 2022, como forma de apresentar as principais contribuições e avanços contidos nas pesquisas desenvolvidas no decorrer deste período e deste modo, evidenciar os contornos assumidos na pesquisa que culmina nesta tese, e que a torna diferente das demais pesquisas já inseridas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Apesar do PDDE surgir em um contexto histórico anterior a 2011, ressalta-se mais uma vez que, o recorte temporal inicial para este levantamento e análise das produções do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, leva em consideração o ano de surgimento do Sistema PDDE Interativo, já que o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa tomam como análise os discursos que traduzem os efeitos da participação de atores escolares na gestão do Sistema PDDE Interativo e execução de suas ações agregadas em escolas municipais, a partir da inserção e obrigatoriedade do uso do Sistema PDDE Interativo como ferramenta de gestão do programa.

Neste capítulo, em especial, diferentemente do recorte que fizemos para analisar os dados do Sistema PDDE Interativo e demais documentos vinculados à execução do PDDE no âmbito do município, que foi de 2011 a 2018, período com inserção de informações contínuas, registradas no sistema, delimitamos 2022 como ponto final do recorte deste levantamento, por termos neste ciclo de 2011 a 2022, o registro consolidado mais recente e atualizado de pesquisas sobre o assunto na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, fundação vinculada ao Ministério da Educação e que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto em todo o Brasil.

O levantamento realizado procurou evidenciar, portanto, o detalhamento dos caminhos percorridos por outros pesquisadores até o momento e os principais resultados e tendências verificadas nas pesquisas analisadas, se propondo, em síntese, a identificar as contribuições dadas pelos pesquisadores até o momento e a

delimitar em que medida avançamos a partir dos resultados empreendidos nesta análise.

A reflexão sobre as informações contidas no conjunto de dissertações e teses que dão origem a este capítulo, associada ao conhecimento adquirido enquanto membro do Comitê Gestor das ações do PDDE do município de Belo Campo – Bahia, permitiu visualizar com maior propriedade e de um ângulo diferenciado, as principais lacunas deixadas por pesquisas anteriores, e, deste modo, foi possível definir com mais segurança o foco de abordagem e conseqüentemente construir os argumentos que justificam a originalidade desta pesquisa.

Ao analisarmos as fontes de recursos de financiamento das ações da educação básica no Brasil que possuem uma relação direta com as escolas, não poderíamos deixar de enfatizar a criação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a evolução de seus mecanismos de execução nos últimos anos, em especial a partir de 2011, quando passa a agregar ferramentas tecnológicas de gestão, planejamento e controle dos recursos a ele associados. Criado em 1995 e denominado inicialmente de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), o programa passou por várias reformulações ao longo dos seus mais de 20 anos de existência, ampliando seu campo de atuação que abrangia inicialmente apenas o ensino fundamental para estender-se a toda a educação básica, mas sem perder de vista seu objetivo principal, que é repassar dinheiro diretamente às escolas.

Em sua atual configuração, os recursos do PDDE são destinados às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Os pólos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica também são beneficiados com os recursos do PDDE. (BRASIL, 2018). Como incentivo aos processos de descentralização da gestão financeira das escolas e com o objetivo de fortalecer as ações de planejamento e participação da comunidade nas ações ligadas ao PDDE, surge, deste modo, em 2011, o Sistema PDE Interativo,

que mais tarde passou a se chamar Sistema PDDE Interativo e que funciona como uma base de dados de registro e controle das ações que o compõem.

Levando em consideração que o PDDE e o Sistema PDDE Interativo são focos de análise desta pesquisa, e tendo em vista que os capítulos seguintes se encarregarão de detalhar com mais especificidade os objetivos e finalidades do PDDE e das suas ações agregadas, nos restringimos a partir de agora em focalizar o conteúdo da escrita na apresentação dos procedimentos metodológicos que orientam a construção desta parte da pesquisa e em apresentar as principais discussões e resultados identificados nos estudos sobre o PDDE. A coleta do material se deu inicialmente através de consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para fundamentar as discussões são agregados à contextualização das pesquisas, documentos relacionados à temática e outros referenciais da área, que complementaram as informações coletadas no catálogo da CAPES. Vejamos na seção a seguir como se deu a constituição do arquivo e seleção do corpus de análise nesta parte da pesquisa.

2.1 Critérios para seleção dos arquivos na análise da base de dados da CAPES

A presente seção se preocupou em apresentar os critérios e filtros de refinamento utilizados para selecionar o conjunto de teses e dissertações que compõem o arquivo das pesquisas que foram analisadas neste estudo, no sentido de compreender os caminhos percorridos no desenvolvimento das investigações sobre o PDDE e PDDE Interativo no Brasil, bem como sistematizar os direcionamentos e rumos que estas pesquisas apontam sobre o objeto de estudo em suas análises.

Para seleção dos arquivos da CAPES, utilizou-se como critério inicial para a busca o uso do termo PDDE. A restrição do período foi sinalizada entre os anos de 2011 a 2022. Nos resultados da CAPES para este termo foram encontrados 74 itens. Foram lidos todos os resumos do quantitativo encontrado e realizado o *download* do arquivo completo de todos aqueles que faziam menção ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em seus títulos, ou em seus resumos, já que muitas pesquisas não citavam o termo PDDE em seus títulos, mas englobavam a

temática como elemento de discussão. Com esse refinamento foram extraídos 42 itens que possuíam uma relação direta com o programa. Os outros 32 arquivos descartados da análise estavam associados ao termo Programação Dinâmica Dual Estocástica (PDDE), comumente utilizado na Engenharia Elétrica.

Em nova busca utilizou-se o termo PDDE Interativo, com a demarcação do mesmo período da consulta anterior, e os resultados apresentaram 2.070 itens. O refinamento realizado com a demarcação do campo Ciências Humanas no elemento de busca “grande área do conhecimento” reduziu para 62 o número de itens encontrados. Desse total apenas 20 itens se diferenciaram dos arquivos encontrados anteriormente e foram agregados ao material de análise. O corpus principal de análise deste capítulo será, portanto, composto de 62 arquivos selecionados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Após a coleta inicial do material de pesquisa, um novo procedimento de análise foi adotado. Além da leitura do resumo, também foram lidas a introdução, o capítulo metodológico, quando o texto apresentava esse elemento em separado da introdução e as considerações finais. Não foi possível encontrar a versão completa da tese ou dissertação de 5 dos resumos filtrados no catálogo da CAPES. O propósito da análise foi extrair os objetivos centrais das pesquisas, procedimentos metodológicos adotados, sujeitos envolvidos, centralidade das discussões, principais resultados encontrados e, ainda, identificar a existência ou não de discussões específicas sobre o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas.

Neste levantamento apresentamos inicialmente um panorama global das pesquisas selecionadas, incluindo a nomeação dos programas de origem, classificação por ano de publicação, regiões do país e níveis acadêmicos, com os quais classificamos as pesquisas como trabalhos de Mestrado (M), Mestrado Profissional (MP) e Doutorado (D). Também consideramos relevante apresentar a centralidade das discussões e objetivos que têm permeado as pesquisas sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo, além de evidenciar os principais procedimentos metodológicos adotados e os principais resultados e abordagens que focalizam o Sistema PDDE Interativo. O **quadro 00**, disposto a seguir, foi constituído por 62 trabalhos que apresentam um panorama global das produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2011-2022) que envolvem as temáticas sobre o PDDE, Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas.

Quadro 3: Produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES envolvendo as temáticas do PDDE, Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas (2011-2022)

| Nº | ANO | TIPO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|----|------|--|---|----------------------------------|--|
| 01 | 2011 | M EDUCAÇÃO | Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na gestão escolar | Kátia de Cássia Santana | Universidade Federal de Viçosa |
| 02 | 2011 | D EDUCAÇÃO | Permanências e mudanças na organização do Trabalho escolar nas Geraes: uma análise do Programa Dinheiro Direto a Escola (PDDE) e do PDE - Escola | Lucia De Fatima Valente | Universidade Federal de Uberlândia |
| 03 | 2011 | M ECONOMIA | Programas de descentralização de gastos públicos no Sistema Municipal de Ensino Fundamental de São Paulo | Vanderson Amadeu da Rocha | Universidade de São Paulo |
| 04 | 2012 | M EDUCAÇÃO | Escola democrática: a participação dos alunos na gestão financeira da escola | Gleice Aline Miranda da Paixão | Universidade Católica de Brasília |
| 05 | 2012 | M EDUCAÇÃO | Gestão dos recursos financeiros transferidos para a escola pública: um estudo sobre as Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Campinas/SP – 2009/2010 | Simone Adréa Gon | Universidade Estadual de Campinas |
| 06 | 2012 | MP GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA | Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da educação básica: Estudo de Caso – modalidade Tempo Integral | Iara Ferreira Pinheiro | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| 07 | 2012 | M EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE | O Programa Mais Educação na perspectiva da gestão escolar: a dinâmica da tomada de decisão e a gestão participativa | Cristiane Gomes Ferreira | Universidade do Estado da Bahia |
| 08 | 2014 | M EDUCAÇÃO | Qualidade da educação e gestão escolar na rede municipal de Canoas/RS: um estudo a partir do PDE-Interativo | Elisangela Krafchinski Trentin | Centro Universitário La Salle |
| 09 | 2014 | D EDUCAÇÃO | Ampliação do tempo escolar: uma política no contexto da prática escolar no Brasil e na Argentina | Jorge Alberto Lago Fonseca | Universidade do Vale do Rio dos Sinos |
| 10 | 2014 | M EDUCAÇÃO | A nova gestão pública e o governo eletrônico no contexto escolar: uma análise a partir da experiência do PDE Interativo | Lorena Sousa Carvalho | Universidade Federal de Uberlândia |
| 11 | 2015 | MP GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA | Política de descentralização e apoio à gestão das escolas no Amazonas | Aldenilse Araújo da Silva | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| 12 | 2015 | MP GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS | Efeitos do Programa Dinheiro Direto nas Escolas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação na Rede Estadual de Ensino em Bocaiúva/MG | Danielle Christine Leite Pimenta | Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri |

LEGENDA: M = Mestrado – MP = Mestrado Profissional - D = Doutorado

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Continua.

Quadro 3: Produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES envolvendo as temáticas do PDDE, Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas (2011-2022)

Continuação.

| Nº | ANO | TIPO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|----|------|---|--|---------------------------------------|---|
| 13 | 2015 | M EDUCAÇÃO | Plano de Desenvolvimento da Escola Interativo: expressão da nova gestão pública na educação básica | Fabício Zimmermann Souza | Universidade Federal de Santa Catarina |
| 14 | 2015 | M EDUCAÇÃO | O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo de descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar | Givanildo da Silva | Universidade Federal de Alagoas |
| 15 | 2015 | M EDUCAÇÃO | Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável | Jaqueline Maria Alexandre Weiler | Universidade do Vale Do Itajaí |
| 16 | 2015 | M EDUCAÇÃO | Limites e possibilidades na transição para espaços educadores sustentáveis em escolas municipais de São João Batista – SC | Junior Cesar Mota | Universidade do Vale do Itajaí |
| 17 | 2015 | M DIREITO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO | Efetividade da educação ambiental formal nas escolas públicas goianas | Kátia Vanessa Marcon Ribeiro | Pontifícia Universidade Católica de Goiás |
| 18 | 2015 | M EDUCAÇÃO | Recursos financeiros descentralizados para a escola pública: uma política necessária | Mariana Peleje Viana | Universidade de São Paulo |
| 19 | 2015 | M EDUCAÇÃO | Financiamento da educação como indutor de política curricular: análise a partir da implantação do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná | Sergio Ricardo Ferreira | Universidade Federal do Paraná |
| 20 | 2016 | M CIÊNCIAS CONTÁBEIS | Avaliação dos processos de gestão entre o planejamento e a execução dos recursos do PDDE destinados às escolas municipais de Juiz de Fora - MG | Adilson Carlos Zaniratto Junior | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| 21 | 2016 | MP EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES | O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) interativo como ferramenta de gestão escolar: uma proposta de formação para Rede Pública Municipal de Ensino De Barueri - SP | Andréa Gonçalves | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| 22 | 2016 | D EDUCAÇÃO | Programa Dinheiro Direto na Escola: (Re)formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995 – 2015) | Andréia da Silva Mafassioli | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| 23 | 2016 | M EDUCAÇÃO | Programa Nacional Escolas Sustentáveis: o fluxo de uma ideia no campo das políticas públicas de educação ambiental | Camila Santos Tolosa Bianchi | Universidade de Brasília |
| 24 | 2016 | M EDUCAÇÃO E ENSINO | A influência da política de financiamento da educação: os programas federais na gestão escolar | Carmen Laenia Almeida Maia de Freitas | Universidade Estadual do Ceará |
| 25 | 2016 | M SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL | Reflexões sobre o Programa Nacional Escolas Sustentáveis | Daniela Botti Dias Bastos | Universidade Federal de São Carlos |

LEGENDA: M = Mestrado – MP = Mestrado Profissional - D = Doutorado

sigla

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Continua.

Quadro 3: Produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES envolvendo as temáticas do PDDE, Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas (2011-2022)

Continuação.

| Nº | ANO | TIPO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|---|------|--|---|-----------------------------------|--|
| 26 | 2016 | M EDUCAÇÃO | O Programa Dinheiro Direto na Escola e a democratização da gestão escolar no município de Londrina – PR | Edwylson de Lima Marinheiro | Universidade Estadual De Londrina |
| 27 | 2016 | M EDUCAÇÃO | Mapeamento quantitativo dos impactos da gestão democrática no desempenho das escolas públicas no Ideb 2013 | José Reinaldo Riscal | Universidade Federal de São Carlos |
| 28 | 2016 | MP POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO | Uma Avaliação Piloto do Programa Formação pela Escola na Execução e na Prestação de Contas do Programa Dinheiro Direto na Escola | Lara Dantas Medeiros Figueira | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| 29 | 2016 | D EDUCAÇÃO | Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral-CE | Renato de Oliveira Brito | Universidade Católica De Brasília |
| 30 | 2016 | MP EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES | A ferramenta PDDE Interativo como indicador de caminhos: relato de experiência em uma escola da Rede Municipal de São Paulo | Rosana de Oliveira Nascimento | Pontifícia Universidade Católica De São Paulo |
| 31 | 2016 | M EDUCAÇÃO | Transparência fiscal na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE da Escola Estadual de Caraiá /MG | Salvador Soares de Melo Júnior | Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri |
| 32 | 2017 | M EDUCAÇÃO | Efeitos dos investimentos do Programa “Dinheiro Direto na Escola - PDDE” na E. E. Comendador Murta, em Itinga - MG, na percepção da sua Unidade Executora | Danielly Pinheiro Gusmão Souza | Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri |
| 33 | 2017 | MP GESTÃO PÚBLICA | Análise da consonância dos programas nacionais de educação com os déficits de infraestrutura das escolas públicas do Brasil: possibilidades e desafios à descentralização | David Antonio Lustosa de Oliveira | Universidade de Brasília |
| 34 | 2017 | M EDUCAÇÃO | O papel do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE no controle social do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE em escolas da educação básica no município de São José dos Quatro Marcos-MT | Emerson Souza Miler | Universidade do Estado de Mato Grosso |
| 35 | 2017 | M EDUCAÇÃO | A gestão democrática e os conselhos escolares na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - PR: implantação, limites e possibilidades | Gislaine Buraki | Universidade Estadual do Oeste do Paraná |
| 36 | 2017 | D ECONOMIA | O impacto de ações do Programa Dinheiro Direto da Escola em indicadores educacionais | Luís Felipe Batista de Oliveira | Universidade de Brasília |
| LEGENDA: M = Mestrado – MP = Mestrado Profissional - D = Doutorado | | | | | |

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Continua.

Quadro 3: Produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES envolvendo as temáticas do PDDE, Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas (2011-2022)

Continuação.

| Nº | ANO | TIPO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|----|------|--|--|----------------------------------|--|
| 37 | 2018 | M SAÚDE AMBIENTAL | Avaliação do Programa Dinheiro Direto Na Escola – ESCOLAS SUSTENTÁVEIS em Aracaju, Sergipe | Maraisa de Oliveira Silva | Universidade Tiradentes |
| 38 | 2018 | M EDUCAÇÃO | Financiamento do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo nos anos 2010, 2011 e 2012 | Márcia Lucas de Oliveira | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| 39 | 2018 | M EDUCAÇÃO | Programa Ensino Médio Inovador: universalização do ensino médio regular em Santarém – PA, no período de 2012 a 2014 | Marinete Costa de Lima | Universidade Federal do Oeste do Pará |
| 40 | 2018 | M CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA | Descentralização financeira para as escolas da educação básica pública: uma análise do PDDE na Escola Estadual Cidade Modelo no período de 2012 a 2015 | Pablo Aguiar Castro Batista | Universidade Federal do Pará |
| 41 | 2018 | D EDUCAÇÃO | Regulação das políticas educativas, Banco Mundial e PDDE Interativo: a intensificação do controle sobre os resultados no contexto da gestão escolar | Raquel Ângela Speck | Universidade Estadual de Maringá |
| 42 | 2018 | M EDUCAÇÃO | O PDE-Escola na versão PDDE Interativo: aproximações e/ou distanciamentos da gestão democrática da escola | Vanuza Aparecida de Souza | Universidade Federal de Uberlândia |
| 43 | 2019 | D EDUCAÇÃO | O FNDE e os recursos públicos da Educação Básica, suas formas de Controle e intervenção: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Estado do Pará | Antônio Cláudio Andrade dos Reis | Universidade Federal do Pará |
| 44 | 2019 | M ADMINISTRAÇÃO | O processo de cogestão dos Recursos oriundos do PDDE por Conselhos Escolares: cases de escolas públicas estaduais do Pará | Celiane Oliveira Rodrigues | Universidade da Amazônia |
| 45 | 2019 | D EDUCAÇÃO | Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da Região Norte do Brasil | Emerson Clayton Arantes | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| 46 | 2019 | M GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL | Análise da gestão da verba do PDDE em uma escola estadual: um caso de gestão social? | Sergio Luís De Jesus | Centro Universitário UNA |
| 47 | 2020 | M EDUCAÇÃO | Atuação do Conselho Escola Comunidade a partir do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Qualidade) em escolas do município do Rio de Janeiro | Daniela Teles dos Santos Spanner | Universidade Estácio de Sá |

LEGENDA: M = Mestrado – MP = Mestrado Profissional - D = Doutorado

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Continua.

Quadro 3: Produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES envolvendo as temáticas do PDDE, Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas (2011-2022)

Continuação.

| Nº | ANO | TIPO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|----|------|--|--|-----------------------------------|--------------------------------------|
| 48 | 2020 | M EDUCAÇÃO | Financiamento da educação e desigualdades socioeducacionais: percepções sobre as repercussões do Programa Dinheiro Direto na Escola em Manari-PE | Jamille Oliveira de Melo | Universidade Federal do Pernambuco |
| 49 | 2020 | M ERGONOMIA | Acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar: estudo de caso das escolas municipais de Gravatá – PE contempladas com o Programa Dinheiro na Escola (PDDE) – Escola Acessível | Jessica Fabiola Goncalves Lira | Universidade Federal de Pernambuco |
| 50 | 2020 | M EDUCAÇÃO | A implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola e suas articulações com a gestão escolar | José Ivo Peres Galvão | Universidade Federal do Acre |
| 51 | 2020 | D EDUCAÇÃO | O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional | Mariana Peleje Viana | Universidade Federal do Paraná |
| 52 | 2020 | M EDUCAÇÃO | A implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola: uma análise a partir da percepção dos agentes locais sob a perspectiva da gestão escolar | Natália Martins Barros | Universidade Federal de Ouro Preto |
| 53 | 2021 | M GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO | Execução participativa do Programa Dinheiro Direto na Escola: um estudo em municípios do Território de Identidade Baixo Sul da Bahia | Fabio Roberto da Silva | Universidade do Estado da Bahia |
| 54 | 2021 | M EDUCAÇÃO E CULTURA | O Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Cametá (PA): transferências de recursos e prestação de contas dos Conselhos Escolares no período de 2009 a 2019 | Natiane Portilho Gomes | Universidade Federal do Pará |
| 55 | 2022 | M EDUCAÇÃO E CULTURA | A participação dos Conselhos Escolares das escolas estaduais de Ensino Médio da 2ª URE/CAMETÁ na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE | Anderson Neylon de Freitas Caldas | Universidade Federal do Pará |
| 56 | 2022 | M FORMAÇÃO DOCENTE EM PRÁTICAS EDUCATIVAS | Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE: uma análise acerca das implicações em uma unidade escolar do ensino público no município de Imperatriz/MA | Clara Weinna Moura Dantas | Universidade Federal do Maranhão |
| 57 | 2022 | M ESTADO E SOCIEDADE | A atuação das unidades executoras próprias no Programa Dinheiro Direto na Escola: reflexões sobre o controle social na rede municipal de Itamaraju | Elieni Santana da Cruz de Araújo | Universidade Federal do Sul da Bahia |
| 58 | 2022 | D ADMINISTRAÇÃO | Capacidade de implementação de políticas públicas municipais: contribuições dos constructos teórico-metodológicos da administração política | Jefferson Reis Guimarães Andrade | Universidade Federal da Bahia |

LEGENDA: M = Mestrado – MP = Mestrado Profissional - D = Doutorado

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Continua

Quadro 3: Produções acadêmicas do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES envolvendo as temáticas do PDDE, Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas (2011-2022)

Continuação.

| Nº | ANO | TIPO | TÍTULO | AUTOR | INSTITUIÇÃO |
|---|------------|--|---|--|--|
| 59 | 2022 | D ENSINO DE CIÊNCIAS | Programa Nacional Escolas Sustentáveis: os impactos do PDDE Escolas Sustentáveis nas práticas de Educação Ambiental nas Escolas Estaduais de Mato Grosso Do Sul | José Flávio Rodrigues Siqueira | Universidade Federal do Mato Grosso do Sul |
| 60 | 2022 | MP GESTÃO, PLANEJAMENTO E ENSINO | O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto da capacitação de gestores de recursos da Educação Básica Municipal | Lethícia Dutra Leal Ferreira Fernandes | Centro Universitário Vale do Rio Verde |
| 61 | 2022 | MP EDUCAÇÃO | A descentralização de recursos financeiros na gestão da escola pública: desafios e possibilidades | Rejane Marques Da Silva Lins | Universidade Municipal de São Caetano do Sul |
| 62 | 2022 | MP AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS | Os sentidos da participação no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): trajetórias no contexto da racionalidade neoliberal | Renan Moreira Nogueira | Universidade Federal do Ceará |
| LEGENDA: M = Mestrado – MP = Mestrado Profissional - D = Doutorado | | | | | |

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

2.2 Caracterização global das pesquisas sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo

Ao iniciarmos o processo de análise dos arquivos selecionados e consultados para este estudo considerou-se relevante apresentar algumas características globais que contribuíram com o processo de visualização e compreensão da totalidade de abordagens sobre o tema PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas no contexto de programas de pós-graduação no Brasil.

Como já mencionado anteriormente, o *corpus* de análise deste estudo engloba um conjunto de 62 teses e dissertações registradas no Catálogo da CAPES entre os anos de 2011 a 2022. O ano de 2011 foi selecionado como ponto de partida por ter sido o ano de criação do Sistema PDDE Interativo, que no contexto da pesquisa é um do elemento fundamental da análise. Fechamos a seleção de arquivos no ano de 2022, para termos como resultado uma mostra com quantitativo consolidado. Ressaltamos que a seleção inclui trabalhos que abordam não apenas o PDDE e o Sistema PDDE Interativo, como também suas ações agregadas.

Diante das informações contidas nos dados consultados apresentamos inicialmente um panorama geral do tema a partir da relação entre número de produções, ano de conclusão da pesquisa e percentuais para o período. A tabela 0 nos dá, portanto, uma dimensão da evolução da produtividade acadêmica acerca dos temas PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas do PDDE nos programas de pós-graduação no Brasil no ciclo que compreende o recorte (2011-2022).

Tabela 2 - Produtividade acadêmica por ano de conclusão envolvendo as temáticas PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas (2011-2022)

| PRODUTIVIDADE ACADÊMICA POR ANO DE CONCLUSÃO | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|--------------|------|------|------|------|------|------|
| ANO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| FREQUÊNCIA | 3 | 4 | 0 | 3 | 9 | 12 | 5 | 6 | 4 | 6 | 2 | 8 |
| PERCENTUAL | 5% | 6% | 0% | 5% | 15% | 19% | 8% | 10% | 6% | 10% | 3% | 13% |
| TOTAL | | | | | | 62 PRODUÇÕES | | | | | | |

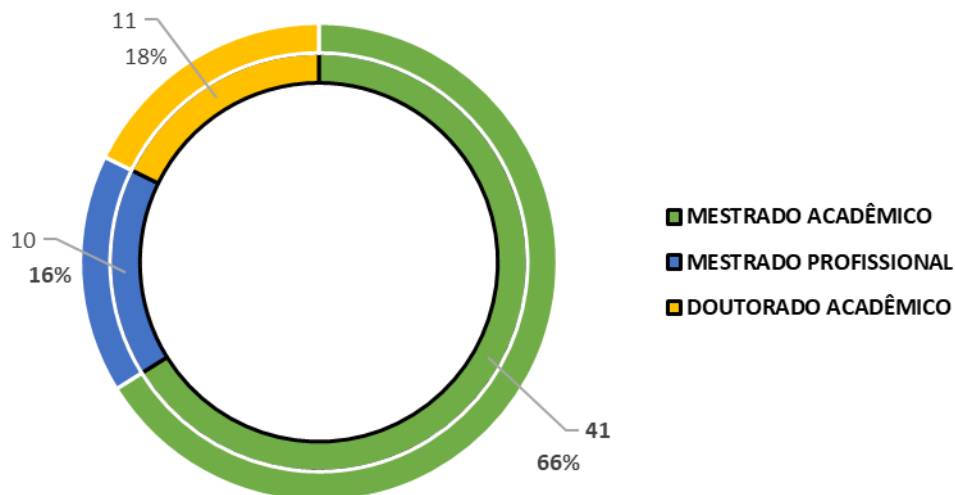
Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Os dados apresentados no quadro anterior permitem afirmar que o maior número de produções sobre o tema se concentrou nos anos de 2015 e 2016,

respectivamente 15% e 19% do total de produções, e teve uma significativa redução nos anos seguintes, mantendo uma variação entre 3% e 10% até 2021, voltando a elevar os percentuais para 13% em 2022.

Em relação aos níveis acadêmicos aos quais as pesquisas se associam, a análise dos arquivos apontou a existência de três categorias às quais estes trabalhos se vinculam: mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado acadêmico. Foi possível identificar que a proporção de pesquisas desenvolvidas no âmbito dos mestrados acadêmicos é imensamente superior à proporção de pesquisas desenvolvidas no âmbito dos mestrados profissionais e doutorados acadêmicos. O gráfico 0 apresentado abaixo nos dá uma dimensão dos quantitativos e percentuais das pesquisas conforme seu tipo ou natureza acadêmica.

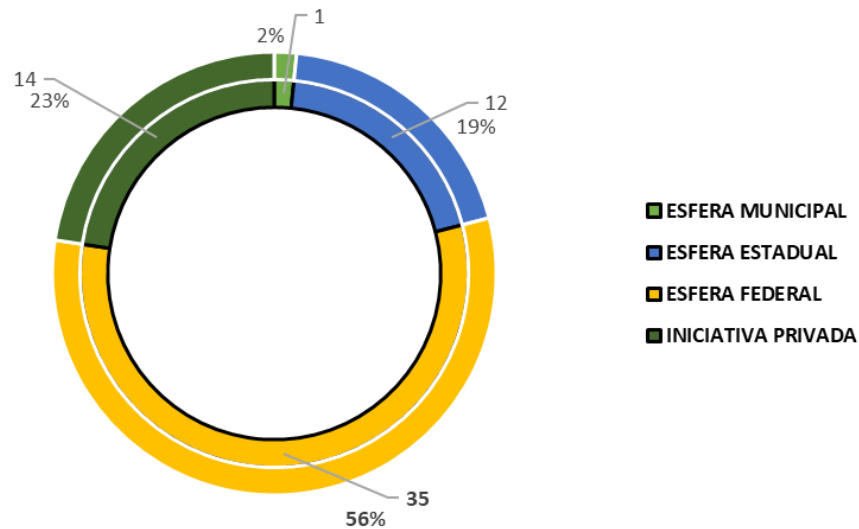
Gráfico 1 – Produtividade por nível ou natureza acadêmica envolvendo as temáticas PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas (2011-2022)



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A maior contribuição para os estudos da área, neste contexto, tem origem nos programas de mestrado, chegando a 82% das pesquisas quando somadas as categorias mestrado acadêmico e mestrado profissional. Percebe-se que o interesse pela temática não avança na mesma proporção em programas de doutorado. Apenas 18% das pesquisas se concentram neste nível. As pesquisas foram produzidas no contexto de universidades municipais, federais, estaduais e privadas conforme a distribuição apresentada no Gráfico 0 disposto a seguir.

Gráfico 2 – Distribuição das pesquisas por esfera administrativa dos programas de pós-graduação no ciclo (2011-2022)



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Verifica-se, através da análise do Gráfico 2, que mais da metade das pesquisas, o que corresponde a 56% das produções analisadas, estão concentradas em instituições federais. A iniciativa privada, abarca o segundo maior percentual de produções sobre a temática, o equivalente a 23% das pesquisas produzidas neste período. As esferas estaduais e municipal aglomeram os menores percentuais, respectivamente 19% e 2% do total de análises.

Além de dimensionar os percentuais de produções por esfera administrativa dos programas de pós-graduação no ciclo (2011-2022), identificou-se que as pesquisas tinham origem em diferentes tipos programas, demonstrando que este não tem sido um tema de estudo exclusivo do campo educacional, já que se trata de um programa executado em escolas. Para esta análise foram identificados 24 tipos diferentes de programas, dos quais se originam as pesquisas selecionadas para construção deste capítulo. A maioria dos estudos, de fato, está concentrada no campo educacional. Somente nos programas de pós-graduação, exclusivamente de educação, temos em média 55% das produções da área, além dos programas que articulam a educação com outras áreas ou campos de conhecimento. Também foram encontradas produções em programas de administração, ciências contábeis, direito, economia, ergonomia, gestão e avaliação de políticas públicas, além de

programas vinculados à área ambiental. É possível visualizar a dispersão das pesquisas entre os programas na Tabela 0, ilustrada a seguir.

Tabela 3 – Programas dos quais se originam as pesquisas envolvendo as temáticas PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas (2011-2022).

| Nº | PROGRAMAS DE ORIGEM DAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO | FREQUÊNCIA | % |
|--------------|--|------------|------------------|
| 01 | ADMINISTRAÇÃO | 2 | 3,2% |
| 02 | AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS | 1 | 1,6% |
| 03 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS | 1 | 1,6% |
| 04 | CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA | 1 | 1,6% |
| 05 | DIREITO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO | 1 | 1,6% |
| 06 | ECONOMIA | 2 | 3,2% |
| 07 | EDUCAÇÃO | 34 | 55% |
| 08 | EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE | 1 | 1,6% |
| 09 | EDUCAÇÃO E CULTURA | 2 | 3,2% |
| 10 | EDUCAÇÃO E ENSINO | 1 | 1,6% |
| 11 | EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES | 2 | 3,2% |
| 12 | ENSINO DE CIÊNCIAS | 1 | 1,6% |
| 13 | ERGONOMIA | 1 | 1,6% |
| 14 | ESTADO E SOCIEDADE | 1 | 1,6% |
| 15 | FORMAÇÃO DOCENTE EM PRÁTICAS EDUCATIVAS | 1 | 1,6% |
| 16 | GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS | 1 | 1,6% |
| 17 | GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA | 2 | 3,2% |
| 18 | GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO | 1 | 1,6% |
| 19 | GESTÃO PLANEJAMENTO E ENSINO | 1 | 1,6% |
| 20 | GESTÃO PÚBLICA | 1 | 1,6% |
| 21 | GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL | 1 | 1,6% |
| 22 | POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO | 1 | 1,6% |
| 23 | SAÚDE AMBIENTAL | 1 | 1,6% |
| 24 | SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL | 1 | 1,6% |
| TOTAL | | 62 | PRODUÇÕES |

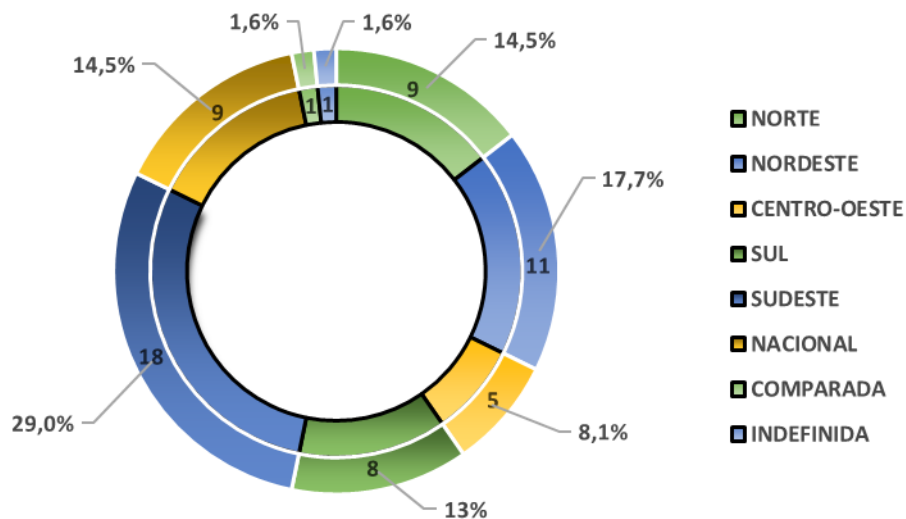
Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A partir das informações constantes na tabela acima, conclui-se, portanto, que apesar do interesse pelo tema ter se expandido para outros campos de pesquisa, os programas de pós-graduação em educação ainda são predominantes na abordagem pela temática de estudo, e a presença do tema em outros programas ocorre de modo pontual.

Diante das análises, ficou evidente que os *locus* de desenvolvimento das pesquisas vinculadas aos programas descritos na tabela anterior, abrange territorialmente investigações vinculadas às 5 cinco regiões do Brasil, sendo que a Região Sudeste é a que mais tem produções vinculadas aos estudos sobre o PDDE e suas ações agregadas, o equivalente a 29% das pesquisas produzidas neste período. Em sequência aparece a Região Nordeste, com 17,7%, Região Norte com

14,5%, Região Sul com 13% e Região Centro-oeste com 8,1% de produções na área. A análise também apontou investigações de abrangência nacional, com 14% das produções identificadas e pesquisa do tipo comparada, com 1,6% das produções. Tendo em vista que alguns dos trabalhos acadêmicos não foram encontrados no seu formato completo, mas apenas seus resumos foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, não foi possível definir em um dos resumos a qual região ou nível de abrangência o trabalho se vinculava. Nesse sentido, a classificamos como indefinida, uma vez que seu resumo não definiu com precisão o *lôcus* de desenvolvimento da pesquisa, afirmando apenas que seria realizada em uma escola estadual. A classificação e proporção de pesquisas por região de origem está disposta no gráfico 3, exposto abaixo.

Gráfico 3 – Abrangência da pesquisa por região territorial envolvendo as temáticas PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas (2011-2022).



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

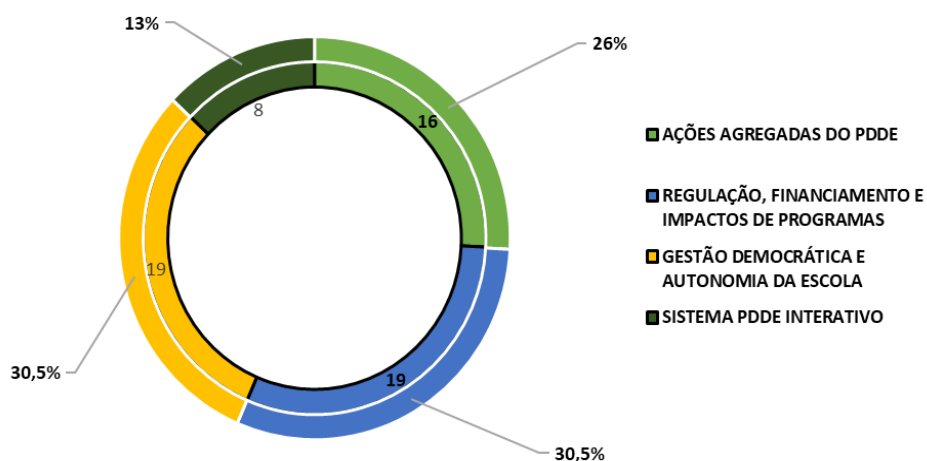
Para além da distribuição territorial, compreender as motivações que têm mobilizado pesquisadores de programas de pós-graduação a estudarem o PDDE e Sistema PDDE Interativo foi essencial para identificar as principais discussões que têm embasado e fortalecido o campo de estudo em análise, fornecendo a este trabalho, inclusive, elementos capazes de identificar lacunas que foram incorporadas como objeto de exploração da pesquisa. Dentro desta perspectiva, optou-se por

categorizar os trabalhos encontrados utilizando um mecanismo de associação das pesquisas, que inicialmente apresentaram resultados semelhantes ou que se encaixavam dentro de um mesmo grupo temático.

2.3 Categorização temática nas pesquisas sobre o PDDE e Sistema PDDE Interativo

Ao analisar os principais objetivos estabelecidos no conjunto de teses e dissertações que compõem o nosso *corpus* de análise considerou-se relevante categorizar os textos em quatro agrupamentos de discussões sobre as temáticas, que nos permitiram sintetizar e melhor organizar as informações coletadas. Inicialmente as pesquisas foram agrupadas por temas vinculados às ações agregadas do PDDE, que incluíram estudos sobre o PDDE Programa Escolas Sustentáveis; PDDE Integral (Mais Educação), Mais Alfabetização, PDDE Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e PDDE Escola Acessível. As demais pesquisas que abordaram o PDDE e o Sistema PDDE Interativo de um modo mais global sem focalizar os resultados em uma ação agregada específica foram classificadas em outras três categorias: regulação, financiamento e impactos de programas de descentralização; gestão democrática e autonomia da escola; e Sistema PDDE Interativo. O gráfico apresentado a seguir permite visualizar o percentual de trabalhos concentrados em cada uma das categorias temáticas.

Gráfico 4 – Percentual de trabalhos concentrados por categoria temática.



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A classificação e análise dos trabalhos por categorias temáticas, em especial, da categoria que agregou os trabalhos sobre o Sistema PDDE Interativo, foram essenciais, inclusive, para alinhar a questão de pesquisa central da tese, no sentido de atribuir inovação e relevância aos elementos de análise que foram empregados no decorrer do processo de investigação. Diante dessa caracterização mais generalizada sobre os aspectos dos arquivos consultados, destaca-se a seguir os principais objetivos e discussões focalizados no *corpus* de análise.

2.4 Categoria temática “Regulação, financiamento e impactos de programas de descentralização”

O conjunto de pesquisas que compõe as análises sobre a categoria temática “regulação, financiamento e impactos de programas de descentralização”, equivale ao percentual de (30,5%) dos trabalhos investigados. Verifica-se neste contexto, que apesar das políticas educacionais serem consideradas instrumentos de construção da cidadania, os estudos no Brasil sobre financiamento da educação têm evidenciado que os investimentos educacionais vêm sendo constantemente sacrificados em nome da lógica de contenção dos gastos públicos (GARCIA, 2011). Podemos afirmar, nesse sentido, que o caso do PDDE não tem fugido a essa lógica.

Por mais que o PDDE tenha evoluído e ampliado suas ações e recursos desde a sua criação em 1995, temos observado nos últimos anos uma frequente descontinuidade de suas ações agregadas, o que se verifica através da extinção de determinados programas por parte do FNDE. As consequências resultantes dos contingenciamentos de gastos que limitam a ampliação dos programas, podem ser sérias, já que na maioria dos municípios brasileiros o PDDE é o único recurso que chega diretamente às escolas.

Dada a relevância que o programa assumiu nos últimos anos e suas constantes modificações na legislação e nos modos de execução identificamos algumas pesquisas que foram construídas exatamente no sentido de verificar os aspectos e impactos do programa, discutir as transformações ocasionadas pelas mudanças na legislação e seus novos modos de regulação, e ainda, investigar os impactos das ações financiadas pelo PDDE no contexto de escolas e municípios brasileiros.

Dentro da perspectiva de discutir as transformações ocasionadas pelas mudanças na legislação e seus novos modos de regulação podemos apontar os estudos de Mafassoli (2016) que analisou as reformulações ocorridas no PDDE em vinte anos de sua implementação (1995-2015); de Freitas (2016) que analisou aspectos das políticas educacionais implantadas a partir de 1995 no Brasil com a Reforma do Estado, tendo como foco os programas de repasse de recursos às escola e como esses influenciaram o modelo de gestão no município de Morada Nova – Ceará; de Valente (2011), que buscou compreender a regulação da política, os recursos disponibilizados na criação de novas modalidades e suas implicações na gestão escolar e financeira da educação básica pública no contexto escolar de Intuiutaba – MG e o de Fernandes (2022), que se propôs a analisar a relação dos diretores escolares municipais com o Programa Dinheiro Direto na Escola tendo como referência as necessidades desencadeadas pelo seu uso e prestação de contas previstas em lei, além de analisar a familiaridade dos gestores com o programa, testando a premissa que não são alocados no cargo pelo critério de formação e capacitação econômica.

Em relação aos aspectos do programa e as suas transformações, os estudos sobre a temática evidenciam que sua proposta original iniciada no Governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) representado por Fernando Henrique Cardoso em 1995, parte de princípios neoliberais de descentralização com foco na redução das responsabilidades do Estado através do repasse de recursos que serão geridos diretamente pelas escolas. Tanto Valente (2011) quanto Mafassoli (2016), destacaram que a partir do Governo Lula, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), as políticas públicas passaram a ser marcadas por rupturas e permanências, dando origem a um modelo híbrido, que na prática refletiu no desenvolvimento de ações mais voltadas para inclusão social, participação e melhoria da aprendizagem dos alunos.

Na pesquisa de Valente (2011), os resultados afirmaram ainda, que apesar da possibilidade de abertura aos processos de participação presentes na proposta do programa, as concepções de qualidade do ensino, gestão e avaliação que estão associadas ao PDDE, não traduzem na prática as expectativas de uma sociedade democrática. Essa perspectiva se assemelha à de Freitas (2016), ao destacar que, como os programas federais já vêm normatizados para não dizer “empacotados” ou “fechados” por resoluções, manuais ou guias, os gestores muitas vezes não têm

autonomia própria para operacionalizá-los, reforçando a ideia do autor de que a gestão democrática proposta no PDDE é na verdade uma “descentralização centralmente controlada”.

No caso do PDDE os resultados das análises indicaram que apesar de ter assumido uma função de destaque no contexto das políticas de financiamento da educação básica e de sua constante evolução, a criação de novas ações e modalidades do programa não têm sido suficientes para promover transformações mais profundas na qualidade dos processos educacionais. É comum nos resultados verificados por Valente (2011), Mafassioli (2016), Freitas (2016) e Fernandes (2022), que as mudanças ocasionadas pela nova regulação do programa, também promoveu uma intensificação no trabalho de gestores e docentes, atribuindo uma maior responsabilização às escolas e um sentimento de incapacidade diante da gerência dos recursos.

Na pesquisa de Fernandes (2022), por exemplo, os resultados indicam, que mesmo com formação e orientação, os diretores sentem-se inseguros quando confrontados com os desafios da gestão do financiamento do programa, uma vez que são responsáveis pelos custos, que vão desde a tomada de decisões até a seleção das necessidades a serem satisfeitas pelo financiamento, incluindo-se a prestação de contas, e que ao invés de se preocuparem com a implantação de estratégias de planejamento e gestão mais democráticas, estão se limitando a uma gestão por resultados, tendo em vista que os objetivos e a distribuição dos recursos de boa parte das modalidades do PDDE tomam como ponto de partida os resultados de avaliações externas que determinam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), traduzido em números e atualmente, o principal mensurador da qualidade educacional no país.

No que se refere ao aumento de responsabilização e da burocracia da escola, a pesquisa desenvolvida por Galvão (2020), que analisou a implantação do PDDE em escolas públicas estaduais de Cruzeiro do Sul-AC e suas repercussões na gestão da escola, demonstrou, nesse sentido, através dos resultados obtidos, a existência de dois aspectos importantes a serem considerados. O primeiro aspecto, afirma que a implantação do PDDE, nas escolas investigadas, alterou a lógica do trabalho da gestão escolar e contribuiu para o fortalecimento de aspectos financeiros e organização dos processos administrativos da escola, além de favorecer a ampliação da participação da comunidade nas questões da vida escolar. Em

contrapartida, o segundo aspecto, também evidenciado no estudo de Fernandes (2022), ressalta que houve um aumento do controle e burocracia estatal, o que restringe, na visão das equipes escolares, o exercício pleno da autonomia escolar.

A busca por autonomia em um ambiente que se orienta por índices de uma gestão por resultados nos leva a refletir sobre a concepção de qualidade adotada pelos órgãos que orientam a educação nacional, já que, em nosso país, como afirma Casassus (2009, p.72), “a qualidade foi interpretada como sendo equivalente a uma pontuação numa prova estandardizada. Em mais do que um sentido, os testes de inteligência foram os precursores dos sistemas de medição da qualidade da educação”. O autor acredita que usar os resultados das avaliações externas como instrumento de gestão, premiação ou punição, ao invés de contribuir com a melhoria da qualidade educacional, só tem servido para causar sofrimentos inúteis e injustos aos sujeitos escolares.

Dentro da relação PDDE, avaliações externas e indicadores educacionais, cabe mencionar três pesquisas que enfatizaram essa dimensão. Nessa direção, Rocha (2011) avaliou o impacto dos programas de descentralização de gasto público na educação, sobre a variação do desempenho obtido na Prova Brasil entre os anos de 2005 e 2007, pelas escolas públicas da rede de ensino fundamental da Prefeitura do Município de São Paulo; Oliveira, L. (2017) que se propôs a avaliar no Brasil o impacto de políticas de descentralização de recursos e de autonomia escolar em indicadores educacionais e Viana, M. (2020), que se dedicou a verificar o cumprimento dos objetivos legais do Programa PDDE, dentre os quais está posto como objetivo a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

No primeiro caso, em sua análise sobre o PDDE, Rocha (2011) não identificou em sua pesquisa muitos efeitos positivos e significativos sobre a variação da nota da Prova Brasil no município de São Paulo e alguns resultados obtidos sugerem que o programa federal não possui efeito. Na mesma linha de raciocínio, Oliveira, L. (2017) concluiu que, pelo menos no caso de duas importantes ações do PDDE, os impactos em indicadores educacionais não foram percebidos de maneira robusta e o simples repasse de mais recursos para as escolas não têm garantido resultados que justifiquem as políticas por si. Quanto aos resultados encontrados na pesquisa de Viana, M. (2020), no que diz respeito ao cumprimento do objetivo do PDDE de elevar os índices de desempenho da educação básica, os dados demonstraram que 62,8% dos respondentes dos questionários enviados a

endereços eletrônicos de UEx cadastradas no sistema PDDE Web, apontaram que o Programa contribui para a elevação dos índices de desempenho da educação básica, todavia, a autora afirma que a revisão de literatura não identificou estudos que comprovassem esta relação.

Apesar da qualidade da educação na perspectiva do Ideb se resumir em números, a falta de consenso sobre a definição de qualidade, também tem dificultado a interpretação dos resultados das avaliações externas. Alves; Soares; e Xavier (2016), observaram em seus estudos, que mesmo não possuindo uma definição precisa sobre qualidade, podemos verificar na literatura três dimensões essenciais ao seu campo de mensuração: acesso à escola, permanência e aprendizado adequado, mas quando essas dimensões se traduzem em números verificados nas escolas, os sujeitos interessados não conseguem transformar em ações positivas os péssimos índices verificados através da metodologia de mensuração do Ideb. Para Bauer; Alavarse e Oliveira (2015), em muitos casos, a visão ingênua dos sujeitos e o mal uso de tais índices podem ocasionar a amplificação de desigualdades no contexto escolar.

As análises das pesquisas demonstram, nesse sentido, que as perspectivas de melhorar a qualidade da educação nacional através da criação de políticas e programas educacionais com foco na elevação do Ideb não têm garantido, nesse sentido, o sucesso contínuo dos processos de ensino e aprendizagem e a manutenção dos avanços alcançados no sistema de metas adotado pela política educacional brasileira.

Quando o assunto é aplicação e direção dos recursos provenientes do PDDE, é unânime no resultado das pesquisas a constatação de que os recursos do programa são insuficientes para atender as demandas das escolas. Os estudos de Souza, D. (2017); Oliveira, D. (2017); Batista (2018); Arantes (2019) e Viana, M. (2020) analisaram nesse sentido, algumas dimensões tais como distribuição, aplicação, efeitos, magnitude, direcionamento dos gastos com PDDE e oferecimento de assistência financeira para as escolas públicas, focando a melhoria de suas infraestruturas física e didática.

Ao analisar a aplicação dos recursos do PDDE de 2009 a 2013 e os efeitos desses investimentos em uma escola estadual de Minas Gerais, Souza, D. (2017) evidenciou a necessidade de avançar em relação ao montante dos recursos, democratização do acesso, flexibilidade na aplicação e planejamento por parte do

Governo, no que se refere à destinação e valores dos repasses. Mesmo diante das limitações financeiras impostas pelos critérios do PDDE, os resultados do caso mineiro indicaram que as aplicações dos recursos financeiros desenvolvidas até à época da pesquisa atenderam necessidades importantes ao funcionamento da escola e, mesmo sem o planejamento adequado, contribuiu com o processo ensino-aprendizagem dos alunos. A Unidade Executora (UEEx) da escola (Conselho Escolar) assumia, neste contexto, um papel burocrático que se resumia a aprovar prestações de contas e/ou concretizar licitações, deixando de exercer outras funções que fazem parte de sua natureza democrática.

A partir de uma discussão geral sobre os avanços e desafios às políticas públicas de educação no Brasil, Oliveira, D. (2017) e Viana, M. (2020) se dispuseram a analisar se os programas federais de descentralização financeira às escolas públicas têm distribuído os recursos de maneira consoante com as condições de infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, concorrendo para garantia de padrão mínimo de qualidade de infraestrutura física e didática.

Os resultados alcançados por Oliveira D. (2017), evidenciaram que as condições de infraestrutura física das escolas públicas brasileiras ainda são precárias e desiguais entre as diversas partes do país e que os valores *per capita* destinados a essas unidades pelo PDDE e suas ações agregadas não guardam qualquer relação com os déficits de infraestrutura dos estabelecimentos educacionais. Nesse cenário, é destacada a necessidade de que o financiamento público educacional se compatibilize com as especificidades das unidades escolares do país. Entre as recomendações da pesquisa estão a necessidade de melhorias e o fortalecimento do Sistema PDDE Interativo e do Censo Escolar, além do aperfeiçoamento e monitoramento dos parâmetros mínimos de infraestrutura do FNDE.

Em relação ao objetivo de oferecer assistência financeira para as escolas públicas, focando a melhoria de suas infraestruturas física e didática, os resultados apresentados por Viana, M. (2020), apontam que o PDDE cumpre com seu primeiro objetivo legal de maneira insatisfatória, já que, dentre outros aspectos, constatou-se que 83,4% das escolas participantes da pesquisa afirmaram que houve falta de recursos financeiros para custear pequenas reformas e manutenção predial, enquanto 63,9% indicou que houve falta de recursos para viabilizar seus projetos pedagógicos, sendo que quase metade das escolas (47,7%) conta apenas com

recursos do PDDE para realizar sua gestão financeira (especialmente das regiões Norte e Nordeste), o que indica grande nível de dependência para com o Programa e aponta para a necessidade de incremento da atuação da União frente a sua responsabilidade com o financiamento da educação básica.

Em condições semelhantes aos resultados encontrados nos trabalhos de Souza, D. (2017); Oliveira D. (2017) e Viana, M. (2020), Batista (2018) analisou a magnitude e a direção dos gastos dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola em uma escola pública da rede estadual de ensino do município de Castanhal no estado do Pará no período de 2012 a 2015. Os resultados analisados permitiram avaliar que os valores transferidos pelo programa não foram suficientes para atender às reais necessidades da escola investigada, mas foram relevantes para manter o seu funcionamento em condições mínimas. Nessa pesquisa, o PDDE é reafirmado como um instrumento de transferência de recursos, realizado pelo governo federal, de fundamental importância para as escolas públicas brasileiras, porém, são sugeridas alterações no programa. Entre elas, a possibilidade de deixar a cargo da escola a definição de quais objetivos pretendem alcançar, no intuito de elevar a autonomia da escola.

Dentro da perspectiva do PDDE promover a redução das desigualdades socioeducacionais, Arantes (2019) analisou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas possíveis contribuições para a redução das desigualdades socioeducacionais na região Norte do Brasil e, especificamente, em Roraima, no período compreendido entre 1997 e 2017. Constatou-se através da análise dos resultados da pesquisa, que no caso de Roraima, o objetivo de redução das desigualdades regionais foi negligenciado, considerando a região Norte como expressão de uma política que se distancia de um projeto democrático-popular de educação e de sociedade, voltado aos interesses da classe trabalhadora. Em que pesem os argumentos democratizantes, promotores do processo de descentralização do sistema educacional, a política de financiamento do PDDE pouco modificou as condições da realidade observada, com o processo de reformas e municipalização, acabou por aumentar as disparidades para a melhoria da gestão escolar e qualidade do ensino.

Na atual configuração do PDDE, o monitoramento e o controle social das ações por meio do Sistema PDDE Interativo e da atuação dos conselhos escolares, assumem lugar de centralidade tanto por parte das secretarias de educação, quanto

por parte da gestão das escolas. Para garantir o acesso aos recursos é essencial conhecer as normas de cada uma das ações que compõem o programa e a orientação por parte do Comitê Gestor do Sistema PDDE Interativo, que em tese deve existir em cada município, é de fundamental importância para tentar evitar falhas que comprometam o desenvolvimento das ações. A função de orientar os modos de execução do programa não tem sido exclusiva dos comitês gestores e é possível perceber em algumas pesquisas, os reflexos da orientação de órgãos externos às escolas na execução das ações do PDDE, a exemplo das análises de Silva (2015) e Figueira (2016).

A pesquisa de Silva, A. (2015), analisou nesse sentido, a função da Gerência de Acompanhamento aos Recursos Financeiros (GEARF), da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas de orientar, acompanhar e monitorar as escolas na gestão dos recursos do PDDE e Figueira (2016) avaliou a efetividade do Programa Formação Pela Escola quanto à influência na execução do PDDE no estado de Goiás.

No caso do Amazonas, Silva, A. (2015), identificou a existência de uma lacuna no apoio pedagógico às escolas no que se refere ao planejamento e execução dos recursos do PDDE. O estudo ressalta que o apoio administrativo junto às escolas não pode ser pensado somente como uma ação burocrática e desprovida de significados, mas como uma ação que seja capaz de transformar as relações do espaço escolar no sentido da ampliação da participação, ainda que essa tarefa se constitua um desafio. Mesmo diante de condições desfavoráveis foi possível perceber o desejo e as tentativas da equipe GEARF de melhorar o atendimento às escolas na perspectiva de melhorar a gestão dos recursos e a prestação de contas das unidades escolares acompanhadas.

Já na realidade goiana, Figueira (2016) constatou que os gestores que concluíram o Módulo PDDE do Programa Formação Pela Escola se sentiram mais preparados e confiantes na execução do PDDE, além de considerarem o material de estudo do curso uma importante ferramenta de consulta e suporte ao contexto prático das ações do programa. A autora da pesquisa afirma, que não foi possível determinar com precisão se de fato os conhecimentos adquiridos através do curso foram capazes de transformar as práticas no contexto das escolas, no sentido de qualificar os processos de execução do PDDE.

Quanto às discussões sobre controle e monitoramento, destacamos as pesquisas de Gomes (2021), que analisou em seus estudos as transferências de recursos do PDDE através do FNDE e prestações de contas dos Conselhos Escolares no Município de Cametá no período de 2009 a 2019; de Andrade (2022), que analisou como a capacidade de implementação local da política pública do PDDE contribui para a validação dos pressupostos do pensar (gestão) e agir (gerência) da Teoria da Administração Política; de Rodrigues (2019), que analisou o cenário financeiro de atuação do Conselho Escolar em Escolas Públicas Estaduais no processo de cogestão dos recursos oriundos do PDDE; e de Reis (2019), que analisou o financiamento da educação básica no Brasil evidenciando o papel do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) enquanto executor orçamentário das políticas públicas educacionais e seus mecanismos de controle, dando ênfase ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), seu quadro de inadimplências, suas causas e efeitos entre os anos de 2011 a 2016.

As análises de Gomes (2021), apontaram uma série de inadimplências, principalmente entre os anos de 2015 e 2019 no PDDE Básico e nos anos de 2014 e 2015 no PDDE Integral. Essas inadimplências levaram os conselhos a ficarem automaticamente impedidos de receberem os repasses do FNDE, o que confirma mais uma vez a responsabilidade de gestores e unidades executoras no processo de execução e prestação de contas do PDDE, a fim de que as escolas não deixem de ser beneficiadas ou tenha seus recursos reduzidos.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, as análises estatísticas de Andrade (2022), confirmaram que o desenho institucional da política pública, as relações intergovernamentais e a participação social contribuem de forma decisiva para garantir aos entes públicos e à sociedade o melhoramento da capacidade de gestão da política pública. No âmbito gerencial, os dados comprovaram que as dimensões do planejamento e alocação de recursos físicos, financeiros e humanos e a atuação dos burocratas (gerentes) contribuem para qualificar a capacidade técnico-operacional, isto é, de implementação das ações públicas.

As discussões presentes no trabalho de Reis (2019), também chamam atenção para os cuidados com a operacionalização do programa, admitindo que o controle exercido pelo órgão, a falta de capacitação dos gestores e conselheiros escolares, impacta na inadimplência das prestações de contas do PDDE, culminando em retenção de recursos da educação básica. Os resultados da

pesquisa mostraram ainda, uma situação diferenciada no município de Santo Antônio do Tauá no tocante à inadimplência no PDDE, condicionada pela falta de capacitação técnica/pedagógica dos membros dos conselhos escolares, pela incidência de servidores temporários como membros dos conselhos, pela interferência da secretaria municipal de educação no conselho escolar, ferindo sua autonomia como órgão colegiado, e pelo conflito político, com mudanças constantes na gestão municipal, que paralisou o fluxo normal de documentação comprobatória nas prestações de contas, além das trocas sistemáticas no quadro funcional.

Sobre a discussão em torno da atuação dos conselhos, os estudos de Rodrigues (2019), também direcionaram os resultados para 2 dimensões analíticas, já mencionadas nos resultados anteriormente apresentados: a) o desempenho do Conselho na prestação de contas se deu de forma deficitária, gerando um distanciamento do campo da cogestão, pelo baixo grau de participação no processo de planejamento e execução de recursos; b) falta de conexão do cotidiano do Conselho Escolar com as dimensões da cogestão: pluralismo, comunicação e negociação, tomada de decisão transacionais; aprendizagem social; ação compartilhada e compromisso. Neste caso, a baixa participação dos atores envolvidos (escola, professores, Conselho, pais e responsáveis) dificultaram o alcance dos objetivos do PDDE.

Fica evidente, nesse sentido, que a autonomia da gestão financeira é relevante no contexto do programa, mas tem seus limites desenhados no processo de planejamento e garantia do cumprimento das finalidades do PDDE. Dentro dessa lógica, Viana, M. (2015), vem afirmar, que a descentralização de recursos financeiros contribui sobremaneira para a qualidade da educação oferecida pela escola pública. Ou seja, não há autonomia pedagógica na escola, se ela não possuir autonomia de gestão financeira para implementar e concretizar seus próprios projetos. Porém, a falta de controle rigoroso e prestação de contas em conformidade com as normas do FNDE, pode inviabilizar a continuidade dos repasses.

Em síntese, os resultados verificados na categoria regulação, financiamento e impactos de programas de descentralização ressaltam a importância do PDDE e de suas ações agregadas para garantia de insumos básicos nas escolas públicas, apesar de no contexto prático não ter conseguido alcançar resultados positivos contínuos no que se refere a um de seus objetivos básicos que é promover a

elevação dos indicadores associados à qualidade educacional vinculada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Pode-se afirmar a partir desses resultados que as reformulações e novos modos de regulação que vêm perpassando o programa desde a sua criação em 1995, e em especial a criação de novas modalidades que foram agregadas ao PDDE, atribuíram características de inclusão social e reforçou o discurso de gestão descentralizada e democrática na proposta do programa. Em contrapartida, o discurso que ressalta a importância da inclusão social, da descentralização dos recursos e da efetivação da gestão democrática se esbarra na limitação dos recursos que de fato chegam até as escolas e na tradição pouco democrática que se verifica nas instituições educacionais no Brasil. Como observado em parte das pesquisas apresentadas nesta categoria temática, as ações financiadas pelos recursos do PDDE são insuficientes para atender as demandas das escolas e os critérios pré-definidos sobre os usos dos recursos não têm dado abertura para o desenvolvimento da autonomia das práticas gestoras. Dada a relevância que a gestão democrática e a autonomia da escola devem assumir no contexto de execução do PDDE, é que se apresenta a seção a seguir, enfatizando os resultados das pesquisas que englobam os processos de democratização do espaço escolar e de autonomia da escola no contexto do PDDE.

2.5 Categoria temática “Gestão democrática e autonomia da escola”

O termo gestão democrática é frequentemente usado na atual configuração do PDDE, que propõe a formação de grupos de trabalho para o planejamento e gestão dos recursos financeiros do PDDE e ações agregadas que integram o Sistema PDDE Interativo. No entanto, o que se percebe é que a participação da comunidade escolar e sua autonomia para definir o que fazer com os recursos recebidos não atende às expectativas e limites do programa. O sentido atribuído ao termo democracia, empregado neste texto, se associa à ideia de “garantir a cada um dos participantes igual poder de intervenção e decisão, criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades de opção e ação diante dos processos decisórios” (ADRIÃO; CAMARGO, 2007, p. 9). Na tentativa de compreender de que modo as pesquisas abordam a natureza democrática do PDDE

é que se fez necessário enfatizar os resultados dos estudos que estão alocados nesta categoria temática.

O percentual de pesquisas alocadas nesta categoria temática é corresponde a (30,5%). Em síntese, as pesquisas aqui relacionadas se preocuparam em analisar como os membros de Unidades Executoras (UEX) se organizaram para a tomada de decisão acerca dos recursos do PDDE; como as escolas envolvem seus alunos na gestão de recursos do PDDE; como vem se dando a gestão dos recursos financeiros transferidos para a escola; quais os efeitos, mecanismos de transparência, descentralização, planejamento e execução do programa; além de suas implicações na democratização da gestão escolar através da participação de gestores, conselhos escolares e necessidade de formação da equipe gestora das escolas e comitês gestores do PDDE, atuando na perspectiva de melhor atender aos requisitos de mobilização da comunidade escolar e participação dos sujeitos nas ações de planejamento e execução do programa.

Sobre os aspectos que dizem respeito à relação entre o PDDE e a realização da gestão democrática no contexto das escolas, cabe considerar que os resultados das pesquisas indicam respectivamente em Santana (2011) e Paixão (2012), que há uma dificuldade de promover mudanças nas estratégias de gestão em nível local e necessidade de se questionar a concepção de gestão democrática que temos hoje, já que não contempla a participação de todos os sujeitos envolvidos nos processos educacionais. Na análise sobre Viçosa em Minas Gerais, Santana (2011) afirmou que o PDDE não conseguiu estabelecer uma dinâmica de planejamento e participação capaz de mobilizar os membros das Unidades Executoras (UEX) do PDDE. No caso do Distrito Federal, Paixão (2012) também identificou que a participação de alunos nos processos decisórios é mínima e que a gestão financeira dos recursos está centrada na maioria das vezes na figura do diretor.

O desinteresse pela participação nos processos decisórios também aparece em outras pesquisas. Dentre elas destacamos a análise de Barros (2020), que buscou identificar os efeitos da implementação do PDDE no município de Mariana (MG), com o propósito de verificar quais efeitos o programa produzia e se ele fortalecia a gestão escolar quanto à autonomia e às práticas democráticas. Nesta análise, ficou evidente a resistência de participação dos funcionários da escola quanto à burocracia existente para a utilização do recurso financeiro advindo do PDDE. Também foi possível verificar, que no período da investigação, não houve

participação efetiva dos pais e da comunidade escolar em sua integralidade para tratar do Programa.

Resultados semelhantes ao de Barros (2020), foram encontrados na análise de Spanner (2020) e de Dantas (2022). Ao investigar como os Conselhos Escolares das Escolas Municipais da Cidade do Rio de Janeiro atuaram junto ao PDDE, na verba agregada PDDE Qualidade, Spanner (2020), mostrou através dos resultados encontrados, o pouco engajamento dos segmentos dos Conselhos Escolares no estabelecimento de práticas democráticas nas escolas. Nas unidades escolares pesquisadas, destacou-se a predominância da função consultiva e pouco propositiva na atuação dos conselhos, demonstrando, deste modo, a necessidade de fortalecimento das práticas democráticas e encenação participativa. Por sua vez, Dantas (2022), também observou que o PDDE, embora seja uma política pública que tem auxiliado financeiramente a escola, não se pode afirmar, diante da realidade observada, que a gestão democrática de fato é exercida de forma participativa por parte da comunidade escolar, tendo em vista várias dificuldades encontradas e apontadas em sua execução, como por exemplo a falta de interesse e tempo da comunidade escolar em participar ativamente das questões relativas ao programa.

Tanto o trabalho de pesquisa de Jesus (2019), quanto o de Caldas (2022) e o de Araújo (2022), reafirmaram, assim como nos demais trabalhos anteriormente mencionados, a relevância do compromisso da participação coletiva nos processos decisórios do uso da verba do PDDE, tratando como imprescindível a participação efetiva de todos os membros da comunidade escolar no planejamento e preocupação sistemática da qualidade de vida coletiva e do desenvolvimento local. Ressalta-se, mais uma vez, o papel dos conselhos escolares na atuação do fortalecimento da gestão democrática das instituições escolares.

Os dados informados na pesquisa de Araújo (2022), constatam ainda, que dentre as várias dificuldades que impedem uma participação mais efetiva e de qualidade dos representantes dos diversos segmentos, são relatadas: comprometimento do horário de trabalho; dificuldade de deslocamento para resolver questões bancárias ou realização de cotação de preços e compras no comércio; falta de tempo para melhor dedicação em suas atribuições; falta de autonomia para uso dos recursos, de calendário de reuniões ordinárias, de informação e preparação técnica. A questão da participação, segundo os relatos da pesquisa de Nogueira (2022), que analisou os sentidos da participação no PDDE, é percebida pelos

gestores como um horizonte, uma cultura a ser criada, embora, não seja percebida como prioridade no conjunto de dados analisados e problematizada diante de uma racionalidade neoliberal que perverte sentidos democráticos.

Ao discutir possíveis estratégias para busca de uma escola pública democrática, participativa e autônoma, Gon (2012) procura destacar que a transferência de recursos financeiros às escolas pelo poder público só contribuirá para ampliar o processo de democratização, se oferecer conjuntamente as condições necessárias para sua gestão. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha dado significativas contribuições nesse sentido, Pimenta (2015) destaca através de seus resultados de análise, a necessidade de avanços em relação à autonomia escolar e gestão participativa.

A necessidade de formação das equipes gestoras e demais segmentos que fazem parte da execução do programa, tem sido apontada como uma das importantes contribuições para melhorar o alcance da participação e desenvolvimento da autonomia da escola, uma vez que, a falta de conhecimento e confusão na compreensão de conceitos essenciais, como bem pontua Júnior, S. (2016), prejudica o controle social exercido pela comunidade escolar.

O relato das fragilidades apresentadas por gestores de Santo André – SP, apresentado em Lins (2022), configura os desafios enfrentados por gestores e unidades executoras em duas vertentes: a) sob os aspectos operacionais, destaca-se a falta de tempo para a execução da verba, dificuldades no manejo das verbas divididas em capital e custeio; dificuldades na guarda de documentação, bem como no preenchimento e recolhimento destes documentos; b) sob os aspectos interacionais relacionados à participação dos professores, funcionários e pais e/ou responsáveis, destaca-se a falta de tempo destes para participar das reuniões que decidem o gasto da verba; apatia de alguns professores que se recusam a participar; falta de conhecimento de alguns professores e pais e/ou responsáveis. Barros (2020), destaca nesse sentido, a necessidade de formação continuada dos gestores da educação básica, a fim de que produzam conhecimentos suficientes para atuarem na implementação do PDDE de forma conjunta, democrática e participativa.

Reafirmando a mesma ideia do parágrafo anterior, ao analisar as práticas de gestão democrática e apoio técnico, disponibilizadas e processadas nos comitês gestores do Território de Identidade Baixo Sul Baiano, no período de 2017-2020, os

dados da pesquisa de Silva, F. (2021), revelaram a experiência do Comitê Gestor Municipal do PDDE do Baixo Sul, grupo gestor local dessa política de financiamento da educação pública, indicando que, principalmente, as ações de cunho formativo, fortaleceram os princípios democráticos que contribuíram para a concretude da gestão naquele território.

Na tentativa de compreender o PDDE como mecanismo da descentralização financeira e elemento da melhoria na gestão democrática por meio do colegiado escolar, Silva, G. (2015) concluiu que no caso do município de Maceió em Alagoas, a descentralização financeira e o investimento na educação são considerados aspectos favoráveis do programa. Segundo os dados da análise acerca do PDDE na realidade observada, verificou-se, que apesar do PDDE ser favorável à gestão compartilhada, na qual, por meio da decisão coletiva, é possível estabelecer a seleção do que é prioritário à instituição, sendo configurado o espaço escolar como um importante instrumento de democratização, avaliação e consolidação de ações de compartilhamento, contrariamente, a descentralização e a participação que as normatizações do PDDE apresentam, estão amparadas na concepção da gestão gerencialista e neoliberal.

É afirmado na pesquisa desenvolvida por Silva, G. (2015), que a autonomia do programa se apresentou relativa, visto que diante da divisão dos recursos do PDDE, custeio e capital, já vem discriminado quais tipos de gastos se deve ter, cabendo ao colegiado escolar apenas escolher diante da lista apresentada. Não fica claro na pesquisa se esta afirmação se refere ao PDDE Básico ou a alguma ação agregada do PDDE, já que no caso de algumas ações agregadas ao Sistema PDDE Interativo, o sistema realmente impões a lista possível de materiais que podem ser incluídos no plano de ação da escola. Por fim, ficou evidente nos resultados que é importante a presença de um colegiado atuante (conselho escolar) para a vivência da gestão democrática no contexto da escola pública.

Ainda enfatizando a vivência da gestão democrática no interior da escola, os estudos de Júnior, A. (2016) demonstraram que há pouca participação da sociedade, principalmente dos pais nas escolas. O processo do planejamento dos recursos do PDDE é realizado pelo gestor e, em alguns casos, com os professores e funcionários. A prestação de contas é feita de forma burocrática e serve somente para cumprir as obrigações compactuadas com o recebimento do recurso e para não deixar de recebê-lo no ano seguinte. Marinheiro (2016) também revela através dos

resultados de sua pesquisa em Londrina, que a democratização da gestão escolar, que é um dos pilares do programa, vem sendo obstada por princípios técnicos e operacionais, advindos do modelo de gestão gerencial. A pesquisa concluiu, nesse sentido, que o PDDE pouco favoreceu o processo de democratização da gestão na escola. Apesar de estimular a participação da comunidade escolar nas reuniões de decisão da aplicação dos recursos, por meio dos seus órgãos representativos, a decisão final quanto à sua utilização ainda está centralizada na direção escolar.

A partir da análise do município de São José dos Quatro Marcos em Mato Grosso, Miler (2017) analisou o financiamento da Educação Básica, na perspectiva do PDDE, tendo como foco a autogestão do conselho deliberativo da comunidade escolar nos processos de participação e controle social desse recurso. A pesquisa evidenciou através do estudo de caso analisado, que o PDDE tem consolidado relativamente a autogestão escolar no contexto do conselho deliberativo, impondo desafios à participação e controle social dos recursos que financiam as ações do programa.

Por fim, dentro de uma perspectiva que analisou se a gestão democrática tem impactado no desempenho das escolas em avaliações externas e procurou determinar qual lugar a gestão democrática ocupa na hierarquia de variáveis que influenciam esses indicadores, Riscal (2016) evidenciou a partir de suas análises que a comunidade escolar como um todo no Brasil precisa conhecer e interpretar os resultados das avaliações de larga escala e utilizá-las como um instrumento de diagnóstico para a elaboração de seu planejamento. Os resultados deste estudo mostraram que as maiores médias do IDEB referem-se às escolas em que os Conselhos Escolares sempre definem e validam os aspectos pedagógicos, financeiros e administrativos. Elementos como a construção de um Projeto Pedagógico com a participação de toda a comunidade escolar, a participação dos pais no conselho escolar, a frequência de reuniões do conselho escolar e a escolha do diretor escolar por eleição ou concurso público são apontados na pesquisa como fatores relacionados à gestão democrática que influem positivamente no IDEB.

Os resultados apresentados nesta categoria temática nos levam a concluir que os recursos financeiros advindos do PDDE têm sido essenciais para atender parte das necessidades básicas da escola, no entanto, não têm conseguido sustentar na prática a defesa da gestão democrática que carrega no discurso da

legislação que o fundamenta, o que impõe limites à participação da comunidade no planejamento, execução e controle social do PDDE e de suas ações agregadas.

2.6 Categoria temática “Ações agregadas do PDDE”

O levantamento realizado para construção desta seção, identificou estudos que abordaram de modo específico cinco ações agregadas do PDDE. As análises envolveram pesquisas sobre o Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES) ou “PDDE Escolas Sustentáveis” como também é chamado, o “Programa Mais Educação” (PDDE Integral), o “Programa Ensino Médio Inovador” (PDDE ProEMI), o Programa Mais Alfabetização (PMALFA) e o Programa Escola Acessível. Foi alocado um percentual de (26%) das pesquisas nesta categoria temática, sendo que do total de 16 pesquisas, oito fizeram referência ao PDDE Escolas Sustentáveis; quatro estão associadas somente ao Programa Mais Educação (PDDE Integral); duas ao PDDE ProEMI; uma que se relaciona de modo concomitante a várias ações agregadas do PDDE, mas enfatizando de modo mais sistemático o Programa Mais Educação (PDDE Integral) e o Programa Mais Alfabetização (PMALFA); e uma que faz referência ao Programa Escola Acessível.

As pesquisas que tomaram o Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES) como foco, adotaram objetivos orientados a analisar a transição de comunidade e escolas na busca de construção de espaços educadores sustentáveis a partir da análise de ações de Educação Ambiental decorrentes da aplicação do recurso financeiro proveniente do PDDE Escolas Sustentáveis. As pesquisas desta categoria temática também se preocuparam em apresentar a estruturação do programa, sua aplicação e desenvolvimento e ainda indicadores da gestão participativa na execução do PDDE Escolas Sustentáveis.

Ao lançarem um olhar sobre o “PDDE Escolas Sustentáveis”, Mota (2015) e Weiler (2015), analisando a realidade de comunidades e escolas catarinenses, verificaram desafios que têm dificultado o processo de transição para um espaço educador sustentável. Em uma realidade diferente Silva, M. (2018) também verificou os mesmos desafios ao analisar o desenvolvimento do “PDDE Escolas Sustentáveis” executado por escolas públicas de Aracaju. O desconhecimento da proposta do programa, a fragilidade na formação docente e no projeto político-

pedagógico e recursos insuficientes, são alguns desafios que segundo as pesquisas necessitam ser superados para garantir essa transição.

Em análise à comunidade de Taquaras por exemplo, localizada em Balneário Camboriú, Santa Catarina, Weiler (2015) identificou quanto às ações que estão sendo implementadas na escola com recursos financeiros do “PDDE Escolas Sustentáveis”, que estas dificilmente contribuirão com a escola no processo de transição para um Espaço Educador Sustentável, uma vez que se constituíram em práticas pontuais e superficiais. Apesar de encontrar limitações semelhantes em duas escolas do município de São João Batista, também em Santa Catarina, Mota (2016) enxerga no programa possibilidades e indícios de práticas que podem contribuir com a ressignificação dos valores ambientais dos alunos e reconhecimento por parte dos docentes e gestores acerca da importância de se trabalhar a temática ambiental.

Com a finalidade de demonstrar a estruturação dos programas aplicados à Educação Ambiental no Estado de Goiás, Ribeiro (2015) selecionou o “PDDE Escolas Sustentáveis” como um dos programas a serem analisados, tendo em vista seu conteúdo programático que objetiva atender as recomendações de conferências internacionais para a formação de sujeitos críticos e conscientes com o meio ambiente. No caso de Goiás, os resultados da pesquisa não conseguiram verificar, a existência real de uma Educação Ambiental legítima, que fornecesse aos alunos uma percepção crítica da importância do meio ambiente.

Os resultados, revelaram ainda, que entre as ações que aparecem com maior frequência no plano de aplicação das escolas, estão em primeiro lugar a adequação do espaço físico, visando à destinação apropriada de resíduos sólidos da escola, eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes; Em segundo lugar, a promoção da inclusão da temática socioambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e, em terceiro lugar, o apoio a criação e o fortalecimento das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA), que se trata de uma comissão que tem o papel de contribuir com a participação democrática de todos os segmentos da comunidade escolar, de modo a levar a temática da Educação Ambiental a todas as disciplinas (BRASIL, 2004).

A partir da ótica dos gestores do Ministério da Educação e das Universidades Federais parceiras que ofertaram o processo formativo Escolas Sustentáveis e

COM-VIDA entre 2014 e 2015, Bianchi (2016) apresentou algumas reflexões sobre o PDDE Escolas Sustentáveis. Na visão dos investigados o programa teve a oportunidade de apoiar ações voltadas à superação dos desafios socioambientais, mas necessita de revisão efetiva no sentido de estender sua abrangência a todos os níveis e modalidades da educação básica, sem perder de vista a dimensão do currículo e da gestão do espaço físico. Propõe ainda a necessidade urgente de estudos, em parceria com o FNDE, para incluir critérios de sustentabilidade ambiental nos projetos de novas escolas.

Em pesquisa semelhante a mencionada no parágrafo anterior, Bastos (2016) analisou o “PDDE Escolas Sustentáveis” e sua aplicação, a partir dos parâmetros da Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental (EA). Nesse caso, ele entrevistou educadores ambientais e gestores na área de Educação Ambiental que participaram do processo de criação e desenvolvimento do Programa. Na visão de seus criadores o “PDDE Escolas Sustentáveis” não se encontra consolidado como política pública por falta de apoio institucional, prejudicando sua aplicabilidade, avaliação e continuidade. O estudo também confirma, que apesar da parceria interministerial (Ministério da Educação - MEC e Ministério do Meio Ambiente - MMA) na criação do Programa, não houve esforços do MEC para seu desenvolvimento pleno. Apesar dos desafios já mencionados, os idealizadores do programa acreditam que ele deixa o legado de fortalecimento dos coletivos locais e a possibilidade de provocar novos estudos e fomentar pesquisas, no intuito de disseminar a temática e promover sua efetiva aplicação.

Quanto a lógica que permeia o programa, Siqueira (2022), identificou em suas análises, que os textos oficiais do PNES reproduzem determinados discursos neoliberais, sobretudo quanto as parcerias público-privadas, no alargamento das funções da escola e na ausência explícita da interferência dos conflitos e desigualdades sociais na qualidade educacional. Os dados também demonstraram que existe convergência entre o PNES e as legislações ambientais nacionais, mas não há consolidação do programa e equidade nas ações do tripé gestão-currículo-espaço físico, tendo predomínio as atividades no eixo espaço físico. Evidenciou-se através dos resultados, que as formas históricas de organização do trabalho didático sofreram alterações com as atividades financiadas, mas não em um nível de superação da escola comeniana.

Destaca-se em uma última abordagem sobre o “PDDE Escolas Sustentáveis”, o trabalho de Brito (2016), que analisou os indicadores de influência da gestão participativa de escolas públicas de Sobral – CE no desenvolvimento de projetos que foram contemplados pelo “PDDE Escolas Sustentáveis”. Os resultados confirmaram a ideia de que a gestão participativa, acrescida do apoio financeiro institucional aos projetos da escola, enriquece tanto o ambiente escolar como o ambiente social, no que concerne à conservação e preservação do meio ambiente, visando uma qualidade de vida melhor para os sujeitos envolvidos.

A respeito da ação agregada “PDDE Integral”, que é referente ao “Programa Mais Educação”, destacamos inicialmente duas pesquisas que analisaram as contribuições e a evolução do financiamento e dos gastos com a modalidade em questão, sendo uma de nível nacional e outra desenvolvida no município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro.

A análise sobre o PDDE Integral em âmbito nacional, que propôs melhorias e verificou dados de 2006 a 2011, apresentados em Pinheiro (2012), evidenciou que o programa pode contribuir com a melhoria da Educação Integral na medida em que adotar como prioridade a inclusão de novos recursos e conseguir inserir outras demandas que venham promover a melhoria de infraestrutura física básica das unidades escolares a partir dos recursos do “PDDE Integral”, uma vez que os repasses analisados a partir da evolução do financiamento e as ações permitidas pela legislação atual, não têm sido suficientes para todas as necessidades da Educação em Tempo Integral.

Quanto à análise de Oliveira, M. (2018) feita em escolas públicas do município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro, que analisou a utilização dos recursos financeiros recebidos por meio do “PDDE Integral” no período de 2010 a 2012, foi possível perceber através de seus resultados, que a situação estrutural e financeira em que se encontravam as escolas levou os diretores a utilizarem os recursos destinados para o programa em ações necessárias ao funcionamento da escola como um todo, o que possivelmente resultou em modificações na execução do programa, conforme previsto nas resoluções do FNDE.

Sobre a participação da comunidade escolar para tomada de decisão na gestão a partir da implantação do “Programa Mais Educação”, por meio do “PDDE Integral” na Escola Municipal Raymundo Lemos Santana, bem como as mudanças provocadas por ele na gestão da escola no período de 2008 a 2012, que consta nos

estudos de Ferreira, C. (2012), ficou evidente que a tomada de decisão na escola acontece dentro de uma racionalidade relativa e que a gestão participativa ainda é centralizada na gestora escolar. Verificou-se também que as ações do PDDE Integral aumentou o fluxo de trabalho nas áreas administrativa, pedagógica e financeira, requerendo da comunidade escolar um melhor planejamento das atividades.

Contrariamente à maioria dos estudos sobre Educação Integral, Fonseca (2014) encontrou resultados que considerou positivos, ao analisar a contribuição do Programa Mais Educação para a qualidade da educação no Rio Grande do Sul, fazendo uma comparação com os Programas Jornada Estendida desenvolvido na Província de Córdoba, na Argentina. O autor afirma ter encontrado pessoas comprometidas e orgulhosas em apresentar os resultados obtidos. O estudo revelou que mesmo os programas, do Brasil e de Córdoba, apresentando algumas deficiências, principalmente, em relação aos espaços físicos e às relações humanas, são considerados importantes ferramentas para oferecer educação integral aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, fazendo com que eles permaneçam mais tempo na escola, distantes de situações de risco.

Visando identificar as repercussões das ações agregadas do PDDE no enfrentamento as desigualdades socioeducacionais de Manari – PE, Melo (2020), constatou que as ações agregadas mais recorrentes no período investigado, foram aquelas destinadas ao acompanhamento pedagógico, como o Mais Educação e o Mais Alfabetização. A análise também evidenciou, que se os sujeitos pudessem compreender melhor os programas, teriam melhores condições de pleitear, e consequentemente iniciar um enfrentamento as desigualdades socioeducacionais. As escolas apresentaram uma série demandas estruturais e pedagógicas que condizem com as ações agregadas do PDDE, no entanto não demonstraram conhecer todas as ações e saber pleitear essas ações frente o município, o que implicou em repercussões negativas para a comunidade escolar investigada.

As pesquisas referentes à ação agregada PDDE “Programa Ensino Médio Inovador” (PDDE ProEMI), centraram-se em analisar o suporte financeiro e as contribuições do ProEMI para o acesso e permanência dos alunos do Ensino Médio. Em Ferreira, S. (2015), verificou-se que a implantação do Programa no Paraná sofreu influência da Secretaria Estadual de Educação e que a participação da comunidade foi minimizada. Em relação ao objetivo central da pesquisa, os sujeitos

envolvidos acreditavam naquele momento, que o suporte financeiro do Programa era imprescindível para a escola, mas não o suficiente para a indução da mudança curricular e práticas diferenciadas. Quanto ao acesso e permanência dos alunos no Ensino Médio, os dados apresentados nos estudos de Lima (2018), afirmaram, que no contexto das 11 primeiras escolas contempladas com a ação no Paraná, no período de 2012 a 2014, os resultados de matrícula e rendimento escolar não evoluíram positivamente, contrariando as expectativas e objetivos do Programa PROEMI.

Por fim, no que se refere à ação agregada do PDDE, Programa Escola Acessível, a pesquisa de Lira (2020), apresentou a análise da acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência, especialmente física e visual, nas unidades escolares que utilizam o recurso financeiro do Programa Escola Acessível no município de Gravatá – PE. Ficou perceptível, através dos resultados, a necessidade de aparato técnico por parte dos gestores, além de evidenciar a falta de familiaridade com a temática, visto que as unidades analisadas estão aquém do resultado esperado e fora dos preceitos normativos. Com isso, foi elaborada uma cartilha guia que visou contribuir e direcionar os responsáveis na utilização do recurso PDDE – Escola Acessível, nos projetos de acessibilidade arquitetônica, não só da rede municipal de Gravatá – PE, mas a todos que pudessem ter acesso ao material.

Através de um olhar mais geral sobre as pesquisas que abordaram as ações agregadas do PDDE, é possível afirmar que os efeitos de suas ações, nos moldes como foram investigados, pouco tem contribuído para melhorar os índices de melhoria da qualidade da educação básica, objetivos e superação das desigualdades socioeducacionais, a que se propõem, apesar de serem consideradas ações de fundamental importância de suporte financeiro para as escolas.

2.7 Categoria temática “Sistema PDDE Interativo”

Tivemos a oportunidade de visualizar no gráfico 4 que do total de pesquisas selecionadas para esta análise (13%) mencionaram ou enfatizaram o Sistema PDDE Interativo de forma mais aprofundada. A temática surgiu de modo superficial em outras pesquisas, mas apenas mencionando o Sistema PDDE Interativo como uma

ação complementar do PDDE, sem apresentar maiores reflexões. Como um dos elementos centrais de análise desta tese, cabe ressaltar quais as contribuições e tipos de abordagem das pesquisas que focalizaram o Sistema PDDE Interativo de 2011 a 2022.

Desde 2011 o Sistema PDE Interativo, atualmente denominado Sistema PDDE Interativo figura como uma ferramenta tecnológica de gestão dos recursos associados ao PDDE e de suas ações agregadas. A introdução desta ferramenta como elemento obrigatório dos processos de planejamento e controle social das ações financiadas pelo PDDE trouxe uma transformação na rotina de gestores escolares, que passaram a fazer uso da internet e de um sistema específico para este fim.

Ao abordarem o Sistema PDDE Interativo em seus trabalhos, foi possível identificar que os pesquisadores se preocuparam em analisar o diagnóstico respondido por escolas no Sistema PDDE Interativo; compreender mudanças ocasionadas pela mudança do PDE Escola para o PDE Interativo; analisar os impactos da implementação do Sistema PDDE Interativo; analisar como se configuram os mecanismos de intensificação da regulação da gestão escolar, por meio do PDDE Interativo e analisar sua efetivação e contradições no que se refere a gestão democrática.

Entre os trabalhos selecionados identificamos duas pesquisas que não trazem reflexões sobre os efeitos do uso do sistema em si, mas de respostas que foram dadas através do questionário online do Sistema PDE Interativo. Surge neste contexto as pesquisas de Trentim (2014), que analisou as concepções dos gestores das escolas da Rede Municipal de Canoas - RS, presentes nas respostas constantes no PDE Interativo, sobre as relações existentes entre a gestão escolar e a qualidade da educação e Nascimento (2016), que apresentou um relato de experiência de ações pedagógicas desenvolvidas em uma escola da rede pública municipal de ensino de São Paulo, desencadeadas a partir da identificação de problemas por meio do diagnóstico da ferramenta PDDE Interativo.

Foi possível perceber tanto nos resultados de Canoas no Rio Grande do Sul observados por Trentin (2014), quanto nos resultados de São Paulo observados por Nascimento (2016), que os diagnósticos respondidos pelas escolas investigadas se constituem elementos de percepção dos problemas enfrentados pelas escolas,

dando a estas a capacidade de refletirem sobre suas limitações e promovem mudanças positivas frente aos desafios verificados.

Em se tratando da realidade de Canoas, os resultados do diagnóstico reafirmam segundo Trentin (2014), que as aplicações realizadas com recursos do PDDE precisam ser intensificados, principalmente na formação continuada dos gestores das instituições escolares para que possam identificar e acompanhar o rendimento escolar dos seus alunos e da sua escola como um todo, com uma formação que fortaleça as habilidades necessárias para que a ação da gestão escolar seja eficaz, com competências e conhecimentos que precisam ser desenvolvidos. Em relação à realidade verificada em São Paulo, Nascimento (2016) observou que a ferramenta possibilita a identificação coletiva dos problemas críticos da escola, auxiliando no planejamento democrático e participativo de práticas pedagógicas que visaram resolvê-los. O trabalho também sugere a utilização da ferramenta não apenas para ajustar-se aos interesses do governo, mas para atender as reais necessidades da escola, identificadas por todos os segmentos.

Refletindo as mudanças ocasionadas pela inserção do Sistema PDE interativo e PDDE Interativo na perspectiva de uma nova gestão pública destacamos as pesquisas desenvolvidas por Carvalho (2014) em Ituiutaba/MG e a pesquisa de Souza, F. (2015) desenvolvida em escolas municipais de Florianópolis/SC. Ao analisar a mudança do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) para o PDE Interativo, Carvalho (2014) encontrou evidências de que o elemento fundamental que diferencia o PDE Escola do PDE Interativo é a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com vistas à inclusão de uma ferramenta digital, por meio de uma plataforma *online*. Seus dados revelam que através da plataforma é possível promover o controle e monitoramento das ações desenvolvidas pela escola. Segundo os resultados, o PDE Interativo se caracteriza como uma ferramenta fechada, rígida, operacional e pré-definida, aproximando-se, portanto, de aspectos de caráter gerencialista, que não possibilitam a autonomia da escola.

Os resultados encontrados por Souza, F. (2015) ao tentar compreender as propostas e intencionalidades do MEC com o PDE Interativo evidenciam os impactos causados no planejamento escolar. A análise evidencia nesse sentido, que o PDE Interativo como política educacional, introduz uma nova cultura de administração pública nas escolas. Souza (2015) também conclui que o PDE

Interativo é uma ferramenta de controle e planejamento estratégico que altera as formas de financiamento e gestão da educação, assim como Carvalho (2014) já havia evidenciado nos seus resultados.

Entre as demais mudanças ocasionadas pela adoção do Sistema PDDE Interativo, ambos os estudos enfatizam: as dificuldades dos gestores escolares em gerir o sistema, a responsabilização dos resultados atribuída às escolas, a defesa do discurso de descentralização das tomadas de decisões e a incorporação de novas ações e programas. No entanto, ao discutir a essência do sistema, Souza, F. (2015) afirma que sua proposta está preocupada, de fato, em tornar os processos de gestão escolar mais eficientes e que a autonomia da escola é apenas aparente quando pensada na perspectiva do PDE Interativo, pois é o sistema que induz, em grande medida, a realização do diagnóstico e do plano geral, já que as escolhas são pré-definidas pelo MEC.

A gestão democrática frente a atuação do conselho escolar e sua interlocução com o Sistema PDDE Interativo também foi um elemento analisado por Buraki (2017) em Cascavel – PR. Nessa direção foram investigadas a efetivação e as contradições existentes referentes à gestão democrática. Em mais uma realidade, foi constatado que a ausência de participação e as dificuldades para mobilizar a comunidade escolar contribuíram para que os membros do conselho escolar apenas acatassem as informações e deliberações que já haviam sido tomadas anteriormente pela direção ou pela Secretaria Municipal de Educação. Por meio da análise das Atas e dos Cadernos de formação, Buraki (2017) confirmou a hipótese de que a implantação dos conselhos escolares na Rede Pública Municipal de Cascavel/PR, realizada em 2012, atendeu apenas à legislação e à possibilidade de descentralização de recursos por intermédio do Sistema PDDE Interativo, não partindo da premissa de uma gestão mais democrática.

Ainda no contexto paranaense Speck (2018), observou através de suas investigações no município de Marechal Cândido Rondon, que a regulação exercida pelo programa analisado faz erigir um conflito entre este e a afirmação da identidade da escola, à medida que a ênfase nos procedimentos técnicos e operacionais acaba se sobrepondo às questões político-pedagógicas, que estão presentes no cotidiano escolar. Na mesma perspectiva, Souza, V. (2018), também relata que embora os participantes de sua pesquisa tenham demonstrado não conhecer os fundamentos políticos do PDE Escola na versão PDDE Interativo, o sistema tem sido vinculado à

melhoria do Ideb e o recebimento de recursos financeiros, a partir das ações agregadas do programa. Afirma-se mais uma vez que o PDE/PDDE Interativo vem sendo visto apenas como um mecanismo para que as escolas possam ter acesso a recursos financeiros. A gestão democrática, neste caso, não tem conseguido se consolidar, uma vez que os processos se reduzem a uma atividade técnica marcada pelo mero cumprimento de ações, deixando de lado elementos essenciais tais como a participação e o planejamento coletivo.

Compreendendo que o uso do Sistema PDDE Interativo pressupõe um novo perfil de gestor, Gonçalves (2016), propôs a organização de uma proposta de formação que pudesse qualificar os gestores escolares na utilização da plataforma PDDE Interativo no município de Barueri/SP. Os dados utilizados para construção da proposta identificaram que nenhuma das diretoras entrevistadas compreendeu a plataforma do PDDE Interativo como instrumento de gestão. Os depoimentos das gestoras afirmam ainda que gerir o sistema não se constitui uma tarefa fácil e que os próprios responsáveis pelo programa no âmbito da Secretaria de Educação não possuíam conhecimento aprofundado sobre a plataforma do PDDE Interativo. A formação proposta no âmbito desta pesquisa-ação não foi suficiente para solucionar as dúvidas referentes ao uso do sistema e suas funcionalidades deixando evidente a dimensão e complexidade do tema.

Finalizando a apresentação das discussões centrais que perpassaram os estudos já realizados sobre a temática, e apesar de todas as pesquisas que abordaram o Sistema PDDE Interativo afirmarem que suas ferramentas de gestão não têm induzido a democratização do espaço escolar, e que na maioria das vezes é vista apenas como um instrumento técnico de aquisição dos recursos financeiros, não foi especificado em nenhuma das pesquisas investigadas e com maiores detalhes, os desafios que as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, e as escolas públicas têm enfrentado ao colocar em prática a metodologia dos processos de adesão, planejamento, acompanhamento e prestação de contas das ações do PDDE. Os resultados apresentados também indicam a dimensão e complexidade do sistema e apontam alguns desafios que a modernização das ferramentas de gestão do PDDE tem imposto às escolas. No entanto, verifica-se que não há pesquisas que fazem uma análise macro do problema, apresentando e discutindo os efeitos da participação dos atores escolares na gestão e execução dos programas associados ao PDDE Interativo, bem como suas ações agregadas. É justamente sobre este

aspecto que reside a inovação e ineditismo da pesquisa que constitui a tese aqui apresentada.

3 O CONTEXTO DAS INFLUÊNCIAS QUE LEVARAM AO SURGIMENTO DA POLÍTICA QUE ORIENTA O PDDE E O SISTEMA PDDE INTERATIVO: A ÊNFASE EM PLANOS E PROGRAMAS COM FOCO NA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O texto que compõe este capítulo, surge da aplicação metodológica de análise do contexto de influência sobre o objeto de estudo da pesquisa. As discussões foram organizadas no sentido de evidenciar as principais influências globais, nacionais e possíveis influências locais que impulsionaram as transformações ocorridas no campo das políticas educacionais brasileiras e que levaram ao surgimento do PDDE em 1995, à criação do Sistema PDDE Interativo em 2011 e à incorporação de diferentes modalidades do PDDE e de outras ações que passaram a agregar o sistema informatizado do Ministério da Educação (MEC), ferramenta de gestão do programa, que vem se apropriando do discurso de melhoria da qualidade e da gestão democrática da educação. Nesse sentido, no processo de construção do texto, buscou-se demarcar em que momento surge a política, bem como a origem e quais influências e tendências contribuíram para seu aparecimento e o aparecimento de suas diferentes versões, denominadas nesta tese de ações agregadas do PDDE.

A análise empreendida, também procurou identificar quais grupos e elites políticas estavam por trás de seu surgimento e quais interesses representavam naquele momento, ajudando a construir dentro de uma sequência de acontecimentos a genealogia do discurso da política. Nesse sentido, o texto se subdividiu em três seções. Na primeira seção discutimos as influências de ordem global, onde destacamos as interferências do pensamento neoliberal e de organismos internacionais na formulação de políticas, em especial ressaltamos a influência do Banco Mundial no processo de construção e financiamento das políticas educacionais do Brasil a partir da década de 1980.

Na segunda seção abordamos as influências e transformações ocorridas em âmbito nacional que favoreceram a intensificação dos debates sobre gestão democrática e descentralização financeira da escola, que abriu espaço à entrada do PDDE e do Sistema PDDE Interativo no cenário educacional brasileiro, que atribuiu ênfase em planos e programas com foco na melhoria da qualidade da educação.

Na terceira seção, discutimos a relação entre as influências locais em articulação com as influências promovidas pelas estratégias do governo federal para execução do programa no município de Belo Campo – BA.

3.1 Influências globais na construção da política que orienta o PDDE e o Sistema PDDE Interativo: a ascensão do neoliberalismo e a atuação de organismos internacionais

No contexto que antecede a criação do PDDE se fortalece em proporções globais o pensamento neoliberal, que surge em contraposição ao modelo denominado Estado do Bem-Estar social. De acordo com Abrucio (2006, p. 175), o Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State*, “tinha como objetivo primordial a produção de políticas públicas na área social (educação, saúde, previdência social, habitação, etc.), para garantir o atendimento das necessidades básicas da população”. Segundo o autor, o protagonismo do Estado, nesse modelo, se concretizaria através da oferta de serviços aos setores menos privilegiados como forma de assegurar uma distribuição mais justa das riquezas, e da criação de empresas estatais capazes de intervir na economia. Estruturado de forma mais organizada no pós-guerra, influenciou reformas políticas em diversas partes do globo com o propósito de recuperar a economia que foi afetada pelas consequências da crise do capitalismo.

Na trama do *Welfare State*, o Estado deveria assumir, em síntese, “o papel de regulador dos contratos e também prover os direitos sociais aos que se encontravam fora do mercado de trabalho para que os mesmos também pudessem participar do “pacto” como consumidores” (PAULA, 2005, p. 41). Ao passo que esse modelo continuava garantindo a prosperidade econômica nos países centrais, os admiradores do livre-mercado continuaram tecendo críticas discordantes do seu padrão de atuação. A respeito do Estado de Bem-Estar Social Guimarães (2015, p. 620), também apresenta algumas afirmações sobre o seu período de maior desenvolvimento:

A ordem do pós-guerra trouxe uma prosperidade sem precedentes, conciliando melhoria no padrão de vida, apoio social e legitimidade. Estava, no entanto, alicerçada em características peculiares que permitiam o aumento, ao mesmo tempo, dos investimentos, do emprego, dos salários e dos lucros. Tal situação era rara e, devido

aos elementos inerentes ao capitalismo, improvável de perdurar (GUIMARÃES, 2015, p. 620).

Em complemento às informações ressaltadas na citação anterior, Guimarães (2015), também discute em seus estudos, que medidas adotadas em longo prazo no *Welfare State*, acabaram elevando os gastos públicos nos países que adotaram o modelo, e como consequência, os setores que influenciaram a sua expansão, perderam fôlego, contribuindo com a crise prolongada do Estado de Bem-Estar Social, que consequentemente deu abertura à emergência das reformas orientadas pelo pensamento neoliberal. Em síntese, a consolidação da crise do Estado de Bem-Estar Social, é demarcada pela internacionalização de problemas econômicos, dentre os quais se destaca a inflação, estagnação e choques do petróleo, que afetaram significativamente o equilíbrio econômico dos países onde o modelo de Estado se desenvolvia (PAULA, 2005).

Apesar de nominalmente incorporar uma lógica de Estado democrático, o *Welfare State* na prática era altamente burocrático. Pereira e Spink (2006, p. 11), acreditam que no processo de transição do Estado de Bem-Estar Social para o processo de globalização proveniente da ascensão das ideias neoliberais, “a administração pública burocrática tornou-se obsoleta”. Dentro desta lógica, as burocracias públicas passaram a ser levadas cada vez mais a adotar uma abordagem gerencial, mais flexível, com foco na descentralização e no controle de resultados e não mais com foco no controle excessivo de procedimentos, defendendo-se neste contexto, inclusive, o uso das tecnologias.

As fragilidades escancaradas no modelo de Estado do Bem-Estar Social produziram, nesse sentido, as bases materiais para fundamentar as críticas que contribuíram com a instalação da lógica neoliberal, especialmente a partir década de 1970, lógica esta que produziu respostas e ofereceu alternativas para a crise do liberalismo, para a suposta ineficiência e autoritarismo do Estado, à situação de ingovernabilidade indicada por analistas da área e à forte tendência estatal de ferir as escolhas individuais. Inicia-se, portanto, a partir deste momento, em escala global, a migração de um modelo que percebe o Estado como principal provedor das políticas universalistas de direitos sociais, para um modelo de Estado que tem sua capacidade de atuação reduzida via descentralização do aparelho de Estado, privatizações das estatais, terceirização dos serviços públicos, regulação dos

serviços e atividades públicas conduzidas por influências do setor privado e adoção de ideias e ferramentas gerenciais advindas da iniciativa privada (PAULA, 2005).

Ao analisar a administração escolar no contexto do neoliberalismo, Minto (2010, p. 186), nos chama atenção para o fato de que “o conjunto de reformas implantadas no Brasil a partir da década de 1990 obteve o necessário respaldo ideológico e político no chamado neoliberalismo”, o que resultou em significativos impactos nas políticas do campo educacional. Nesse sentido, Resende (2018, p. 12), vem afirmar que “o campo educacional, certamente é um locus em que essa racionalidade neoliberal, assim como práticas fundamentadas nessa racionalidade, entendida como um modo de vida, ganha cada vez mais espaço na atualidade”.

É importante ressaltar, que o neoliberalismo, por sua vez, defende o Estado mínimo. De acordo com Peroni e Adrião (2007, p. 42), isso quer dizer que “para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. Portanto, a estratégia adotada para a superação da crise seria a reforma do Estado por meio da diminuição de sua atuação”. Compreende-se, a partir desta ideia que há uma reconfiguração em relação ao papel do Estado, uma vez que a tese principal do neoliberalismo, conforme expressa Minto (2010, p. 188), “preconiza um estado forte e centralizador nas tarefas de controle e de “fiscalização/avaliação” das políticas sociais e não mais como executor de tais políticas”. As mudanças na forma de pensar o papel do Estado diante do surgimento da perspectiva neoliberal abrem espaço para as privatizações e a atuação da iniciativa privada no setor público, reforçando a ideia de Estado mínimo. Em consonância com as ideias expressas neste parágrafo, Harvey resume o neoliberalismo a partir das seguintes proposições:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdade e capacidade empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integralidade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da política e legais requeridas para garantir direitos de propriedades individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve

aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2014, p. 12).

Para dar consistência ao conjunto de reformas neoliberais já mencionadas neste texto, tornou-se necessário implementar reformas em todas as áreas, de modo a redimensionar o papel do Estado, promover a redução dos gastos públicos na área social e promover reformas no modelo de gerenciamento das ações públicas, de modo a tornar o Estado mais enxuto e forte para desenvolver condições objetivas à superação da crise e à melhoria do desempenho governamental (NETO, 2009).

No campo educacional, verifica-se na literatura existente sobre neoliberalismo e educação, que “o remédio neoliberal baseia-se na premissa de que os problemas da educação institucionalizada se devem essencialmente a uma má administração. A competição e os mecanismos de mercado agiriam para tornar essa administração mais eficiente” (SILVA, 2015, p. 23), o que implicaria em um produto educacional de melhor qualidade.

Dentro da perspectiva neoliberal, o Estado tende a se desobrigar cada vez mais da educação pública, ainda que a educação se constitua um direito fundamental e constitucional que precise ser livremente acessado por todos. A finalidade educacional, nesta perspectiva, deve estar amparada na necessidade de formação de sujeitos capazes de acompanhar as mudanças impostas pelo mercado global. Neste contexto, “o Estado encontra nas políticas públicas uma maneira específica de formar mão de obra, com o propósito de dar sustentabilidade ao sistema capitalista. Sendo assim, as políticas educacionais carregam os reflexos dessas transformações, exigindo compreendê-las sempre em relação ao Estado” (VIANA, 2015, p. 52).

É também neste contexto que se expande as influências e iniciativas de organismos internacionais, dentre os quais se destaca o Banco Mundial (BM), principal integrante de um regime de financiamento de políticas públicas baseadas nos princípios de mercado. Acerca do BM, Ball (2016, p. 10) afirma que este organismo internacional é considerado “um ator enormemente influente. Se você quiser emprestar dinheiro do BM, ele irá estabelecer condições muito

frequentemente, as quais vão demandar que você faça certas coisas a fim de lhe qualificar para o recebimento do dinheiro”. A atuação do BM junto ao Brasil não foge desta perspectiva, uma vez que influenciou a criação de políticas e programas educacionais no país que obrigatoriamente foram condicionadas ao acatamento de suas determinações.

Apesar do destaque dado ao BM neste texto, diversos organismos internacionais como a organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) interferem não só nas definições políticas dos Estados nacionais, mas também na elaboração e propagação de ideologias que contribuem para sua aceitação e para o apassivamento de muitas sociedades. Mas no que se refere ao caso brasileiro, de acordo com Peroni (2003), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o BM são os principais organismos internacionais que mantêm influências sobre as políticas educacionais em curso no Brasil.

A respeito das políticas dos anos 1990, Peroni (2003, p. 94) também afirma, que estas “foram formuladas, dando respostas aos organismos internacionais” e destaca as orientações internacionais no documento da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia e que conseqüentemente influenciou o processo de elaboração de boa parte das políticas educacionais subsequentes ao documento. Desde então, os organismos internacionais têm indicado, como condição para o acesso e concessão de empréstimos e financiamentos, a adoção de reformas no aparelho de Estado com a implementação de políticas públicas que possuem origem e características do campo da administração. A respeito do BM, em especial, que tem significativa influência sobre o objeto de estudo desta pesquisa, pode se afirmar que:

[...] a política educativa do Banco Mundial tem como marco metodológico, a teoria econômica neoclássica e, portanto, a escola é vista como empresa, os fatores do processo educativo, como insumo e a eficiência as taxas de retorno, como critérios principais de decisão. Nessa perspectiva, o banco propõe a descentralização, a primazia do ensino básico, a avaliação das instituições educacionais e a capacitação em serviço” (PERONI, 2003, p. 100).

Dentre os programas que seguem as orientações do BM para a descentralização, podemos destacar o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), criado em 1995, que passou a ser denominado de PDDE em 1998 e como consequência do PDDE, emerge a criação de diversas modalidades do programa e a criação do Sistema PDDE Interativo em 2011.

Originalmente o PDDE surge no contexto da política de financiamento educacional brasileira como o desdobramento de “um conjunto de reformas no campo da educação para os países latino-americanos, articuladas com os interesses econômicos externos” (PERONI; ADRIÃO (2007, p. 42). No Brasil, as reformas políticas ocorridas a partir da década de 1980 influenciaram a institucionalização do PDDE em 1995, que desponta como um programa suplementar, de natureza descentralizada dos repasses de recursos que chegam diretamente às escolas de educação básica e mais recentemente aos pólos da UAB. O PDDE se alinha aos propósitos neoliberais na medida em que o Estado transfere para a escola a responsabilização pelo planejamento, gestão dos recursos e resultados do programa.

Quanto ao Sistema PDDE Interativo criado em 2011, através de uma plataforma tecnológica de gestão online por meio da qual os gestores e a comunidade devem elaborar seu planejamento e monitorar as diversas ações e modalidades do PDDE, Speck (2018, p. 247-248) afirma que a proposta do “PDDE Interativo está sincronizada com as orientações contidas no documento “Estratégia 2020 para a educação”, do Banco Mundial”. De acordo com a autora o documento orienta a criação de sistemas de informação para atender o interesse do BM em montar uma base global de informações que possam subsidiar a elaboração e indicação de políticas aos países parceiros.

Alinhadas a essas estratégias globais, mudanças significativas no contexto político e econômico do Brasil também impulsionaram o desenvolvimento de ações que favoreceram a emergência do PDDE no cenário das políticas de financiamento da educação básica do país. Na seção a seguir, podemos visualizar a movimentação política ocorrida em território nacional que fez emergir o PDDE e o Sistema PDDE Interativo.

3.2 Influências nacionais que contribuíram com a emergência da política que orienta o PDDE e o Sistema PDDE Interativo: a Reforma do Estado e os agentes de sua implementação no contexto educacional brasileiro

Vimos na seção anterior, que o cenário político-educacional brasileiro passou por importantes transformações no campo das políticas educacionais ao final da década de 1980. A aprovação e promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, após um longo período ditatorial, e “a necessidade de vivermos, principalmente a partir da década de 1980, relações mais democráticas” (ADRIÃO; CAMARGO, 2007, p. 63), favorecem o debate e a maior participação da sociedade nos espaços de luta pelos direitos sociais.

Com a inserção do princípio da gestão democrática do ensino na CF e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) se eleva as perspectivas de promover mudanças mais profundas nos processos de decisão e planejamento das ações escolares, no entanto, os reflexos do neoliberalismo chegam ao Brasil e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, planejado e iniciado na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1995, impõe limites aos processos de democratização do espaço escolar.

As iniciativas de cunho neoliberal construídas no Brasil, assim como nos países da Europa, surgem sob a justificativa da necessidade de conter os gastos públicos e as desigualdades sociais ocasionadas pelo modelo de desenvolvimento de Governos anteriores (BRASIL, 1995). O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado reafirma, nesse sentido, a diminuição da atuação do Estado na prestação direta de serviços públicos, como pode ser visualizado no trecho do plano mencionado a seguir.

Deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde. [...] Como promotor desses serviços o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade (BRASIL, 1995, p. 13).

Ao analisarmos as características do PDDE e o discurso de Estado mínimo defendido pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado proposto por

Fernando Henrique Cardoso, verificamos que tal plano foi um dos principais mecanismos influenciadores da proposta que orienta as normas do PDDE, já que apresenta em suas características a defesa da descentralização dos recursos destinados diretamente às escolas, bem como incorpora em seu discurso a necessidade de participação e controle social da comunidade, enquanto que ao Estado cabe a limitadora tarefa de provê e regular as iniciativas do programa.

Nas raízes da nova administração pública brasileira os responsáveis pela implantação das reformas de cunho gerencialista estão em sua maioria associados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Junto com Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser-Pereira foi um dos principais influenciadores e protagonistas dos consensos formados a respeito da Reforma do Estado brasileiro. Nomeado por Fernando Henrique Cardoso em 1994, como Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare), Bresser-Pereira estudou e procurou conhecer a experiência de outros países, em especial, as experiências europeias, para então adaptar as ideias e integrá-las aos seus estudos e análises sobre a crise do Estado brasileiro, de modo a confluir tais ideias para a construção de um modelo de reforma para o Brasil (PAULA, 2005).

Os consensos em torno da Reforma do Aparelho do Estado também foram resultantes das discussões provenientes do Conselho de Reforma do Estado (CRE), que foi instituído por meio do Decreto nº 1.738 de 8 de dezembro de 1995. Entre os participantes, estão os conselheiros relacionados no quadro abaixo.

Quadro 4: Conselheiros da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil

| CONSELHO DE REFORMA DO ESTADO (CRE) | | |
|--|---|--|
| Nº | CONSELHEIRO | FUNÇÃO DESEMPENHADA À ÉPOCA |
| 01 | Maílson Ferreira da Nóbrega (Presidente do CRE) | Economista, consultor de empresas, ex-ministro da Fazenda do governo José Sarney. |
| 02 | Antônio Ermírio de Moraes | Engenheiro, empresário, vice-presidente do Grupo Votorantim. |
| 03 | Antônio dos Santos Maciel Neto | Engenheiro, empresário, presidente do Grupo Itamarati, ex-secretário executivo do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. |
| 04 | Lourdes Sola | Cientista política, professora da USP. |
| 05 | Celina Vargas do Amaral Peixoto | Socióloga, diretora de Desenvolvimento Institucional da FIRJAN, ex-diretora-geral da FGV. |
| 06 | Gerald Dinu Reiss | Administrador, consultor de empresas, sócio-diretor da CONSENP - Serviços Empresariais Ltda. |
| 07 | Hélio Mattar: | Executivo do Grupo DAKO, ex-coordenador do PNBE. |

| | | |
|---|-------------------------------------|--|
| 08 | João Geraldo Piquet Carneiro: | Advogado, consultor de empresas, ex-secretário executivo do Ministério da Desburocratização do ministro Hélio Beltrão. |
| 09 | Joaquim de Arruda Falcão Neto: | Advogado, presidente da Fundação Roberto Marinho, membro do Conselho do Comunidade Solidária, ex-presidente do Conselho Consultivo do Meio Ambiente da Eletrobrás. |
| 10 | Jorge Wilhelm: | Arquiteto, coordenador da Conferência da Habitat II, da ONU, ex-secretário do Planejamento do Governo do Estado de São Paulo. |
| 11 | Luiz Carlos Mandelli: | Economista, consultor de empresas, ex-presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. |
| 12 | Sérgio Henrique Hudson de Abranches | Sociólogo e cientista político, consultor de empresas. |
| DEMAIS PARTICIPANTES DA REUNIÕES OFICIAIS DO CRE | | |
| 01 | Luiz Carlos Bresser Pereira | Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado |
| 02 | Cláudia Costin | Secretária Executiva do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado |
| 03 | Angela Santana | Secretária da Reforma do Estado do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado |
| 04 | Carlos César Pimenta | Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado |
| 05 | Martus Tavares | Secretário Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento |
| 06 | Silvano Gianni | Subchefe-Executivo da Casa Civil/PR. |

Fonte: BRASIL, 1997.

Além dos principais agentes da implementação da Reforma do Estado no Brasil, cabe ressaltar, que à época, o Ministro da Educação no período em que se cria o PDDE foi o economista, acadêmico e político brasileiro Paulo Renato Souza, um dos fundadores do PSDB. No conjunto de reformas educacionais implementadas durante a gestão de Renato Souza, podemos mencionar a criação do Exame Nacional de Cursos (ENC) em 1996, que ficou conhecido como "Provão" e era voltado para os ingressantes e concluintes das escolas de ensino superior. No que se refere à Educação Básica, em 1997, o Ministro foi responsável pela introdução de modificações no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), fazendo com que abrangesse também o ensino médio e promoveu a criação de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o objetivo de construir referências nacionais comuns para o currículo das escolas (DURHAM,2010).

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, também foi pensado durante sua gestão como ministro. Além destas medidas podemos mencionar a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996 e o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) em 1999, além do Bolsa Escola Federal em 2001. Apesar da LDB nº 9.394/96 não ter sido uma iniciativa do

Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Educação também teve papel fundamental para a sua promulgação (DURHAM,2010).

Em termos de financiamento, cabe destacar neste cenário a relevância e influência que o salário-educação assume em contexto nacional na composição dos recursos que financiam as ações vinculadas ao PDDE. De acordo com a definição de Farenzena (2017, p. 140), o salário-educação “é uma contribuição social recolhida por empresas à Secretaria da Receita Federal, instituída como fonte adicional de financiamento da educação e destinada ao atendimento de programas, projetos e ações da educação básica”. Sobre a importância dessa contribuição, a autora afirma ainda que o salário-educação figura como a segunda fonte de financiamento mais significativa no contexto da educação básica.

A contribuição social é calculada com base na alíquota de 2,5% sobre a folha de salário dos empregados das empresas. A união recolhe a arrecadação total, fica com 40% e repassa os 60% restantes aos estados, que fazem a redistribuição entre os municípios com base nos critérios estabelecidos por lei (BRASIL, 2013).

Da relação entre o BM e a nova concepção de administração pública adotada no Brasil surge em 1997 outro programa que se associa ao PDDE através do financiamento de suas ações e que foi denominado de Fundo de Desenvolvimento da Escola (FUNDESCOLA). O “Programa FUNDESCOLA” tinha inicialmente como missão “o desenvolvimento da gestão escolar, com vistas à melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental e à permanência das crianças nas escolas públicas” (OLIVEIRA; FONSECA; TOSCHI, 2005, p. 128). O FUNDESCOLA atuou em colaboração com o PDDE e com o PDE Escola, com base no planejamento estratégico e no incentivo às ações de fortalecimento, racionalização, eficácia e eficiência da gestão do trabalho escolar. O FUNDESCOLA também atuou em colaboração com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) até o ano de 2007, definindo metas de melhoria para os indicadores de desempenho educacional do Saeb. Em 2008 o convênio com o BM foi finalizado e as ações que antes estavam sob responsabilidade do FUNDESCOLA passaram a ser compartilhadas entre o MEC e o FNDE.

Dentro desse conjunto de reformas educacionais, Durham (2010, p. 175) afirma que ao ser criado, o PDDE antecedeu a criação do FUNDEF, e foi o primeiro programa a ser formulado com o “objetivo de desburocratizar a distribuição de recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para a

educação e neutralizar as influências político-partidárias, aumentando a autonomia da escola”, já que o processo de distribuição dos recursos financeiros independe de partido ou gestor, dificultando o clientelismo, que muitas vezes impera nos espaços escolares.

Ainda em análise ao conjunto de reformas implementadas, verifica-se, nesse sentido, que apesar do Governo Fernando Henrique Cardoso, ter iniciado um pacote constituído de ações e programas que focalizaram no acesso e ampliação das diferentes etapas de ensino, a questão da qualidade não foi solucionada, como tem demonstrado o resultado das diversas avaliações criadas desde então, para diagnosticar os problemas da educação brasileira e subsidiar a formulação de políticas educacionais. O resultado das avaliações externas e a questão da qualidade, passa então, a ser elemento central do plano teórico das políticas educacionais brasileiras, como veremos na seção a seguir.

3.3 Qualidade total, governamentalidade e biopolítica dos corpos na lógica do PDDE, Sistema PDDE Interativo e ações agregadas: a ênfase em planos e programas com foco na melhoria da qualidade da educação

O PDDE emergiu no contexto da política educacional brasileira alinhado à essa nova concepção de administração pública que preconiza mecanismos de descentralização e introduz um sistema de competição através da dinâmica de avaliação por resultados, principais características das políticas e programas alinhados ao discurso neoliberal que vem sendo criadas no Brasil e conseqüentemente ao modelo de gestão gerencial que se orienta “pela demanda de melhor qualidade dos serviços públicos, pelos modelos de avaliação de desempenho, por suas novas formas de controlar o orçamento e os serviços públicos e pela descentralização administrativa” (CASTRO, 2008, p.391), o que implicaria em maior autonomia às agências e aos departamentos.

A presente seção delinea brevemente a movimentação da lógica do Sistema de Avaliação da Educação básica que se orienta pela lógica qualidade total, perpassando pelos planos e programas que atualmente se fundamentam nos resultados das avaliações externas, na melhoria da qualidade da educação e que possuem influências e ligações com o PDDE, o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), por sua vez, foi instituído em 1990, no entanto, só passou por reformulações mais sistemáticas em sua estrutura a partir de 2005, no Governo do Presidente Lula (PT), adotando como principal objetivo “diagnosticar a educação básica no País e contribuir para a melhoria de sua qualidade, oferecendo subsídios concretos para a formulação, a reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica” (BRASIL, 2017, p. 07). Inclui-se, neste contexto, a reformulação e monitoramento do PDDE e de suas ações agregadas.

Até 2018 o Saeb era composto por três diferentes tipos de avaliações denominadas: Avaliação da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) ou Prova Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que foi criada mais recentemente no ano de 2013. Os resultados das avaliações são utilizados para mensurar o Ideb, adotado pelo MEC como principal indicador da qualidade da educação no Brasil, e um importante indicador para distribuição dos recursos do PDDE e ações agregadas.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou em junho de 2018, as principais modificações que passaram a compor o aprimoramento do Saeb a partir de 2019. As mudanças propostas levaram em consideração a justificativa de atender aos pressupostos de marcos legais como: a Constituição de 1988, a LDB 9.396/96, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) que institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No pacote de transformações está contido o abandono das siglas que caracterizavam cada uma das avaliações externas que compõem o Saeb. As nomenclaturas Aneb, Anresc, Prova Brasil e Ana desapareceram e todas as avaliações passaram a ser referenciadas como Saeb, acompanhado das etapas em que são aplicadas. Para garantir maior eficiência nas visitas às escolas, o MEC passou a promover uma unificação das agendas das avaliações externas a partir de 2021, de modo que a aplicação dos instrumentos ocorra sempre em anos ímpares e a divulgação dos resultados e indicadores em anos pares.

O que o MEC esperava, com este processo de aprimoramento, é que novos indicadores fossem construídos. Com o propósito de atender à estratégia 1.6 do Plano Nacional de Educação, que prevê a implantação da avaliação da educação infantil, o Saeb passou a abranger toda a educação básica. No que se refere ao

formato da avaliação da educação infantil, diferentemente do que ocorre nas demais etapas, não há testes cognitivos aos alunos da educação infantil, e sim a aplicação de questionário eletrônico a dirigentes, diretores e professores. Nos anos iniciais o público-alvo que anteriormente era o 3º ano passou a ser os alunos do 2º ano. No ensino fundamental, a novidade é que desde 2019 a área de ciências humanas e da natureza passaram a fazer parte dos testes de alunos matriculados no 9º ano.

A perspectiva do MEC, portanto, passou a incluir a construção de novos indicadores para caracterização de contextos, insumos e processos que influenciam a qualidade educacional, bem como sobre os fatores que estão associados ao desempenho discente. Cabe destacar ainda que processo de adesão será facultado às escolas privadas, mediante pagamento de taxa. As plataformas digitais também passaram a ser aprimoradas a fim de facilitar a consulta aos resultados e a adesão de escolas particulares.

Diante das modificações propostas e analisando a evolução do Saeb, percebe-se até o final de 2018 a ênfase cada vez mais intensa do governo federal em alcançar o objetivo estabelecido para a política educacional do país, a partir da proposta de elevação dos índices do Ideb. Tendo em vista esta finalidade, o Governo Federal reuniu a partir de 2007, esforços pela melhoria da qualidade da educação. Entre esses esforços cabe destacar a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR) que passaram a integrar o PDDE no conjunto de ações que os compõem.

O PDE foi lançado em 2007 durante a gestão do Governo Lula (PT) e de Fernando Haddad como Ministro da Educação e apresentado de forma concomitante ao “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação” através do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, documento que também instituiu o PAR.

No documento intitulado “O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas” o MEC afirma que a razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades sociais e regionais na educação. A criação do PDE quando ainda era vigente o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 10.172/2001 se justifica, na visão do MEC, por entender que o PNE apresenta um bom diagnóstico, mas deixa em aberto as ações a serem desenvolvidas pela melhoria da qualidade da educação. O PDE se estrutura, nesse sentido, como um plano executivo, formado por um conjunto de programas que se estende por todos os níveis e modalidades da educação nacional,

indo desde a educação básica até o ensino superior e que visam o alcance das metas quantitativas do PNE (BRASIL, 2007).

Apesar de se apresentar como um plano de visão sistêmica e democrática e de pretender superar os princípios gerencialistas presentes nas políticas educacionais anteriores, o PDE foi construído sem a participação da sociedade, e em grande medida agregou em suas ações um conjunto de políticas e programas educacionais de cunho gerencialista que já estavam em curso no país. Em análise ao financiamento do PDE Camargo; Pinto e Guimarães (2008) afirmam que o processo de elaboração do PDE constitui uma incógnita. Para os autores falta de dados sistematizados, a falta de clareza em relação ao financiamento e às ações que constituem o plano, e ainda, a inserção de documentos e ações acrescidos a *posteriori* em nada o caracteriza como um plano de verdade.

O PAR é parte integrante do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que estabelece 28 diretrizes a serem compactuadas pelos prefeitos e gestores municipais de educação a partir do momento da adesão ao PDE por parte dos municípios. Como instrumento condutor das ações do PDE no contexto dos municípios desde 2007, o plano se materializa através do Módulo PAR do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), que abrange ações de adesão, orçamento e monitoramento das propostas online do governo federal na área de educação. Caracteriza-se como um plano plurianual que está subdividido em quatro dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos (BRASIL, 2011).

O recebimento dos recursos vinculados ao PAR está condicionado à sua elaboração que abrange inicialmente a etapa de diagnóstico e em um segundo momento a elaboração do plano em si, onde estão sinalizadas as ações que serão implementadas com recursos próprios ou em regime de colaboração com os demais entes. O monitoramento e prestação de contas de algumas das ações do PAR são realizados no próprio SIMEC, através da inserção de documentos que comprovem a execução da ação.

A influência que o PAR exerce sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo pode ser verificada na medida em que a concretização do PDDE e ações agregadas depende da assinatura digital dos termos de adesão disponibilizados no SIMEC

Módulo PAR, condição necessária para que a aba de planejamento dos recursos vinculados a cada ação possa ser disponibilizada para as escolas no Sistema PDDE Interativo. A criação das diferentes ações vinculadas ao PDDE e a emergência do Sistema PDDE Interativo influíram na articulação e planejamento local dos municípios brasileiros para atender às novas orientações de uso das ferramentas de gestão e monitoramento do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas a partir de 2011.

Percorrendo o caminho que vai desde a criação e modificações no SAEB, criado para mensurar a qualidade da educação básica no Brasil, até chegar aos planos e programas educacionais mais recentes, verifica-se que a palavra qualidade é norteadora de todos eles, que a tomam como uma meta necessária e a colocam em um grau de centralidade nunca antes observado, o que exige uma certa performatividade dos sujeitos e instituições para atingir os resultados esperados.

Para se fazer alcançar a qualidade proposta nos documentos norteadores dos programas e planos, é perceptível o exercício de um tipo específico de poder sobre os responsáveis pela execução dos processos educacionais, poder este que Foucault denomina de governamentalidade. Na perspectiva de Foucault, a “governamentalidade está dirigida a assegurar a correta distribuição das “coisas” arranjadas de forma a levar a um fim conveniente para cada uma das coisas que devem ser governadas” (SILVA, 1994, p.29).

No que se se refere à qualidade da educação, dentro da corrida por resultados em escala de medida, a concepção de governamentalidade pode nos ajudar a pensar os processos e as práticas educacionais, na medida em que o Estado aparentemente os torna praticáveis e administráveis através de um conjunto de técnicas, instrumentos, procedimentos, objetivos e níveis de aplicação das avaliações externas.

Ao definir e propor indicadores, metas, e um conjunto de programas e ferramentas que intencionam solucionar o problema da qualidade da educação básica, o que o Governo Federal pretende com o SAEB, suas respectivas avaliações e programas vinculados ao PDDE, é se fortalecer e instrumentalizar os indivíduos para atender os interesses do Estado, através da apropriação de conhecimentos regulatórios das iniciativas governamentais, que conseqüentemente possam ser considerados úteis à lógica do mercado e aos objetivos dos organismos

internacionais que tencionam e direcionam as políticas educacionais em escala global (MARSHAL, 1995).

Ainda que os resultados das avaliações externas, não sejam satisfatórios em boa parte do território nacional, é o Estado que determina os caminhos a serem seguidos pelos atores envolvidos nas práticas avaliativas, já que em muitos casos os marcos regulatórios condicionam a distribuição de recursos ao cumprimento de condicionalidades obrigatórias que atendam aos seus objetivos e a uma concepção de qualidade, que na maioria das vezes não são construídos pelos indivíduos que os executam, mas que coloca a serviço desses indivíduos tecnologias da dominação que os tornam significativos para o Estado no alcance dos resultados propostos. Nesse sentido, a ideia de governamentalidade e performatividade se alinham, já que ambas determinam um tipo específico de performance, um padrão de comportamento esperado dos atores dentro do processo de atuação das políticas, que resulta na biopolítica dos corpos dentro de uma sociedade de controle.

Dentro da concepção foucaultiana, a biopolítica, é considerada um mecanismo de controle que incide sobre a população. Para Gallo (2017, p. 86), “a prática de governar pessoas encontra-se com a consolidação da biopolítica, esta é orientada para um controle populacional e para o governo deste novo corpo político”. Em outras palavras, isso quer dizer que tal controle, não recai apenas sobre corpos individuais, mas atinge grupos sociais distintos. Em conformidade com os interesses políticos almejados, os sujeitos produzem a si mesmos através de tecnologias informacionais. Deste modo, “Foucault considerou a biopolítica a partir da capacidade de ação do poder estatal, visando incentivar a vida e aniquilar suas partes consideradas perigosas por meio de políticas públicas dirigidas” (CÉSAR, 2010), assim como é o caso da política que orienta a execução do PDDE e de suas ações agregadas. Ao refletir sobre as práticas biopolíticas na educação, Mascarenhas, faz as seguintes considerações sobre o caso brasileiro.

No caso brasileiro em particular, mas seguindo uma tendência global, percebemos várias manifestações dessas práticas biopolíticas na educação: o crescente entrelaçamento das políticas educacionais com as regras e princípios do mercado; o crescimento da cultura da formação continuada, não como vontade de aprender, movida pela curiosidade e pelo prazer que se pode extrair de conhecer algo novo, mas como busca por títulos, medo do desemprego, de não possuir a chamada empregabilidade, ou simplesmente medo de deixar a

universidade para trás e encerrar um ciclo; o aumento das demandas acadêmicas, nos moldes do mercado, e que reduzem a experiência de tempo livre, fundamental para o trabalho intelectual e para uma vida saudável; a precarização financeira das escolas e universidades, as ondas de privatização do ensino público, e a ênfase em cursos técnicos e pragmáticos que correspondem às exigências do mercado; as metas de produtividade nos programas de pós-graduação como mecanismo de controle (MASCARENHAS, 2018, p. 1543).

Diante do exposto, sendo o PDDE, o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas; as avaliações externas e demais planos com foco na melhoria da qualidade da educação; uma normatização do que gestores escolares e demais membros da comunidade escolar precisam fazer para garantir os recursos e sonhar com a tão almejada qualidade dos processos educativos, é que o consideramos como um instrumento do biopoder e da governamentalidade, nos moldes como inicialmente pensado por Foucault.

Em âmbito local ressaltamos que a partir de 2011, com a criação do Sistema PDDE Interativo, é que a Secretaria Municipal de Educação passou a ter uma maior preocupação com o processo de planejamento e monitoramento das ações do PDDE desenvolvidas nas escolas, em especial pela inserção do Sistema PDDE Interativo na dinâmica de gestão das unidades de ensino públicas do município, processo que exigiu um novo tipo de comportamento dos atores que naquele momento colocavam a política em execução.

O tensionamento da política em âmbito local, desde esse período, tem sido orientado, por tanto, por iniciativas advindas da Secretaria Municipal de Educação, por alguns processos formativos da Rede PDDE Bahia a partir de 2015 e mais recentemente por ações da CECAMP NORDESTE, que promovem a formação dos membros do GT do Sistema PDDE Interativo e Ações Agregadas.

Tendo em vista que o processo de escolha dos diretores escolares acontecia por meio de indicação até recentemente e que alguns diretores estão atuando em cargo de direção escolar desde 2009, apresentaremos nos capítulos 4 e 5, de forma mais detalhada, a transição do planejamento das ações do PDDE para o Sistema PDDE Interativo e quais atores contribuíram para o entendimento da nova ferramenta de gestão que se apresentava naquele momento à Secretaria Municipal de Educação e à gestão das escolas.

Tendo em vista a apresentação de resultados e discursos da pesquisa mais consistentes nos próximos capítulos, também realçaremos nos textos posteriores, o tensionamento mais detalhado e interesses do órgão estadual denominado inicialmente de Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam), e atualmente denominado de Coordenação de Projetos Especiais (COPE), no processo de articulação das ações do PDDE no âmbito dos municípios baianos, por meio de suas ações formativas ofertadas aos integrantes do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas.

4 PDDE INTERATIVO E AÇÕES AGREGADAS: FUNDAMENTOS E DINÂMICA DE EXECUÇÃO

Este capítulo tem a finalidade de apresentar os princípios e normas que fundamentam o PDDE, o Sistema PDDE Interativo e suas diferentes ações agregadas por meio da análise da política como texto. Discutir principais objetivos e normas das ações agregadas é essencial para discutir as contraposições entre os discursos presentes na legislação, os desafios identificados no uso do sistema e os discursos dos sujeitos que executam as ações do PDDE e fazem uso do Sistema PDDE Interativo.

4.1 Princípios do PDDE

Sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado pelo governo federal, em 1995 com a denominação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Em 1998, o programa sofre uma alteração na sua nomenclatura e passa a ser denominado a partir deste momento de Programa Dinheiro Direto na Escola (PERONI, 2007).

Os recursos destinados às ações do PDDE são provenientes do Salário-Educação, que foi criado por meio da Lei nº 4.440/1964, tendo como objetivo a suplementação das despesas públicas com a educação básica, adotando como base de cálculo 2,5% do Salário Mínimo local, por empregado, mensalmente em uma determinada empresa (PINTO, 2000). Dentre as preocupações do PDDE, podemos afirmar que:

O PDDE, se preocupa em destinar recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da educação básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais (BRASIL, 2013b, p. 22).

Com base nos objetivos propostos na citação anterior, podemos verificar que o PDDE vem sofrendo ao longo tempo várias transformações no que se refere à sua legislação, suas

formas de implementação e prestação das contas dos recursos investidos. A adoção de um discurso de gestão democrática, no qual a participação da comunidade escolar é primordial, favoreceram a disponibilização do PDDE Interativo para as escolas no ano de 2011. A incorporação do sistema ao longo dos anos vem estabelecendo uma nova dinâmica de atuação para as unidades executoras das escolas e para os gestores escolares.

Criado na perspectiva de ser um instrumento de gestão democrática da educação, nem sempre o planejamento e a gestão financeira do PDDE conseguem atender, no âmbito dos municípios, aos princípios propostos na legislação educacional. Apesar de se verificar muitos avanços no processo de democratização do espaço escolar desde a Constituição de 1988 e da Lei nº 9.394/96 que estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, leis que inscrevem na legislação brasileira o princípio da gestão democrática na educação, se percebe facilmente que o antigo desafio de estabelecer práticas menos autoritárias e relações mais democráticas no contexto das escolas ainda não foi superado na totalidade, mesmo com a criação de novos mecanismos e ferramentas de gestão da educação.

Entendido como um símbolo da descentralização, desburocratização e democratização da gestão financeira das escolas, o PDDE e atualmente o Sistema PDDE Interativo, mesmo empregando um discurso democrático de planejamento e gestão, continua em muitos casos acentuando as ações da escola nas mãos dos diretores, o que restringe a ação dos demais envolvidos no processo educacional, impossibilitando-os de decidirem sobre a destinação e priorização de recursos (ADRIÃO; PERONI, 2007).

Ao discutir o controle institucional em políticas federais de educação no Brasil, Farenzena (2010, p. 260), aborda as principais irregularidades verificadas pela CGU na execução do PDDE. Dentre essas irregularidades podemos mencionar as mais comuns: “[...] recursos gastos em finalidades diversas ao PDDE; realização de despesas não previstas nas normas do programa; realização de despesas sem a execução dos serviços; não execução dos recursos; não apresentação da documentação comprobatória dos gastos efetuados”. Além dessas irregularidades, podemos destacar como entrave ao alcance dos objetivos do programa, o fato de que muitas vezes, o processo obrigatório de constituição de uma unidade executora para recebimento dos recursos, nem sempre leva em consideração os princípios de uma perspectiva democrática de educação. Certamente esses são sérios desafios a serem superados no planejamento e gestão financeira dos recursos do PDDE.

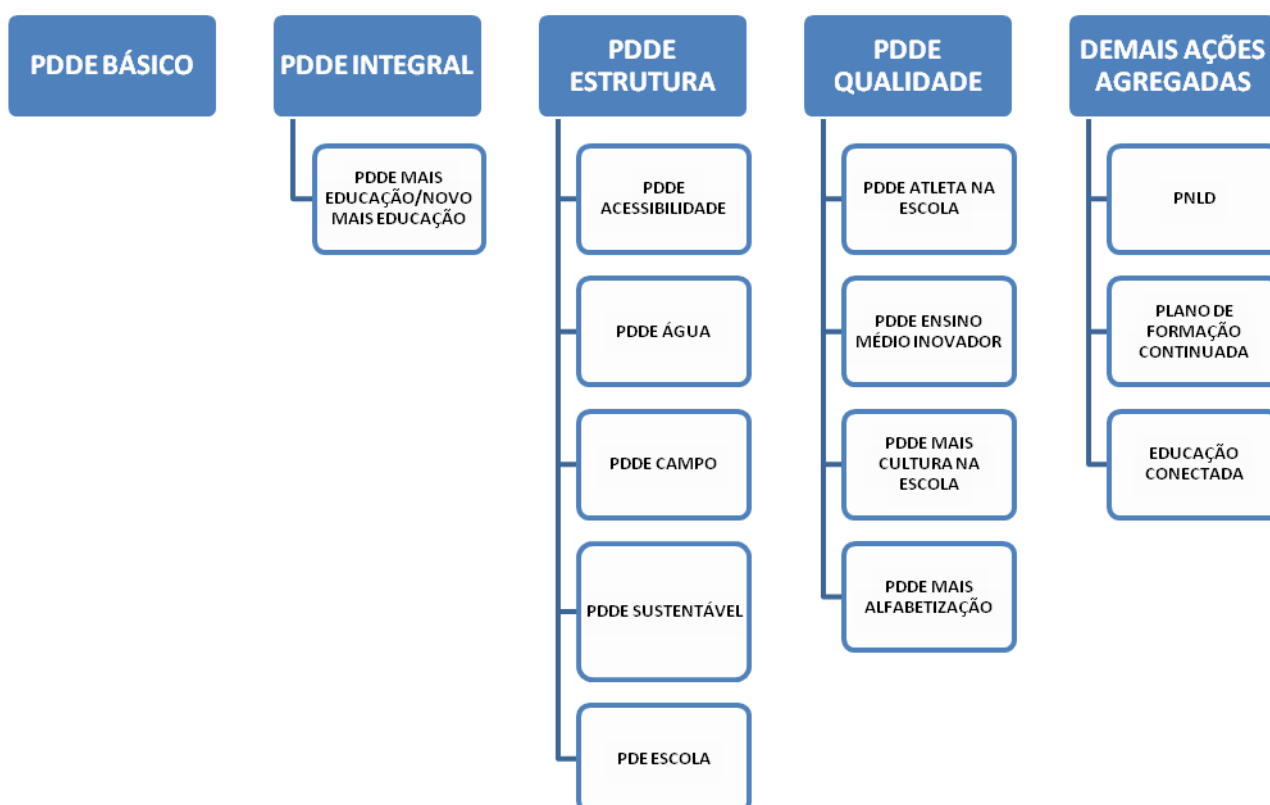
4.2 A emergência do Sistema PDDE Interativo e as ações agregadas do PDDE

O PDDE Interativo é uma importante ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído em 24 de abril de 2007 pelo Ministério da Educação (MEC) e surge com o propósito governamental de ser um plano executivo do Plano Nacional de Educação (PNE). Neste contexto, os programas que fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, e entre eles os que estão agregados ao PDDE Interativo, não devem desconsiderar os imperativos que incidem sobre a responsabilização e a mobilização social, conforme o previsto nas normas que os orientam (BRASIL, 2007).

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) existe desde 1995, no entanto, como ferramenta de apoio à gestão escolar o PDDE Interativo foi disponibilizado pela primeira vez em 2011, exclusivamente para escolas contempladas com os recursos do PDE Escola. Desde 2012, todas as escolas cadastradas no censo escolar podem ter acesso à ferramenta, ainda que não tenham recebido repasse de recursos financeiros do MEC. Em 2013 a ferramenta também foi disponibilizada para escolas particulares sem possibilidade de repasse de recursos financeiros para as mesmas, mas, em sua última versão, essa possibilidade foi retirada do sistema (BRASIL, 2012b)

O PDDE Interativo se materializa nas escolas por meio da implementação de diferentes ações. Tem como princípio norteador de suas ações o planejamento e execução do plano estratégico na perspectiva da gestão democrática da educação. Pretende-se com estas ações a qualificação do ensino básico e a elevação dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A partir da incorporação de dados do MEC, a Ilustração 6 a seguir foi constituída na perspectiva de visualizar e apresentar as diferentes ações incorporadas pelas escolas públicas municipais de Belo Campo que fazem uso do sistema PDDE Interativo

Ilustração 6 – Composição dos programas do PDDE e ações agregadas do Sistema PDDE Interativo



Fonte: Ilustração produzida pela autora com base nos dados do Sistema PDDE Interativo.

A modernização das ferramentas de gestão do Sistema PDDE Interativo e a incorporação de novas ações, cada uma com objetivos distintos, ao mesmo tempo em que facilita e amplia o campo de ação do PDDE, também impõe novos desafios aos gestores escolares e unidades executoras. Para algumas escolas os recursos dos diferentes programas chegam mesmo tempo e é necessário ter domínio sobre os objetivos e normas que orientam as suas especificidades.

O Quadro 2 a seguir apresenta as diferentes ações e programas que foram executadas no período de 2011 a 2018 no município de Belo Campo, bem como seus principais objetivos e normativa vigente.

Quadro 2 – Objetivos e normativas vigentes dos programas vinculados ao PDDE e ações agregadas do Sistema PDDE Interativo

| AÇÕES AGREGADAS AO SISTEMA PDDE INTERATIVO NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO DE 2011-2018 | | |
|---|---|---|
| AÇÕES AGREGADAS | NORMATIVA VIGENTE | OBJETIVOS |
| PDE ESCOLA | Resolução nº 49, de 11 de dezembro de 2013, do Conselho Deliberativo do FNDE. | O PDE Escola é um programa do Ministério da Educação que atende às escolas com baixo rendimento no IDEB, fomentando o planejamento estratégico e participativo com o propósito de auxiliá-las em sua gestão. |
| ATLETA NA ESCOLA | Resolução nº 11, de 7 de maio de 2013, do Conselho Deliberativo do FNDE. | O Programa Atleta na escola tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. |
| PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO | Resolução nº 5, de 25 de outubro de 2016, do Conselho Deliberativo do FNDE. | O Programa Mais Educação constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. |
| PDDE CAMPO | Resolução nº 32, de 2 de agosto de 2013, do Conselho Deliberativo do FNDE. | O objetivo é destinar recursos financeiros de custeio e de capital às escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo, a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. |
| PDDE ÁGUA | Resolução nº 33, de 9 de agosto de 2013, do Conselho Deliberativo do FNDE. | O Objetivo é promover ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino das escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais de ensino localizadas no campo, garantindo o abastecimento contínuo de água adequada ao consumo humano e esgotamento sanitário. |
| PDDE ESCOLAS SUSTENTÁVEIS | Resolução nº 18, de 3 de setembro de 2014, do Conselho Deliberativo do FNDE. | Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros às escolas públicas da educação básica, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a tornarem-se espaços educadores sustentáveis. |
| LIVRO DIDÁTICO | Decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017 | Aba disponível para as escolas da educação básica para informar a quantidade de livros de reserva técnica que cada unidade escolar necessita . |

*Continua.***Fonte:** Sistema PDDE Interativo.

Quadro 2 – Objetivos e normativas vigentes dos programas vinculados ao PDDE e ações agregadas do Sistema PDDE Interativo*Continuação.*

| AÇÕES AGREGADAS AO SISTEMA PDDE INTERATIVO NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO | | |
|--|---|--|
| AÇÕES AGREGADAS | NORMATIVA VIGENTE | OBJETIVOS |
| PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA | INEXISTENTE | Visando conciliar as necessidades de formação continuada da equipe escolar com a capacidade de oferta de vagas pelas Instituições de Ensino Superior parceiras do Ministério da Educação, é necessário que a escola informe quais os cursos que gostaria que fossem ofertados e a quantidade de vagas necessárias para cada curso. |
| PDDE ACESSIBILIDADE | Resolução nº 19, de 21 de maio de 2013, do Conselho Deliberativo do FNDE. | Promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. |
| MAIS CULTURA NAS ESCOLAS | Resolução nº 4, de 31 de março de 2014, do Conselho Deliberativo do FNDE. | O Mais Cultura tem entre suas finalidades promover a circulação de cultura nas escolas, contribuir para a formação de público no campo das artes, desenvolver uma agenda de formação integral de crianças e jovens. A formulação e o desenvolvimento dos projetos devem acontecer em parceria entre escolas, artistas e entidades culturais. |
| MAIS ALFABETIZAÇÃO | Resolução nº 7, de 22 de março de 2018, do Conselho Deliberativo do FNDE. | O Programa Mais Alfabetização, instituído pelo Ministério da Educação (MEC) pela Portaria Nº 142/2018, tem como objetivo fortalecer e apoiar técnica e financeiramente as unidades escolares no processo de alfabetização de estudantes regularmente matriculados nos dois primeiros anos do ensino fundamental. |
| EDUCAÇÃO CONECTADA | Resolução nº 9, de 13 de abril de 2018, do Conselho Deliberativo do FNDE. | O Programa de Inovação Educação Conectada, foi instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. |

Fonte: Sistema PDDE Interativo.

4.3 Dinâmica de execução das ferramentas de gestão do Sistema PDDE Interativo

A metodologia do PDDE Interativo consiste em reunir representantes dos diversos segmentos escolares com a finalidade de preencher o diagnóstico disponibilizado pelo MEC e posteriormente deliberar sobre as estratégias a serem implementadas com os recursos destinados às escolas. A sugestão do MEC é que o Grupo de Trabalho (GT) do PDDE Interativo seja composto por representantes dos conselhos escolares. Caso a escola não possua conselho escolar os representantes do GT devem ser escolhidos entre os membros da própria escola (BRASIL, 2014).

O diagnóstico do PDDE Interativo é composto de 7 (sete) etapas nas quais são levantadas informações sobre: indicadores e taxas, distorção e aproveitamento, ensino e aprendizagem, gestão, comunidade escolar, infra-estrutura e a síntese do diagnóstico, sendo esta última etapa, o momento em que a escola prioriza os problemas que diretamente têm afetado os processos de ensino e de aprendizagem e que necessitam ser solucionados com mais urgência a partir dos recursos recebidos. A ilustração a seguir representa como as etapas estão dispostas no sistema.

Ilustração 7 - Estrutura do diagnóstico no PDDE Interativo

Progresso de Preenchimento do Diagnóstico: 100%

Orientações

1. Indicadores e taxas

2. Distorção e aproveitamento

3. Ensino e aprendizagem

4. Gestão

5. Comunidade escolar

6. Infraestrutura

7. Síntese do diagnóstico

Código INEP:

Escola:

Dados da escola: Município : Belo Campo, Unidade Federativa : BA, Rede : Municipal

Ano do CENSO:

Orientações - Diagnóstico

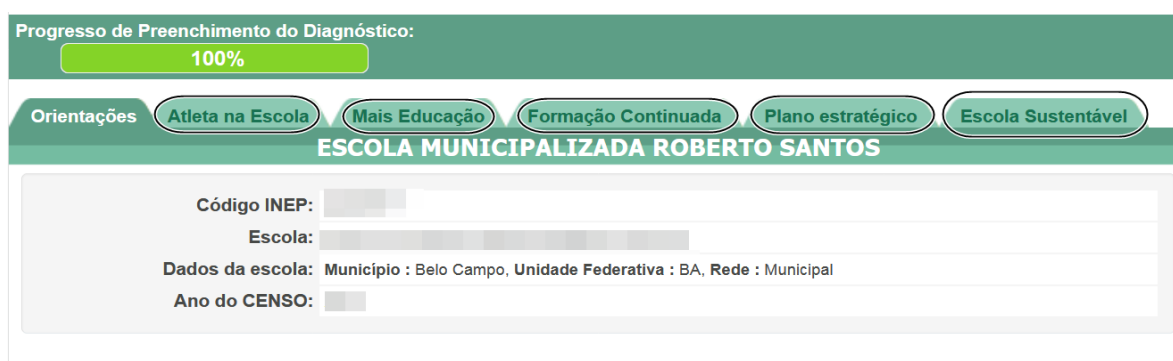
Fonte: <http://pdeinterativo.mec.gov.br>, 2018.

Ao analisar a estrutura do PDDE Interativo, podemos perceber ainda, que o sistema funciona como uma árvore de programas destinados a resolver um problema específico da realidade escolar. Cada aba representa o conjunto de ações de um determinado programa. A escola conjuntamente com a Secretaria de Educação deve decidir quais os programas devem ser passíveis de adesão no sistema e cujas ações tenham condições de serem postas em prática no contexto das escolas. A adesão de alguns programas é realizada pelo Secretário de Educação através do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) no módulo do Plano de

Ações Articuladas (PAR). Outros programas podem ser aderidos diretamente pelos diretores escolares no sistema PDDE Interativo.

A ilustração a seguir nos permite visualizar a estrutura dos programas disponibilizados para uma determinada escola por meio do sistema do PDDE Interativo. Os programas estão sinalizados na ilustração abaixo nas abas circuladas.

Ilustração 8 – Disposição dos programas no Sistema PDDE Interativo



Progresso de Preenchimento do Diagnóstico:
100%

Orientações: **Atleta na Escola**, Mais Educação, Formação Continuada, Plano estratégico, Escola Sustentável

ESCOLA MUNICIPALIZADA ROBERTO SANTOS

Código INEP:

Escola:

Dados da escola: Município : Belo Campo, Unidade Federativa : BA, Rede : Municipal

Ano do CENSO:

Fonte: <http://pdeinterativo.mec.gov.br>, 2017

A metodologia do PDDE Interativo consiste em reunir representantes dos diversos segmentos escolares com a finalidade de preencher o diagnóstico disponibilizado pelo MEC e posteriormente deliberar sobre as estratégias a serem implementadas com os recursos destinados às escolas. A sugestão do MEC é que o Grupo de Trabalho (GT) do PDDE Interativo seja composto por representantes dos conselhos escolares. Caso a escola não possua conselho escolar os representantes do GT devem ser escolhidos entre os membros da escola (BRASIL, 2014).

5 SISTEMA PDDE INTERATIVO E AÇÕES AGREGADAS NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO: AS PRÁTICAS, AS ESTRATÉGIAS E SEUS EFEITOS

O objetivo deste capítulo é apresentar as dimensões contextuais que envolvem a atuação dos sujeitos que executam as ações agregadas do PDDE no município de Belo Campo a partir do uso das ferramentas de Gestão do Sistema PDDE Interativo no período de 2011 a 2018 e consequentemente abordar as implicações e efeitos de tais práticas na realidade observada

5.1 O contexto da prática: características do Sistema Municipal de Ensino do município de Belo Campo - BA

No campo educacional o município se constituiu como Sistema Municipal de Ensino através da Lei nº 68/2000. Nesta conjuntura a cidade de Belo Campo apresenta os princípios de organização do seu Sistema de Ensino e gestão pública educacional assegurados inicialmente na Lei Orgânica do Município (LOA) de 05 de abril de 1990. As ações educacionais são desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), órgão que exerce as atribuições do poder público municipal, cabendo a ela organizar, manter e desenvolver os setores e instituições oficiais, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, conforme as determinações previstas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, na Lei de Criação do Sistema Municipal de Ensino nº 60/2000, na Lei nº 13/2010 que estabelece o plano de cargos e salários do magistério público do município de Belo Campo e no atual Plano Municipal de Educação Lei nº 05/2015 de 22 de junho de 2015.

Para dimensionar a extensão da rede de ensino em análise apresentamos o número geral de estabelecimentos escolares urbanos e rurais que compuseram a rede municipal de ensino de Belo Campo – BA de 2011 a 2018, destacando também o número de escolas que fizeram o uso do Sistema PDDE Interativo em cada ano do intervalo de tempo analisado.

A Tabela 3 nos permite visualizar que o número de escolas da rede vem diminuindo nos últimos anos, apesar da construção de duas novas escolas urbanas que iniciaram suas atividades em 2014 e 2017. A unidade escolar inaugurada em 2014 passou a ofertar matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental e a unidade do Proinfância inaugurada em 2017 passou a ofertar matrículas de creche e pré-escola. Anterior a 2017 existia uma única creche no município e mesmo com a inauguração da nova unidade o número de creches se manteve em 1 na tabela devido a iniciativa do município de transferir os alunos da creche já existente para a nova unidade do Proinfância, por considerar que o espaço utilizado anteriormente não era apropriado para o público da educação

infantil. A diminuição do número de escolas verificadas na rede se deve ao fechamento de escolas com poucas matrículas que estão localizadas em áreas rurais.

Quanto ao uso do Sistema PDDE Interativo chamamos a atenção na Tabela 1 aos anos de 2011, 2014 e 2015. Em 2011 uma única escola fez uso do Sistema PDDE Interativo em função da metodologia do sistema ter sido disponibilizada neste ano somente para as escolas contempladas com recursos do PDE Escola. Somente em 2012 as demais escolas passaram a ter acesso às ferramentas de gestão do sistema. Em 2014 apenas uma escola não teve acesso ao Sistema PDDE Interativo, tendo em vista que se tratava de uma escola nova que ainda não havia criado a UEx e conseqüentemente sido cadastrada no PDDEWeb. No ano de 2015 a mesma escola deixou de receber os recursos do PDDE Básico e ficou inviabilizada de ter acesso ao Sistema em decorrência de uma falha da gestão da Secretaria Municipal de Educação que não cadastrou a UEx da escola no Sistema PDDEWeb. Ao perceber a falha em 2015 a escola imediatamente foi cadastrada no Sistema PDDEWeb e passou a ter acesso ao Sistema PDDE Interativo no ano seguinte.

Tabela 3: Número de estabelecimentos escolares da rede municipal de ensino de Belo Campo - BA por etapa de ensino entre 2011 e 2018

| Níveis e Modalidades | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Creche e Pré-Escola | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 |
| Somente Anos Iniciais | 38 | 38 | 35 | 35 | 34 | 32 | 31 | 32 |
| Somente Anos Finais | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 02 | 03 | 03 |
| Anos Iniciais e Finais Concomitante | 02 | 02 | 02 | 02 | 02 | 01 | 00 | 00 |
| Somente Escolas Urbanas | 05 | 05 | 05 | 05 | 06 | 06 | 06 | 06 |
| Somente Escolas Rurais | 37 | 37 | 34 | 34 | 32 | 30 | 29 | 30 |
| Total Geral da Rede | 42 | 42 | 39 | 39 | 38 | 36 | 35 | 36 |
| Usando o Sistema PDDE Interativo | 01 | 42 | 39 | 38 | 37 | 36 | 35 | 36 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Tabela produzida pela autora.

A tabela nº 4 disposta a seguir apresenta a evolução do número de matrículas realizadas na rede municipal de ensino entre aos anos de 2011 a 2018. Em uma análise geral dos dados inseridos na tabela verificamos uma crescente elevação do número de matrículas na etapa da creche, apesar do município estar distante de alcançar a meta do seu PME de elevar em 50% a oferta para esta etapa. Atualmente o município atende somente 11% das crianças nesta faixa etária. Na etapa pré-escolar, os números são mais preocupantes. Os dados do diagnóstico construído para elaboração do PME indicam que a taxa de atendimento para a faixa etária de 4 e 5 anos é de apenas 65%, no entanto, as matrículas entre 2011 e 2017 diminuiu gradativamente na etapa pré-escolar, voltando a crescer em 2018. Cabe ressaltar que a única creche do município funciona com sua capacidade

máxima de alunos e uma nova unidade do Proinfância está prevista para ser inaugurada até o final do ano.

No Ensino Fundamental há uma queda no nº de matrículas dos anos iniciais, principalmente nas escolas do campo e uma elevação no número de matrículas nos anos finais. O atendimento no município do público pertencente a faixa etária de 6 a 14 anos é de 95, 2%. Nas modalidades da EJA e da Educação Especial o município ampliou o número de atendimento. Em ambos os casos o ano de 2017 concentrou o maior número de matrículas da série, voltando a cair em 2018.

Tabela 4: Evolução das matrículas na rede municipal de ensino de Belo Campo 2011-2018

| Níveis e Modalidades | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Creche | 66 | 73 | 76 | 63 | 70 | 66 | 137 | 135 |
| Pré-Escola | 486 | 480 | 469 | 432 | 406 | 399 | 331 | 390 |
| Anos Iniciais | 1.786 | 1.703 | 1.497 | 1.451 | 1.382 | 1.226 | 1.208 | 1.157 |
| Anos Finais | 1.063 | 1.024 | 981 | 1.019 | 1.157 | 1.200 | 1.157 | 1.195 |
| EJA | 200 | 171 | 271 | 243 | 347 | 356 | 452 | 375 |
| Educação Especial* | 61 | 145 | 145 | 230 | 260 | 261 | 305 | 188 |
| Integral | ** | ** | ** | ** | ** | ** | ** | ** |
| Total | 3.601 | 3.601 | 3.294 | 3.208 | 3.362 | 3.247 | 3.285 | 3.252 |
| * O número de matrículas da Educação Especial e Educação Integral está incluso nos demais níveis e modalidades. | | | | | | | | |
| ** Os dados serão coletados e inseridos após o exame de qualificação. | | | | | | | | |

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Tabela produzida pela autora.

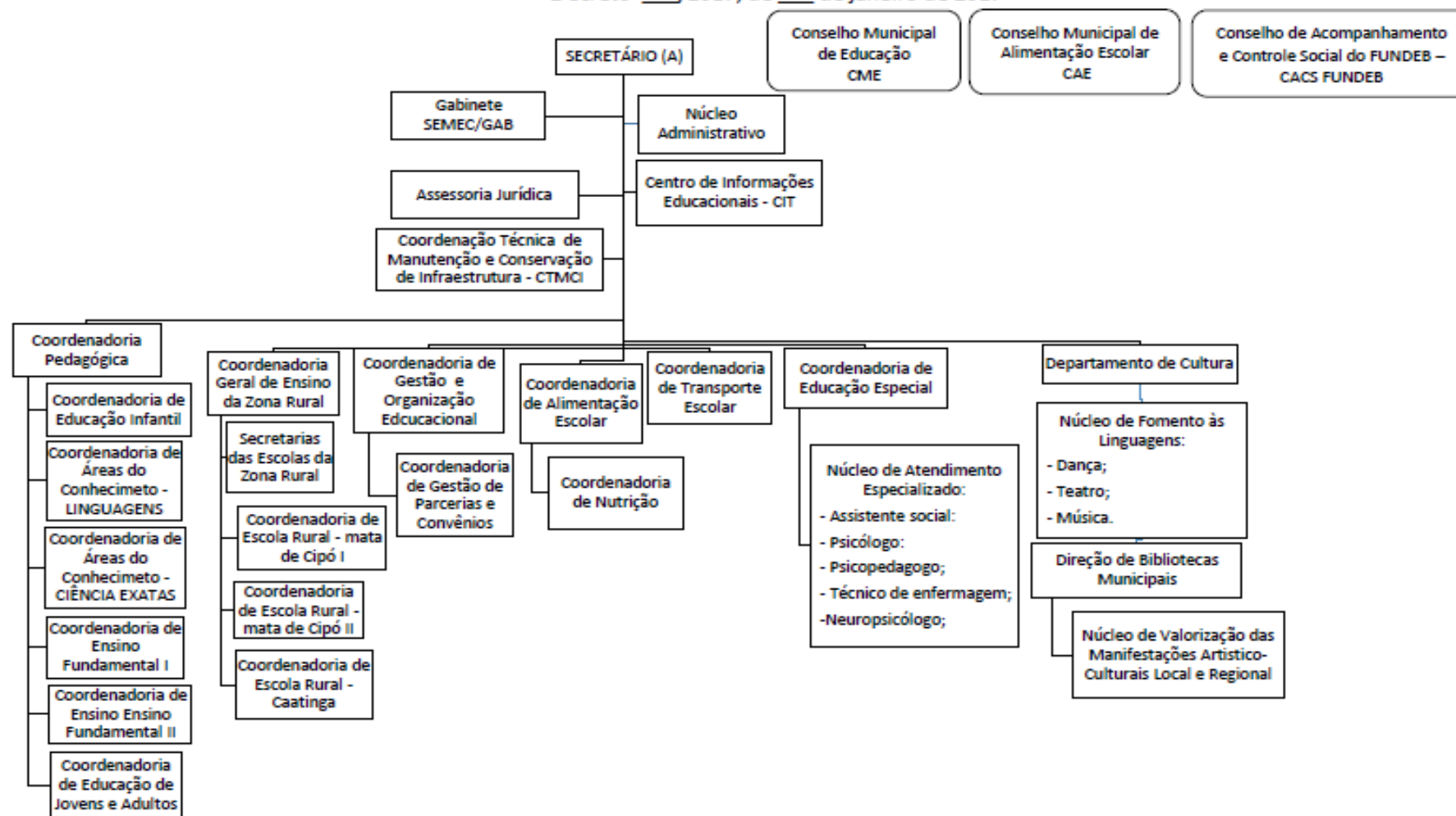
A Secretaria Municipal de Educação afirma em seus documentos que sua principal missão é organizar e orientar os processos de gestão, ensino e de aprendizagem da Educação Básica em seus diversos níveis e modalidades, bem como contribuir com a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de ações e políticas educacionais em parceria com os demais entes federados e com a comunidade interessada, levando em consideração o alcance da melhoria da qualidade educacional do Sistema Municipal de Ensino conforme a legislação educacional vigente.

Para conduzir a organização e planejamento das ações do Sistema Municipal de Ensino a Secretaria Municipal de Educação se estrutura na divisão dos setores constantes no organograma apresentado na Ilustração 9.

Ilustração 9: Organograma da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Belo Campo

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – BELO CAMPO – BAHIA

Decreto ___/2017, de ___ de janeiro de 2017



FONTE: Secretaria Municipal de Educação

O atendimento às escolas da rede municipal de ensino de Belo Campo se efetiva a partir da articulação direta entre setores apresentados na Ilustração XX com os atores escolares que compõem o quadro funcional apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: Profissionais que atuam na rede municipal de ensino de Belo Campo – 2018

| PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BELO CAMPO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Auxiliares Docentes | | | | | | | | 24 |
| Coordenadores Escolares | | | | | | | | 10 |
| Diretores | | | | | | | | 10 |
| Núcleo Pedagógico | | | | | | | | 11 |
| Professores | | | | | | | | 260 |
| Profissionais de Serviço e Apoio Escolar | | | | | | | | 207 |
| Secretário de Educação | | | | | | | | 01 |
| Secretários Escolares | | | | | | | | 10 |
| Vice-diretores | | | | | | | | 10 |
| Psicólogos | | | | | | | | 03 |
| Psicopedagogos | | | | | | | | 09 |
| TOTAL | | | | | | | | 555 |
| Observação: Os dados serão coletados junto à Secretaria Municipal de Educação. | | | | | | | | |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Tabela produzida pela autora.

Ainda em análise ao contexto de prática da pesquisa observa-se que um dos principais objetivos do PDDE Interativo e suas ações agregadas é elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A tabela nº 6 nos apresenta a evolução do Ideb no município de Belo Campo a partir de 2005, ano de sua origem. O Ideb é calculado a cada dois anos e os dados apresentados na tabela servirão de base para as reflexões sobre os efeitos da política em contexto local em termos de cumprimento das suas finalidades. O PDDE adota os valores mensurados como critérios para distribuição de recursos de algumas das ações agregadas do Sistema PDDE Interativo. Observamos que nos anos iniciais a rede municipal de ensino vem elevando suas notas e alcançando suas metas, com exceção do ano de 2009 e 2013. Nos anos finais do ensino fundamental as médias verificadas indicam que os índices não se mantêm e na série histórica analisada o município não alcançou nenhuma das metas estabelecidas para esta etapa.

Tabela6: Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) a partir de 2005

| Âmbito de Ensino | Anos Iniciais Ensino Fundamental | | | | | | | | Anos Finais Ensino Fundamental | | | | | | | |
|------------------------------|-------------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------------------|-----------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------------------|
| | Ideb Observado | | | | | | | | Ideb Observado | | | | | | | |
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | METAS ATÉ 2021 | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | METAS ATÉ 2021 |
| Brasil | 3,8 | 4,2 | 4,6 | 5,0 | 5,2 | 5,5 | 5,8 | 6,0 | 3,5 | 3,8 | 4,0 | 4,1 | 4,2 | 4,5 | 4,7 | 5,5 |
| Rede Estadual da Bahia | 2,6 | 2,6 | 3,2 | 3,8 | 4,0 | 4,3 | 4,9 | 4,9 | 2,6 | 2,7 | 2,8 | 2,9 | 3,1 | 3,2 | 3,2 | 4,7 |
| Rede Estadual de Belo Campo | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 2,2 | 2,8 | 3,4 | 3,4 | 3,6 | 3,0 | * | 4,7 |
| Rede Municipal de Belo Campo | 2,7 | 3,1 | 3,0 | 3,9 | 3,8 | 4,1 | 4,9 | 5,0 | 3,1 | 3,0 | 2,8 | 3,2 | 3,1 | 3,6 | 3,6 | 5,1 |

* A Rede Estadual foi completamente municipalizada em 2016.

Os campos em verde indicam que a rede alcançou a meta estipulada para o período.

Fonte: Portal do Ideb. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Tabela produzida pela autora.

Além do uso do Ideb como critério para distribuição dos recursos o FNDE tem continuamente responsabilizado e punido os municípios com bloqueio ou cancelamento de recursos quando estes não executam e fazem o controle social conforme as determinações específicas do Sistema PDDE Interativo. O controle dos órgãos federais sobre os órgãos locais de gestão do PDDE e suas ações agregadas vem se ampliando nos últimos anos. Para controlar e verificar o nível de descentralização e controle social das ações do PDDE foi criado em 2017 o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES), que foi criado com o objetivo de viabilizar iniciativas de monitoramento e avaliação, orientar a ação governamental para melhoria do desempenho do Programa, favorecer o exercício do controle social e reconhecer iniciativas exitosas de gestão.

O IdeGES agrega indicadores relativos ao desempenho do PDDE em cada município. A adesão, atualização cadastral, execução e regularidade da prestação de contas são alguns dos elementos levados em consideração para o cálculo do índice. O índice varia de 0 a 10. Quanto mais próximo de 10 melhor é o desempenho do município quanto ao uso e controle social dos recursos do programa. Em 2018 a fórmula de cálculo foi alterada, o que explica a diferença no formato dos resultados apresentados em cada indicador na tabela. Os resultados evidenciam que o município avançou em 2018 mais de dois pontos em seus indicadores em relação ao primeiro resultado verificado em 2017. A tabela 7 apresenta a evolução do IdeGES no município de Belo Campo.

Tabela 7: Evolução do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE – IdeGES

| ÍNDICE DE DESEMPENHO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PDDE (IdeGES - PDDE) 2017-2018 | | |
|---|-------------|--------------|
| Indicadores | 2017 | 2018 |
| Índice de Adesão | 1,00 | --- |
| Índice de Atualização Cadastral | 0,13 | 97,37% |
| Índice de Execução | 0,89 | 84,61% |
| Índice de Regularidade com Prestação de Contas | 0,98 | 80,05% |
| Índice de Gestão Descentralizada do PDDE - IdeGES | 5,06 | 7,12% |

Fonte: FNDE

No que se refere ao controle social das ações educacionais no município de Belo Campo – BA podemos visualizar no quadro nº 3 a disposição dos conselhos e demais órgãos colegiados presentes no Sistema Municipal de Ensino. Cada conselho segue normas e regimento próprios conforme se prevê na legislação que os orienta. Discutiremos o papel do Comitê gestor do Sistema PDDE Interativo e Ações Agregadas, das Associações de Pais e Mestres e dos Conselhos Escolares em relação ao uso dos recursos e controle social dos gastos no capítulo 3.

Quadro 3: Conselhos e demais órgãos colegiados da educação no município de Belo Campo - BA

| CONSELHOS E DEMAIS ÓRGÃOS COLEGIADOS DO CAMPO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO | |
|---|---|
| Indicadores | Ato Municipal de criação ou regulamentação |
| Conselho de Alimentação Escolar – CAE | Instituído pela Lei nº 67/2000 |
| Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb | Instituído pela Lei nº 03/2014 |
| Conselho Municipal de Educação | Instituído pela Lei nº 68/2000 |
| Fórum Municipal de Educação | Instituído pela Lei nº 05/2015 |
| Conselhos Escolares | Instituídos pela lei nº 11/2015 |
| Comitê Gestor do PDDE Interativo e Ações Agregadas | Instituído pela Portaria nº 12/2019 |

Fonte: Quadro construído pela autora a partir de dados da Secretaria Municipal de Educação em 2018.

Além dos órgãos colegiados apresentados no Quadro XX, existem unidades executoras do PDDE que no contexto do município de Belo Campo são representadas pela Associação de Pais e Mestres (APM) de cada unidade escolar ou consórcios que agregam várias unidades escolares na mesma unidade executora. A Tabela 8 demonstra o número de unidades executoras próprias e formadas através de consórcios que foram responsáveis pela gestão e prestação de contas dos recursos do PDDE e ações agregadas entre 2011 e 2018.

Tabela 8: Número de UEx Próprias e Consórcios no município de Belo Campo – BA no período de 2011 a 2018 beneficiadas com recursos do PDDE e ações agregadas

| UNIDADES EXECUTORAS BENEFICIADAS COM RECURSOS DO PDDE E AÇÕES AGREGADAS NO PERÍODO DE 2011 a 2018 | | | | | | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| MODALIDADE | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| UNIDADE EXECUTORA PRÓPRIA | 7 | 8 | 9 | 9 | 9 | 9 | 10 | 10 |
| CONSÓRCIO DE UNIDADES EXECUTORAS | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| TOTAL | 11 | 12 | 13 | 13 | 13 | 13 | 14 | 14 |

Fonte: SIGPC

Os dados apresentados nos fornecem um panorama de como a rede de educação municipal está estruturada no município, e são base para as discussões que faremos no desenrolar da pesquisa a respeito do contexto prático de atuação do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas.

Impacto da inserção do PDDE Interativo e ações agregadas no município de Belo Campo – BA entre 2011-2018

O Sistema inicialmente denominado de PDE Interativo foi disponibilizado pela primeira vez no município Belo Campo - BA em 2011, ano de sua criação, através de uma aba disposta na plataforma online do Sistema Integrado de Orçamento, Planejamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), somente para escolas com previsão de receber os recursos do PDE Escola.

Como a primeira gestora escolar do município que fez uso do sistema, posso afirmar que a chegada da nova metodologia do Programa PDE Escola teve uma dupla representação. Apesar de aparentemente a transformação parecer significar uma simplificação dos diversos questionários em papel, a inserção do sistema também trouxe insegurança e medo diante de um instrumento pouco conhecido por todos, já que os gestores do sistema no âmbito da secretaria de educação transmitiam a ideia de que o município recebeu poucas orientações por parte do FNDE sobre os princípios e uso do sistema. O fato deixa evidente que a política foi recebida com insegurança por parte dos envolvidos, que não possuíam domínio completo sobre suas normas e processos de execução.

Percebe-se nesse sentido, que no ano de sua criação não houve relação de diálogo entre os idealizadores do sistema e os usuários do mesmo. O Sistema PDDE Interativo nasceu como um requisito obrigatório e condicionante da aquisição de recursos financeiros do Programa PDE Escola, ao mesmo tempo em que ampliou o controle e responsabilização dos agentes municipais pela aquisição dos recursos e continuidade das ações em âmbito local.

No ano em que emerge o Sistema PDDE Interativo para o município analisado nesta pesquisa, foi possível identificar que somente uma escola tinha previsão de receber os recursos do PDE Escola, tornando-se, portanto, a única escola que fez uso da metodologia do sistema de

planejamento estratégico dos recursos previstos. Em 2012, com a alteração sofrida na política do programa, o Sistema PDE Interativo migrou para uma plataforma própria também denominada Sistema PDE Interativo, passando a se chamar Sistema PDDE Interativo em 2014, e onde desde então, todas as escolas da rede municipal de ensino de Belo Campo passaram a realizar o diagnóstico e planejamento dos recursos do PDDE por meio das ferramentas disponibilizadas no sistema.

No contexto da realidade observada o PDDE é o único recurso que leva dinheiro diretamente às escolas e que apresenta um grande potencial de elevar o nível de participação da comunidade em seus processos de planejamento e execução. Para as demais demandas das escolas no contexto do município de Belo Campo – BA, a aquisição de recursos está centralizada e condicionada à atuação da coordenação administrativa da Secretaria Municipal de Educação do município que decide quais as escolas prioritárias, o quantitativo de material a ser disponibilizado e o período mais favorável para que se execute a demanda solicitada, de modo que nunca têm acesso ao dinheiro em si, mas ao produto final de sua solicitação.

Entre os anos de 2011 a 2018 o total de recursos recebidos através do PDDE e de suas ações agregadas resultou em um valor total de R\$ 2.661.930,57, o que representa um percentual de **(dado a ser levantado para análise final da pesquisa%)**, em relação à receita total vinculada à educação para o período. A distribuição dos recursos conforme as diferentes ações que foram agregadas ao PDDE pode ser visualizada na Tabela nº 9 apresentada a seguir.

Tabela 9: Total de liberações de recursos do PDDE conforme modalidades das ações agregadas

| TOTAL DE LIBERAÇÕES DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PDDE E AÇÕES AGREGADAS (2011-2018) | | | | | | | | | | |
|---|-----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Nº | PROGRAMAS | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | TOTAL |
| 01 | PDDE BÁSICO | 79.538,90 | 73.015,14 | 152.540,00 | 69.411,96 | 206.571,96 | 138.980,00 | 157.060,00 | 156.920,00 | 1.034.037,96 |
| 02 | PDDE ÁGUA | -- | -- | -- | 334.000,00 | -- | 431.000,00 | -- | -- | 765.000,00 |
| 03 | PDDE CAMPO | 204.000,00 | 110.000,00 | -- | 24.900,00 | -- | 24.900,00 | -- | -- | 363.800,00 |
| 04 | PDDE INTEGRAL | -- | 45.575,20 | -- | 84.827,22 | 23.463,81 | 92.101,38 | 20.892,00 | 46.125,00 | 312.984,61 |
| 05 | PDDE ACESSIBILIDADE | 17.000,00 | 28.300,00 | -- | 18.300,00 | -- | 18.300,00 | -- | 9.960,00 | 91.860,00 |
| 06 | PDDE ATLETA NA ESCOLA | -- | -- | 6.168,00 | 7.480,00 | -- | -- | -- | -- | 13.648,00 |
| 07 | PDDE MAIS CULTURA | -- | -- | -- | 11.000,00 | -- | 11.000,00 | -- | -- | 22.000,00 |
| 08 | PDDE SUSTENTÁVEL | -- | -- | -- | -- | -- | 22.000,00 | -- | -- | 22.000,00 |
| 09 | PDDE PMALFA | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 3.600,00 | 3.600,00 |
| 10 | PDE ESCOLA | -- | 33.000,00 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 33.000,00 |
| TOTAL GERAL ANUAL | | 300.538,90 | 289.890,34 | 158.708,00 | 549.919,18 | 230.035,77 | 738.281,38 | 177.952,00 | 216.605,00 | 2.661.930,57 |

Fonte: Tabela construída pela pesquisadora com base nos dados disponíveis para consulta no Sistema de Liberação de Recursos do FNDE.

Verifica-se na tabela anterior que no período da análise o município foi contemplado em 10 diferentes ações agregadas ao PDDE. Com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mensurado em 0,575 em uma escala que vai de 0 a 1, e com mais de 80% das escolas localizadas em áreas rurais onde os serviços de saneamento básico, ações culturais e esportivas têm dificuldade de chegar, os recursos das ações agregadas do PDDE tais como PDDE Água, PDDE Mais Cultura, PDDE Sustentável, PDDE Atleta na Escola e demais ações podem representar a incorporação serviços e hábitos aos quais os alunos e a comunidade escolar têm dificuldade de acesso.

Cabe ressaltar que os recursos recebidos em 2011 referentes ao PDDE Básico, PDDE Campo e PDDE Acessibilidade que aparecem na tabela anterior, não foram planejados com base na metodologia do PDE Interativo, tendo em vista que neste ano a ferramenta só foi disponibilizada para planejamento do programa PDE Escola, como já mencionado anteriormente. Os recursos planejados em 2011 através do Sistema PDE Interativo só foram repassados em 2012, no entanto, decidimos por apresentar os repasses de 2011 para visualizar o montante de recursos disponibilizados no contexto que antecedeu a adoção do sistema na rede municipal de ensino.

5.2 Constituição e atuação do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas no município de Belo Campo

O Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo no município de Belo Campo existe desde 2011, no entanto, até 2015 ele não era regulamentado em nenhum ato normativo. No período de 2011-2015 ele foi constituído por duas técnicas da secretaria de educação do município que eram indicadas pelo Secretário de Educação e tinham o perfil de comitê atribuído pelo mesmo. Esse comitê tinha o papel limitado de aprovar os planos elaborados pelas escolas no âmbito do Sistema PDDE Interativo. O comitê Gestor Municipal tem um papel central no processo de tramitação das ações do PDDE, como mencionado na citação a seguir.

Observe que o Comitê de Análise e Aprovação é uma peça fundamental. [...] pois caso ele não realize corretamente as suas atribuições, correremos o risco de que algumas escolas não consigam participar do programa ou de que ajam equivocadamente por falta de informação e apoio. E isto não prejudicará apenas os alunos e a equipe da escola, mas também a Secretaria de Educação, que terá deixado de aproveitar uma excelente oportunidade de melhorar os resultados das suas escolas (BRASIL, 2012, p. 17).

A citação anterior nos dá uma dimensão da responsabilização que é atribuída ao comitê gestor pelos processos e resultados da dinâmica dos programas vinculados ao Sistema PDDE Interativo, deixando evidente a característica marcante de uma política gerencial.

Com a mobilização do Proam a partir de 2015, órgão estadual de fortalecimento das ações educacionais do governo federal junto aos municípios do estado da Bahia, que se articulava no período com a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), o município de Belo Campo instituiu pela primeira vez, também por meio de indicação e através de portaria, um Comitê Gestor que passou a estabelecer novas relações com os gestores escolares e a ter novas responsabilidades no contexto de execução do PDDE e ações agregadas.

Além da função de realizar a gestão do Sistema PDDE Interativo através do perfil de comitê, o grupo passou a participar das formações promovidas pelo Proam e os comitês instituídos desde então no âmbito dos municípios passaram a ter a responsabilidade de multiplicar para as equipes locais de gestores escolares as formações promovidas pelo órgão estadual, tendo em vista a dificuldade apresentada pelos mesmos no processo de adesão, planejamento, execução e prestação de contas na nova ferramenta de gestão disponibilizada pelo governo federal para gestão do PDDE e demais ações agregadas.

Em 2017 o Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam) passou por reformulação e teve o nome do órgão alterado para Coordenação de Projetos Especiais (COPE). Os ofícios e comunicados convidando o município a fazer parte da ação estadual, bem como as portarias publicadas no diário oficial dos municípios nos anos de 2015, 2017 e 2019 podem ser visualizadas nos anexos deste trabalho.

Após as análises das entrevistas discutiremos neste trecho as percepções dos entrevistados sobre as relações estabelecidas entre o Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo, gestores escolares e demais membros dos Grupos de Trabalho do Sistema PDDE Interativo (GT's) no contexto das escolas.

5.3 Constituição e atuação dos Grupos de Trabalho do Sistema PDDE Interativo nas Escolas

A constituição dos GT's do PDDE Interativo no contexto das escolas conforme proposto nos manuais de orientação do Sistema PDDE Interativo é condição obrigatória para iniciar a etapa de diagnóstico e planejamento das ações compactuadas pelo município e pelas escolas. As orientações da política que direciona o uso do Sistema PDE Interativo a partir de 2012 definem o GT a partir das seguintes características:

O Grupo de Trabalho é uma equipe composta, no mínimo, pela liderança formal da escola (diretor(a), vice-diretor(a), coordenador(a) pedagógico(a), orientador(a)), por um(a) representante dos docentes, um dos pais ou responsáveis e um representante dos estudantes, de todos os turnos e níveis. É preferível que este grupo seja formado pelos conselheiros escolares e que divulgue sistematicamente suas ações junto à comunidade escolar. O número de pessoas dependerá da estrutura da escola e da disposição em participar voluntariamente da elaboração e acompanhamento do plano. Não recomendamos mais de 10 (dez) membros, sob o risco de inviabilizar ou retardar a elaboração do PDE Escola. São responsabilidades do Grupo de Trabalho: convocar reuniões, elaborar o plano, encaminhar e acompanhar a análise do plano junto à Secretaria de Educação, acompanhar a implementação e execução do PDE Escola e promover avaliações contínuas do plano (BRASIL, 2012, p. 13).

As orientações constantes no Manual do Sistema PDE Interativo sugere ainda que o GT possua um coordenador, que tenha como características o conhecimento aprofundado da realidade da escola e que seja capaz de compreender e interpretar os principais indicadores educacionais, de modo a contribuir com o GT no processo de identificação dos desafios enfrentados pela escola e com a dinâmica de definição das ações necessárias ao seu enfrentamento (BRASIL, 2012).

Por meio das informações contidas no Sistema PDDE Interativo organizamos os dados do sistema referentes à organização e atuação dos GT's, que nos servirão de base para discutir os níveis de participação e envolvimento dos diferentes atores que fazem ou deveriam fazer parte dos processos de planejamento e execução dos programas do PDDE e ações agregadas. Para concluir a composição dos dados que faltam à tabela elaborada para este fim, precisaremos solicitar informações junto às escolas, tendo em vista que a ferramenta de busca do Sistema PDDE Interativo que permitia visualizar as atas de formação dos GT's não se encontra mais disponível nem ao Perfil de Comitê Gestor, nem ao Perfil de Gestor Escolar. Não é possível determinar em que momento essa ferramenta deixou de estar acessível, já que

o sistema passa por constantes reformulações que nem sempre são comunicadas aos seus usuários.

A tabela construída busca coletar as informações no período de 2011 a 2018 sobre a constituição do GT em cada escola, percentual de elaboração do diagnóstico, segmentos representados no GT e a situação de elaboração dos planos de cada ação agregada ao Sistema PDDE Interativo. Para ajudar na sistematização dos dados dispostos na tabela utilizamos algumas siglas que indicam a situação ou status dos dados coletados até o momento.

NA = Não se Aplica: Fazemos o uso da sigla na tabela para indicar que não houve adesão referente ao programa para esta escola no período referenciado, não havendo necessidade de elaboração do plano.

DI = Dado Indisponível: A sigla DI indica que o dado não está disponível no sistema e que precisaremos coletar o dado junto às escolas.

EC = Em Cadastramento: Indica que a Secretaria fez a adesão ao Programa, a escola iniciou a elaboração do plano não finalizou seu planejamento no prazo estabelecido para recebimento dos recursos.

NI = Não Iniciado: Revela que o município fez adesão à ação, mas a escola não iniciou o plano no prazo estabelecido.

AM = Em Análise no MEC: Faz referência aos planos que foram finalizados pelas escolas e encaminhados ao MEC, mas ainda não tiveram seus planos avaliados e pagamentos liberados.

FV = Finalizado e Validado pelo MEC: Indica que o plano foi avaliado, o recurso liberado para a escola e ação encontra-se finalizada.

ND = Não Disponibilizado: Significa que a aba correspondente não foi disponibilizada no sistema para acesso da Secretaria de Educação e das escolas da rede.

P = Presente: Indica que o segmento correspondente participou da composição do GT.

A = Ausente: Indica que o segmento correspondente não participou da composição do GT.

Ao analisar as tabelas percebe-se que nos anos de 2015 e 2016 o Sistema PDDE Interativo começou a enfrentar desafios mais sérios e deixou de cumprir algumas das suas funcionalidades. Em 2016 a aba de 2015 e 2016 foram unificadas. As escolas realizaram o diagnóstico em 2016, mas não foi disponibilizada a aba de planejamento estratégico para as escolas. Em 2017 o Sistema passou por nova reformulação e disponibilizou uma aba denominada PDDE Interativo sem fazer referência ao ano, como acontecia anteriormente. Desde então as ferramentas de diagnóstico e de planejamento estratégico não estão mais

acessíveis aos gestores escolares. As ações que antes eram planejadas levando em consideração os desafios identificados no diagnóstico agora são planejadas de modo independente.

5.4 A atuação do Proam e da COPE junto aos municípios baianos

O Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam) iniciou suas atividades de fortalecimento do PDDE Interativo e ações agregadas junto aos municípios da Bahia em 2015. Nos ciclos de 2017/2018 e no atual ciclo 2019/2020 o Proam passou por reformulação e mudou de nome, passando a se chamar Coordenação de Projetos (COPE).

O processo de adesão dos municípios ocorre através de Carta Convite encaminhada aos Secretários Municipais de Educação que formalizam a adesão através de ofício de manifestação de interesse em participar da ação de fortalecimento. Juntamente ao ofício deve ser encaminhada a Portaria de Constituição do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo do município participante.

A ação de Fortalecimento conta com formações presenciais e a distância. São convidados a participar das formações do Proam dois integrantes do Comitê Municipal de cada município que adere à ação de fortalecimento. Essas pessoas têm a responsabilidade de multiplicar as informações e conteúdo do curso aos demais integrantes do Comitê e gestores escolares que possuem perfil de acesso ao Sistema PDDE Interativo.

O propósito da Rede de Assistência Técnica da COPE é aprofundar as discussões que envolvem as ações agregadas ao Sistema PDDE Interativo, assessorar os Comitês, fortalecer experiências e colaborar para o fortalecimento das ações.

Ao final da pesquisa pretendemos discutir e aprofundar nesta seção as contribuições e relações estabelecidas entre a COPE e o Comitê Gestor Municipal de Belo Campo – BA.

A condição para participação do comitê na ação estadual está condicionada à assinatura de adesão via termo de compromisso assinado pelo dirigente municipal de educação e a publicização da portaria de nomeação do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo.

5.5 Efeitos das práticas resultantes da adoção do Sistema PDDE Interativo e da execução das ações agregadas ao PDDE no município de Belo Campo - BA

O objetivo central desta seção é apresentar a previsão dos recursos vinculados às ações agregadas do PDDE em contraposição aos principais desafios enfrentados pelo Comitê Gestor

Municipal do Sistema PDDE Interativo e pelos GT's das escolas da Rede Municipal de Ensino do município de Belo Campo em decorrência da execução das ações agregadas do PDDE e da gestão do Sistema PDDE Interativo.

As planilhas apresentam o levantamento dos recursos previstos e liberados entre os anos de 2011 a 2018 e algumas notas sobre os desafios inicialmente identificados por meio da consulta ao sistema com o perfil de Comitê Gestor Municipal. Ao término da pesquisa fundamentaremos os dados apresentados com base no referencial adotado para esta análise.

Notas sobre o PDE Escola:

No ano de 2011 o Sistema PDE Interativo foi disponibilizado pela primeira vez somente para as escolas priorizadas pelo Programa PDE Escola. No município de Belo Campo somente uma escola estava na lista de escolas passíveis de recebimento dos recursos do referido Programa. A Escola beneficiária do recurso finalizou o plano em dezembro de 2011, mas o plano retornou do MEC para o Comitê da Secretaria Municipal de Educação com mensagem de solicitação de alteração de uma das ações de custeio que erroneamente foi registrada pela escola com saldo de recursos de capital. Tendo em vista que nem o Comitê e nem a gestão da escola visualizou a mensagem da tramitação de retorno do plano de forma imediata, a escola só teve os recursos liberados um ano após o início do planejamento. A descoberta do erro no registro do plano de ação da escola foi feita pela própria gestão da escola seis meses após a tramitação de retorno do plano, quando novamente reformulou a ação e encaminhou novamente ao Comitê Municipal. Percebe-se, neste caso, que tanto o grupo de trabalho da escola quanto o Comitê Municipal cometeram falhas que retardaram a execução da ação. A escola pela confusão no registro das despesas de custeio e capital, e o Comitê por deixar passar despercebida a falha cometida pela escola. A previsão/liberação dos recursos do PDE Escola podem ser visualizadas na Tabela 10 apresentada a seguir.

Tabela 10: Previsão/liberação dos recursos do Programa Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA (PDE ESCOLA) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------------------------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 33.000,00 | 0,00 | 33.000,00 | 33.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANÍSIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVÃO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍSIO SOARES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTÉLIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARÃES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONÉSIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDEREx

Notas sobre o Programa Mais Educação/ Novo Mais Educação PDDE Integral:

- **2012:** O município sinaliza duas escolas no PAR e recebe os recursos Previstos.
- **2013:** O município sinaliza três escolas no PAR, mas o FNDE não divulga previsão de recursos e não realiza repasses nesse ano para as escolas passíveis de receber as ações do programa.
- **2014:** O município possuía 10 escolas passíveis de receber os recursos. Desse total 5 escolas chegaram a iniciar a elaboração do plano de ação, mas a Secretaria Municipal de Educação orientou que somente três concluíssem os planos de ação, por entender que nas demais escolas localizadas na zona rural não haveria a possibilidade de executar o programa por falta de profissionais interessados em se deslocar até às escolas do campo pelo baixo custo-benefício que o FNDE oferece aos monitores. A previsão de repasses para as escolas que finalizaram seus planos em 2013 e 2014 foi calculada em dobro levando em consideração os anos de 2013 e 2014 conjuntamente. Essas três escolas sinalizadas receberam a primeira parcela de 2014 no ano corrente.
- **2015:** Não foi disponibilizada a ferramenta de adesão no ano de 2015. Os valores previstos e recebidos em 2015 são referentes à segunda parcela de 2014. Somente uma das escolas previstas para receber a segunda parcela de 2014 teve o valor corretamente repassado.
- **2016:** O programa passou por reformulação e mudou de nome passando a se chamar Novo Mais Educação. O município possuía nove escolas passíveis de receber os recursos. Desse total 7 foram sinalizadas no PAR e duas foram excluídas da possibilidade de participar do programa. Do total de sete escolas sinalizadas no PAR somente três foram orientadas a concluírem seus planos de ação. Duas escolas receberam a primeira parcela ainda em 2016 e a outra escola não tramitou o plano de ação no prazo previsto inviabilizando o recebimento dos repasses referente ao ano de 2016 que foram finalizados em 2017. Também em 2016 duas escolas receberam valores referentes à segunda parcela de 2014 que estava pendente.
- **2017:** Em 2017 a ferramenta de nova adesão só foi disponibilizada em dezembro de 2017 e os repasses foram creditados em 2018. O município possuía 07 escolas passíveis de receber os recursos referentes ao ano de 2017. Duas escolas não foram sinalizadas no PAR pela Secretaria de Educação. As outras 5 escolas tramitaram seus planos no prazo previsto e tiveram seus planos validados pelo MEC, mas somente três foram pagas no ano seguinte. Três escolas da rede foram consideradas inaptas a participar

do processo de adesão por não atenderem aos critérios do IDEB (escolas com Ideb 4,4 nos anos iniciais ou com IDEB inferior a 3,0 nos anos finais não atendem aos critérios de distribuição dos recursos do PDDE Integral).

- Em todos os anos que compreendeu o ciclo de 2011-2018 as escolas que não possuíam unidade executora própria também eram consideradas inaptas a fazerem a adesão ao programa. O planejamento e monitoramento das ações do Novo Mais Educação é feito através do acesso ao Sistema denominado CAEd Digital. O CAEd é o Centro de Apoio à Educação a Distância da UFJF que em parceria com o Ministério da Educação realiza o trabalho de monitoramento do programa. O acesso ao sistema ocorre através de uma aba específica disponível dentro do próprio Sistema PDDE Interativo.

A Tabela XX apresentada a seguir traz o demonstrativo da previsão/liberação dos recursos do PDDE Integral entre os anos de 2011-2018.

Tabela 11: Previsão/liberação dos recursos do Programa Mais Educação/Novo Mais Educação (PDDE Integral) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO/NOVO MAIS EDUCAÇÃO (PDDE INTEGRAL) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------------|-----------|--------------------|-----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 0,00 | 0,00 | 24.620,60 | 24.620,60 | 0,00 | 0,00 | 50.227,62 | 23.463,81 | 23.463,81 | 23.463,81 | 12.708,00 | 12.708,00 | 8.472,00 | 8.472,00 | 13.890,00 | 13.890,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.400,00 | 40.200,00 | 40.200,00 | 0,00 | 40.200,00 | 40.200,00 | PLANO NÃO ENVIADO | | FORA DOS CRITÉRIOS | |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 0,00 | 0,00 | 20.954,60 | 20.954,60 | 0,00 | 0,00 | 42.326,82 | 21.163,41 | 21.163,41 | 0,00 | 39.193,38 | 39.193,38 | 12.420,00 | 12.420,00 | 18.750,00 | 18.750,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVÃO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODISIO SOARES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTÉLIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.485,00 | 13.485,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARÃES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONESIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDERex

Notas sobre o Programa Mais Cultura nas Escolas (PDDE Mais Cultura):

- O município faz adesão ao Programa em 2014.
- No ciclo de 2011-2018 somente uma escola foi passível de recebimento dos recursos.
- A escola elabora e tem seu plano validado pelo MEC.
- A escola recebe a primeira parcela em 2014.
- A escola recebe a segunda parcela em 2015.

Os valores previstos e liberados podem ser visualizados na Tabela nn disposta a seguir.

Tabela 12: Previsão/liberação dos recursos do Programa Mais Cultura nas Escolas (PDDE Mais Cultura) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS ESCOLAS (MAIS CULTURA) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 0,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍSIO SOARES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTELIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARAES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONÉSIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDERex

Notas sobre o Programa Atleta na Escola (PDDE Atleta na Escola):

- O município faz adesão para três escolas passíveis de recebimento dos recursos em 2013 e recebeu integralmente o valor previsto no mesmo ano.
- O município faz adesão para quatro escolas passíveis de recebimento dos recursos em 2014 e recebeu integralmente o valor previsto no mesmo ano.
- Em 2015 o PDDE Atleta na Escola foi suspenso em todo o Brasil.

Tabela 13: Previsão/liberação dos recursos do Programa Atleta na Escola (PDDE Atleta na Escola) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA (PDDE ATLETA NA ESCOLA) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.247,00 | 3.247,00 | 3.070,00 | 3.070,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.525,00 | 1.525,00 | 1.495,00 | 1.495,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.396,00 | 1.396,00 | 1.315,00 | 1.315,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍSO SOARES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTELIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARAES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONÉSIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDEREx

Notas sobre o Programa Escola Acessível (PDDE Acessibilidade):

- O município já participava do programa antes da existência do Sistema PDDE Interativo. Ao planos eram registrados no Simec.
- Em 2014 havia previsão de recurso para duas escolas, mas somente uma recebeu os valores previstos. A outra escola só recebeu em 2016 os recursos previstos no ano de 2014.
- As três escolas contempladas com o PDDE acessibilidade em 2012 enfrentaram problemas no planejamento dos recursos. Diferente dos demais programas que condicionam o recebimento dos recursos à elaboração e aprovação prévia do plano, o PDDE Acessibilidade chegava diretamente nas contas das unidades executoras das escolas antes de sua elaboração e só então é que existia a obrigatoriedade de ser atribuído um perfil de cadastrador do Programa para o diretor da escola no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (*Simec*). Por falta de informação sobre as normas do programa, as escolas gastaram os recursos sem registrar no Simec o plano de atendimento da escola. Posteriormente as escolas registraram seus planos, mas correram o risco de não ter aprovado um plano que já estava executado.
- A partir de 2018 a aba do PDDE Escola Acessível migrou do Simec para o Sistema PDDE Interativo e passou a condicionar os recursos à elaboração prévia do Plano.

Tabela 14: Previsão/liberação dos recursos do Programa Escola Acessível (PDDE Acessibilidade) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL (PDDE ACESSIBILIDADE) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 9.000,00 | 9.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.300,00 | 8.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 8.000,00 | 8.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.960,00 | 9.960,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍSO SOARES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTELIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.300,00 | 8.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 8.300,00 | 8.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARAES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONÉSIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDERex

Notas sobre o Programa Água e Esgotamento Sanitário (PDDE Água):

- O processo de adesão e elaboração dos planos se deu em 2013.
- Os recursos referentes a 2013 foram repassados em 2014.
- Em 2014 a gestora da Escola Municipal Filomena Maria Santana não iniciou o plano de ação da referida escola no Sistema PDDE Interativo e deixou de receber os recursos previstos.
- A Escola Municipal Antonio Ferraz concluiu o plano de aplicação e teve seu plano aprovado no período determinado, mas desconhece as justificativas que levaram a escola a deixar de ser contemplada com os recursos. Conforme os dados consultados na liberação dos recursos entre os anos de 2014 e 2018 não existe liberação de recurso para esta unidade escolar. Na consulta ao Sistema PDDE Interativo o plano de aplicação e o histórico de tramitação do plano encontram-se indisponíveis para consulta. Para todas as outras escolas contempladas ainda é possível visualizar o plano de aplicação e o histórico de tramitação.

Tabela 15: Previsão/liberação dos recursos do Programa Água e Esgotamento Sanitário (PDDE Água) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO (PDDE ÁGUA) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.000,00 | 31.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.000,00 | 28.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍSO SOARES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTELIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.000,00 | 0,00 | 28.000,00 | 28.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.000,00 | 0,00 | 28.000,00 | 28.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARAES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONÉSIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

■ FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDERex

Notas sobre o Programa Escola do Campo (PDDE Campo):

- Os recursos recebidos em 2011 não foram planejados com a metodologia do Sistema PDDE Interativo. Relembrando que em 2011 o Sistema foi utilizado somente por escolas contempladas com recursos do PDE Escola.
- É possível contabilizar através do Sistema PDDE Interativo que no ano de 2013, há registro de 9 escolas que estariam habilitadas a participar do Programa PDDE Campo. Desse total apenas 4 tiveram seus planos aprovados e receberam os recursos entre os anos de 2014 a 2016.
- Os dados do Sistema PDDE Interativo informam ainda que as outras 5 escolas não finalizaram seus planos e conseqüentemente foram penalizadas com o não recebimento dos recursos a que tinham direito.
- É possível contabilizar através do Sistema PDDE Interativo que no ano de 2014 treze escolas concluíram a elaboração dos planos do PDDE Campo e tiveram os mesmos encaminhados ao MEC pelo Comitê Municipal. No entanto, a análise do histórico de tramitação dos planos das escolas demonstram que estes se encontram em análise no MEC desde o ano de 2014, sem deixar evidente informações e prazos sobre a situação do pagamento.

Tabela 16: Previsão/liberação dos recursos do Programa Escola do Campo (PDDE Campo) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA ESCOLA DO CAMPO (PDDE CAMPO) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 0,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.600,00 | 5.800,00 | 5.800,00 | 0,00 | 5.800,00 | 5.800,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.600,00 | 5.800,00 | 5.800,00 | 0,00 | 5.800,00 | 5.800,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 11.600,00 | 11.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.600,00 | 5.800,00 | 5.800,00 | 0,00 | 5.800,00 | 5.800,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍSO SOARES | 0,00 | 0,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 11.600,00 | 11.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTELIO | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 11.600,00 | 11.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 11.600,00 | 11.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 11.600,00 | 11.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARÃES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONÉSIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDERex

Notas sobre o Programa Escola Sustentável (PDDE Sustentável):

- Uma das condições para receber os recursos do programa é de que as escolas participem das etapas da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. No município de Belo Campo somente as duas escolas mencionadas na tabela realizaram ações validadas como etapas da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e conseqüentemente foram as únicas a serem contempladas com os recursos do PDDE Sustentável.

- Os recursos do PDDE Sustentável previstos para 2015 só foram repassados em 2016

Tabela 17: Previsão/liberação dos recursos do Programa Escola Sustentável (PDDE Sustentável) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA ESCOLA SUSTENTÁVEL (SUSTENTÁVEL) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 | 0,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍSIO SOARES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTELIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARAES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONÉSIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDEREX

Notas sobre o Programa Mais Alfabetização (PDDE PMALFA):

- O Programa foi criado em 2018.

- O planejamento e monitoramento das ações do PMALFA é feito através do acesso ao Sistema denominado CAEd Digital. O CAEd é o Centro de Apoio à Educação a Distância da UFJF que em parceria com o Ministério da Educação realiza o trabalho de monitoramento do programa. O acesso ao sistema ocorre através de uma aba específica disponível dentro do próprio Sistema PDDE Interativo.

Tabela 18: Previsão/liberação dos recursos do Programa Mais Alfabetização (PDDE PMALFA) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO (PDDE PMALFA) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.035,00 | 1.035,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.485,00 | 1.485,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 570,00 | 570,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180,00 | 180,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍSIO SOARES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTELIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165,00 | 165,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165,00 | 165,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41 | E. M. ÚLISSES GUIMARAES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42 | E. M. DIONÉSIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDEREx.

Notas sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola Básico (PDDE Básico):

- No sistema PDDE Interativo existe uma aba denominada Planejamento Estratégico utilizada para planejar os gastos oriundos do PDDE Básico. No entanto, o registro e aprovação do plano nesta aba não é condição obrigatória para receber os recursos desta modalidade.
- No ano de 2014 os valores repassados são referentes à primeira parcela do PDDE Básico de 2014. A E. M. Maria Ferraz de oliveira, a E.M. João Ferreira dos Santos e a Escola Municipalizada Roberto Santos tiveram uma dedução de 30% do valor total do repasse previsto em 2014 por terem reprogramado mais de 30% dos recursos disponíveis no exercício de 2013.
- Na relação de unidades executoras PDDE (Rex) do ano de 2012 não há previsão de recursos do PDDE Básico para a Escola Municipalizada Roberto Santos.
- Os valores previstos em 2015 na tabela são resultado da soma da segunda parcela do PDDE Básico de 2014 + o valor total do PDDE Básico previsto para 2015.
- A Escola Municipal Arlivande de Oliveira Rocho foi criada em 2015, mas o município só cadastrou a escola no PDDE Web, condição para receber os recursos do PDDE em 2016. Como o cadastro ocorreu após o mês de junho a escola só recebeu os recursos pela primeira vez em 2017.

Tabela 19: Previsão/liberação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Básico (PDDE Básico) no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| PREVISÃO/LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA BÁSICO (PDDE BÁSICO) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO – BA NO PERÍODO DE 2011 A 2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------|----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| ESCOLAS BENEFICIADAS | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
| | | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO | PREVISTO | LIBERADO |
| 01 | C. M. DE BELO CAMPO | 11.497,0 | 11.497,0 | 13.161,04 | 13.161,04 | 30.260,00 | 30.260,00 | 21.940,00 | 10.970,00 | 31.810,00 | 31.810,00 | 18.680,00 | 18.680,00 | 24.540,00 | 24.540,00 | 19.600,00 | 19.600,00 |
| 02 | C. M. LEONI LIMA | 4.768,20 | 0,00 | 4.736,70 | 4.736,70 | 6.840,00 | 6.840,00 | 6.680,00 | 3.340,00 | 9.880,00 | 9.880,00 | 6.660,00 | 6.660,00 | 6.320,00 | 6.320,00 | 6.000,00 | 6.000,00 |
| 03 | E. MUNICIPALIZADA R. SANTOS | 4.202,40 | 4.202,40 | 0,00 | 0,00 | 6.100,00 | 6.100,00 | 7.780,00 | 3.289,08 | 12.509,08 | 12.509,08 | 11.160,00 | 11.160,00 | 12.360,00 | 12.360,00 | 12.140,00 | 12.140,00 |
| 04 | C. M. CASULO IEDA BARRADAS | 1.400,80 | 0,00 | 1.363,00 | 1.363,00 | 2.620,00 | 2.620,00 | 2.520,00 | 1.260,00 | 3.540,00 | 3.540,00 | 2.400,00 | 2.400,00 | 2.340,00 | 2.340,00 | 7.480,00 | 7.480,00 |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | 3.044,40 | 3.044,40 | 3.048,60 | 3.048,60 | 4.780,00 | 4.780,00 | 5.120,00 | 2.560,00 | 7.700,00 | 7.700,00 | 4.980,00 | 4.980,00 | 4.740,00 | 4.740,00 | 7.640,00 | 7.640,00 |
| 06 | E. M. EDVALDO FLORES | 7.936,00 | 7.936,00 | 8.580,10 | 8.580,10 | 13.140,00 | 13.140,00 | 9.840,00 | 4.920,00 | 15.040,00 | 15.040,00 | 8.880,00 | 8.880,00 | 11.400,00 | 11.400,00 | 11.760,00 | 11.760,00 |
| 07 | E. M. ARLIVANDE ROCHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | SEM CADASTRO PDDEWEB | SEM CADASTRO PDDEWEB | 6.580,00 | 6.580,00 | 6.700,00 | 6.700,00 | 6.700,00 | 6.700,00 |
| 08 | E. M. MARIA F. DE OLIVEIRA | 5.101,20 | 5.101,20 | 3.051,60 | 3.051,60 | 4.080,00 | 4.080,00 | 4.380,00 | 1.898,48 | 5.978,48 | 5.978,48 | 3.820,00 | 3.820,00 | 4.400,00 | 4.400,00 | 4.880,00 | 4.880,00 |
| 09 | E. M. JOAQUIM V. X. DA SILVA | 435,00 | 435,00 | 565,50 | 565,50 | 2.160,00 | 2.160,00 | 2.200,00 | 1.100,00 | 3.300,00 | 3.300,00 | 2.180,00 | 2.180,00 | 2.140,00 | 2.140,00 | 2.240,00 | 2.240,00 |
| 10 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | 12.565,50 | 12.565,50 | 609,00 | 609,00 | 2.200,00 | 2.200,00 | 2.240,00 | 1.120,00 | 3.400,00 | 3.400,00 | 2.260,00 | 2.260,00 | 2.300,00 | 2.300,00 | 2.240,00 | 2.240,00 |
| 11 | E. M. BENIGNO FERREIRA | 391,50 | 391,50 | 435,00 | 435,00 | 2.200,00 | 2.200,00 | 2.140,00 | 1.070,00 | 1.070,00 | 0,00 | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA |
| 12 | E. M. BERNARDINO ROCHA | 870,00 | 870,00 | 870,00 | 870,00 | 2.360,00 | 2.360,00 | 2.340,00 | 1.170,00 | 3.390,00 | 3.390,00 | 2.240,00 | 2.240,00 | 2.240,00 | 2.240,00 | 2.160,00 | 2.160,00 |
| 13 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | 1.162,80 | 1.162,80 | 1.224,60 | 1.224,60 | 2.700,00 | 2.700,00 | 2.640,00 | 1.320,00 | 3.860,00 | 3.860,00 | 2.380,00 | 2.380,00 | 2.280,00 | 2.280,00 | 2.440,00 | 2.440,00 |
| 14 | E. M. JOSÉ MOÇO FILHO | 1.268,70 | 1.268,70 | 1.268,70 | 1.268,70 | 2.940,00 | 2.940,00 | 3.040,00 | 1.520,00 | 4.600,00 | 4.600,00 | 2.880,00 | 2.880,00 | 2.800,00 | 2.800,00 | 2.920,00 | 2.920,00 |
| 15 | E. M. JOVINO FERREIRA | 565,50 | 565,50 | 478,50 | 478,50 | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA | PARALISADA |
| 16 | E. M. TERÊNCIO DIAS | 739,50 | 739,50 | 565,50 | 565,50 | 2.260,00 | 2.260,00 | 2.220,00 | 1.110,00 | 3.350,00 | 3.350,00 | 2.220,00 | 2.220,00 | 2.220,00 | 2.220,00 | 2.320,00 | 2.320,00 |
| 17 | E. M. DANIEL ROFRIGUES | 522,00 | 522,00 | 435,00 | 435,00 | 2.200,00 | 2.200,00 | 2.160,00 | 1.080,00 | 3.300,00 | 3.300,00 | 2.260,00 | 2.260,00 | 2.220,00 | 2.220,00 | 2.320,00 | 2.320,00 |
| 18 | E. M. ANTONIO FERRAZ | 609,00 | 609,00 | 652,50 | 652,50 | 2.340,00 | 2.340,00 | 2.240,00 | 1.120,00 | 3.340,00 | 3.340,00 | 2.260,00 | 2.260,00 | 2.260,00 | 2.260,00 | 2.300,00 | 2.300,00 |
| 19 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | 478,50 | 478,50 | 478,50 | 478,50 | 2.220,00 | 2.220,00 | 2.280,00 | 1.140,00 | 3.380,00 | 3.380,00 | 2.180,00 | 2.180,00 | 2.160,00 | 2.160,00 | 2.100,00 | 2.100,00 |
| 20 | E. M. EUFRODÍO SOARES | 2.469,90 | 2.469,90 | 2.304,30 | 2.304,30 | 3.000,00 | 3.000,00 | 2.960,00 | 1.480,00 | 4.400,00 | 4.400,00 | 2.960,00 | 2.960,00 | 2.980,00 | 2.980,00 | 3.580,00 | 3.580,00 |
| 21 | E. M. FRANCISCO F. DE MORAIS | 565,50 | 565,50 | 652,50 | 652,50 | 2.440,00 | 2.440,00 | 2.340,00 | 1.170,00 | 3.610,00 | 3.610,00 | 2.400,00 | 2.400,00 | 2.340,00 | 2.340,00 | 2.360,00 | 2.360,00 |
| 22 | E. M. JUAREZ HORTELIO | 1.125,60 | 1.125,60 | 968,70 | 968,70 | 2.600,00 | 2.600,00 | 2.940,00 | 1.470,00 | 4.310,00 | 4.310,00 | 2.820,00 | 2.820,00 | 2.460,00 | 2.460,00 | 2.680,00 | 2.680,00 |
| 23 | E. M. JOÃO F. DOS SANTOS | 4.777,50 | 4.777,50 | 3.057,90 | 3.057,90 | 4.240,00 | 4.240,00 | 4.280,00 | 1.944,40 | 6.084,40 | 6.084,40 | 4.080,00 | 4.080,00 | 4.340,00 | 4.340,00 | 4.080,00 | 4.080,00 |
| 24 | E. M. LAURO FLORES | 4.989,90 | 4.989,90 | 3.057,90 | 3.057,90 | 4.180,00 | 4.180,00 | 3.760,00 | 1.880,00 | 5.460,00 | 5.460,00 | 4.120,00 | 4.120,00 | 4.480,00 | 4.480,00 | 4.780,00 | 4.780,00 |
| 25 | E. M. ROBERTO SANTOS | 2.484,60 | 2.484,60 | 1.714,50 | 1.714,50 | 2.720,00 | 2.720,00 | 2.620,00 | 1.310,00 | 3.930,00 | 3.930,00 | 2.540,00 | 2.540,00 | 2.980,00 | 2.980,00 | 2.440,00 | 2.440,00 |
| 26 | E. M. CASTELO BRANCO | 1.268,70 | 1.268,70 | 783,00 | 783,00 | 2.660,00 | 2.660,00 | 2.540,00 | 1.270,00 | 3.510,00 | 3.510,00 | 2.620,00 | 2.620,00 | 2.580,00 | 2.580,00 | 2.480,00 | 2.480,00 |
| 27 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | 2.199,00 | 2.199,00 | 1.776,90 | 1.776,90 | 2.840,00 | 2.840,00 | 3.080,00 | 1.540,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 2.700,00 | 2.700,00 | 2.620,00 | 2.620,00 |
| 28 | E. M. FILOMENA M. SANTANA | 999,60 | 999,60 | 522,00 | 522,00 | 2.200,00 | 2.200,00 | 2.200,00 | 1.100,00 | PARALISADA | PARALISADA | 2.420,00 | 2.420,00 | 2.480,00 | 2.480,00 | 2.180,00 | 2.180,00 |
| 29 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | 2.311,80 | 2.311,80 | 1.635,00 | 1.635,00 | 3.020,00 | 3.020,00 | 3.020,00 | 1.510,00 | 4.310,00 | 4.310,00 | 3.400,00 | 3.400,00 | 3.220,00 | 3.220,00 | 3.320,00 | 3.320,00 |
| 30 | E. M. JOSÉ FERREIRA ROCHA | 2.155,50 | 2.155,50 | 1.372,80 | 1.372,80 | 2.900,00 | 2.900,00 | 2.900,00 | 1.450,00 | 4.450,00 | 4.450,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 2.780,00 | 2.780,00 | 2.680,00 | 2.680,00 |
| 31 | E. M. JOSÉ NUNES | 1.186,80 | 1.186,80 | 1.335,60 | 1.335,60 | 2.660,00 | 2.660,00 | 2.560,00 | 1.280,00 | 1.280,00 | 3.900,00 | 2.860,00 | 2.860,00 | 2.880,00 | 2.880,00 | 3.380,00 | 3.380,00 |
| 32 | E. M. LÍDIO MORAIS NUNES | 739,50 | 739,50 | 652,50 | 652,50 | 2.340,00 | 2.340,00 | 2.340,00 | 1.170,00 | 3.470,00 | 3.470,00 | 2.520,00 | 2.520,00 | 2.540,00 | 2.540,00 | 2.240,00 | 2.240,00 |
| 33 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | 1.174,20 | 1.174,20 | 1.087,50 | 1.087,50 | 2.420,00 | 2.420,00 | 2.420,00 | 1.210,00 | 3.830,00 | 3.830,00 | 2.560,00 | 2.560,00 | 2.600,00 | 2.600,00 | 2.680,00 | 2.680,00 |
| 34 | E. M. TEODORICO CANTIL | 994,50 | 994,50 | 1.323,60 | 1.323,60 | 2.680,00 | 2.680,00 | 2.640,00 | 1.320,00 | 1.320,00 | 3.900,00 | 2.480,00 | 2.480,00 | 2.660,00 | 2.660,00 | 2.580,00 | 2.580,00 |
| 35 | E. M. ADELMÁRIO PINHEIRO | 2.931,90 | 2.931,90 | 2.678,70 | 2.678,70 | 3.440,00 | 3.440,00 | 3.380,00 | 1.690,00 | 5.070,00 | 5.070,00 | 3.040,00 | 3.040,00 | 3.600,00 | 3.600,00 | 3.820,00 | 3.820,00 |
| 36 | E. M. FRANCINO J. DOS SANTOS | 1.130,70 | 1.130,70 | 391,50 | 391,50 | 2.220,00 | 2.220,00 | 2.240,00 | 1.120,00 | 3.460,00 | 3.460,00 | 2.280,00 | 2.280,00 | 2.400,00 | 2.400,00 | 2.400,00 | 2.400,00 |
| 37 | E. M. JOAQUIM SANTOS | 1.242,90 | 1.242,90 | 1.005,90 | 1.005,90 | 2.460,00 | 2.460,00 | 2.420,00 | 1.210,00 | 3.590,00 | 3.590,00 | 2.380,00 | 2.380,00 | 2.840,00 | 2.840,00 | 2.880,00 | 2.880,00 |
| 38 | E. M. JOSÉ F. LACERDA | 2.772,00 | 2.772,00 | 2.715,30 | 2.715,30 | 3.520,00 | 3.520,00 | 3.440,00 | 1.720,00 | 5.020,00 | 5.020,00 | 3.600,00 | 3.600,00 | 3.940,00 | 3.940,00 | 4.720,00 | 4.720,00 |
| 39 | E. M. RAFAEL FLORES | 609,00 | 609,00 | 391,50 | 391,50 | 2.180,00 | 2.180,00 | 2.200,00 | 1.100,00 | 3.300,00 | 3.300,00 | 2.340,00 | 2.340,00 | 2.800,00 | 2.800,00 | PARALISADA | PARALISADA |
| 40 | E. M. VITÓRIO OLIVEIRA | 1.498,80 | 1.498,80 | 1.541,70 | 1.541,70 | 3.040,00 | 3.040,00 | 2.960,00 | 1.480,00 | 4.360,00 | 4.360,00 | 2.920,00 | 2.920,00 | 3.200,00 | 3.200,00 | 3.600,00 | 4.360,00 |
| 41 | E. M. ULISSES GUMARAES | 522,00 | 522,00 | 522,00 | 522,00 | 660,00 | 660,00 | 0,00 | 0,00 | 840,00 | 840,00 | 660,00 | 660,00 | 600,00 | 600,00 | 500,00 | 840,00 |
| 42 | E. M. DIONÉCIO F. DE ALMEIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 720,00 | 720,00 | 0,00 | 0,00 | 720,00 | 720,00 | 540,00 | 540,00 | 360,00 | 360,00 | PARALISADA | PARALISADA |

FONTE: Sistema de Consulta a liberação de Recursos dos Programas do FNDE e Sistema de consulta de informações sobre a execução do PDDE e Ações Agregadas PDDEREx.

Notas sobre as demais ações agregadas do Sistema PDDE Interativo

- A ação denominada Plano de Formação Continuada apareceu pela primeira vez no Sistema PDDE Interativo no ano de 2012 e novamente em 2014. Nos anos em que ela esteve disponível para as escolas é possível confirmar através dos registros do sistema que todas as unidades escolares da rede municipal de ensino fizeram a adesão e solicitaram vagas nos cursos ofertados pelo ministério da Educação. O município não foi contemplado com nenhuma das ações solicitadas no plano de Formação Continuada.
- O município aderiu ao programa em 2017. Foi convocado a participar do processo formativo, mas não teve nenhuma escola priorizada no primeiro ciclo de repasse dos recursos que compõem a proposta do programa. O município foi orientado a aguardar a lista de escolas a serem priorizadas no segundo ciclo.
- A partir de 2017 a escolha do PNLD passou a ser realizada no Sistema PDDE Interativo. Em 2017 a adesão ao PNLD 2018 foi reservada às escolas do Ensino Médio, deste modo a adesão não se aplica às escolas da rede municipal de ensino do município de Belo Campo.
- Em 2018 a escolha do PNLD 2019 Didático e literário foi reservada às escolas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, deste modo a adesão não se aplica às escolas que só ofertam os anos finais do ensino fundamental.

Tabela 20: Situação das demais ações agregadas ao Sistema PDDE Interativo no município de Belo Campo – BA (2011-2018)

| DEMAIS AÇÕES AGREGADAS VINCULADAS AO SISTEMA PDDE INTERATIVO | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|------------------------------|------------|--|---------------|-----------------------------|---------------|
| PROGRAMAS | | PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA | | PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO - PNLD | | PROGRAMA EDUCAÇÃO CONECTADA | |
| | | ADESÃO | | ADESÃO | | ADESÃO | |
| Nº | ESCOLAS PARTICIPANTES | 2012 | 2014 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 |
| 01 | COLEGIO MUNICIPAL DE BELO CAMPO | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 02 | COLEGIO MUNICIPAL LEONE LIMA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 03 | CRECHE MUNICIPAL CASULO IEDA BARRADAS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 04 | E. M. ADELMARIO PINHEIRO | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 05 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 06 | E. M. ANTONIO FERRAZ | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 07 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 08 | E. M. BENIGNO FERREIRA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 09 | E. M. BERNADINO ROCHA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 11 | E. M. CASTELO BRANCO | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 12 | E. M. DANIEL RODRIGUES | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 13 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 14 | E. M. EDVALDO FLORES | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 15 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 16 | E. M. EUFRODISIO SOARES | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 17 | E. M. FILOMENA MARIA SANTANA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 18 | E. M. FRANCINO JOSE DOS SANTOS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 19 | E. M. FRANCISCO FERREIRA MORAIS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 20 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 21 | E. M. JOAO FERREIRA DOS SANTOS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 22 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 23 | E. M. JOAQUIM SANTOS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 24 | E. M. JOAQUIM VICENTE XAVIER DA SILVA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 25 | E. M. JOSE FERREIRA ROCHA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 26 | E. M. JOSE FRANCISCO LACERDA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 27 | E. M. JOSE MOCO FILHO | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 28 | E. M. JOSE NUNES | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 29 | E. M. JOVINO FERREIRA | SIM | PARALISADA | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 30 | E. M. JUAREZ HORTELIO | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 31 | E. M. LAURO FLORES | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 32 | E. M. LIDIO MORAIS PINTO | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 33 | E. M. MARIA FERRAZ DE OLIVEIRA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 34 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 35 | E. M. RAFAEL SOARES | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 36 | E. M. ROBERTO SANTOS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 37 | E. M. TEODORICO A CANTIL | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 38 | E. M. TERCENIO DIAS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 39 | E. M. ULISSES GUIMARAES | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 40 | E. M. VITORIO OLIVEIRA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 41 | ESCOLA MUNICIPALIZADA ROBERTO SANTOS | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA | NÃO SE APLICA |
| 42 | E. M. DIONESIO F. DE ALMEIDA | SIM | SIM | NÃO SE APLICA | PARALISADA | NÃO SE APLICA | PARALISADA |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de doutorado intitulada “O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais” está vinculada à Linha de Pesquisa denominada “Política, gestão, financiamento e avaliação da educação”, da área de Concentração Estado, Sociedade e Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Criado em 1995 o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) se consolidou no campo das políticas de financiamento da educação como uma política orientada pelo discurso de descentralização e democratização do espaço escolar. Ao longo de mais de 20 anos de existência o programa passou por inúmeras reformulações e ampliou consideravelmente seu campo de atuação que atualmente financia ações educacionais que perpassam todas as etapas da educação básica.

Criado pelas influências de reformas econômicas e educacionais que ocorreram no Brasil e no mundo a partir da década de 1980, e pelos desdobramentos das exigências de organismos internacionais, o PDDE tem atualmente como fundamento básico a autogestão da escola e o fortalecimento da participação escolar no planejamento e execução de ações que visam a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, bem como a consequente elevação do desempenho escolar. Para cumprir essa finalidade o programa envia recursos diretamente às escolas, de modo a diminuir a atuação do Estado nessa esfera, ao mesmo passo que eleva o controle e a responsabilização dos agentes escolares pelos resultados alcançados.

Como consequência dos processos de modernização do PDDE foi criado em 2011 o Sistema PDE Interativo, que em 2014 passou a se chamar PDDE Interativo e se tornou a principal ferramenta de gestão dos recursos vinculados ao PDDE. O Sistema PDDE Interativo foi elaborado a partir da metodologia do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) e abarca atualmente além do próprio PDE Escola diversas ações vinculadas ao PDDE. Faz parte da composição do PDDE Interativo as ações do PDDE Água na Escola, PDDE Atleta na Escola, PDDE Escola do Campo, PDDE Escolas Sustentáveis, PDDE Acessibilidade, PDDE Mais

Educação, PDDE Novo Mais Educação, PDDE Mais Alfabetização, PDDE Mais Cultura, PDDE Educação Conectada, PDDE ProEMI e PDDE Novo Ensino Médio. Além dessas ações o Sistema PDDE Interativo atualmente abarca outras duas ações agregadas: o plano de formação continuada e a escolha do PNLD didático e obras literárias.

Meu contato com a temática se deu pela primeira vez em 2011, período em que atuei no município de Belo Campo - BA como diretora escolar e onde participei da experiência de compor o grupo de trabalho da primeira escola do município a fazer uso do Sistema PDE Interativo, que naquele ano compreendeu somente as escolas beneficiárias do Programa PDE Escola.

Desde esse período venho acompanhando a criação das novas modalidades do PDDE e a evolução do sistema através de suas constantes transformações, que nem sempre são comunicadas ou perceptíveis, mas que acabam impondo em muitos momentos alguns desafios aos gestores escolares e aos membros do Comitê Gestor Municipal do Sistema PDDE Interativo.

Atuando como integrante do Comitê Gestor Municipal de Belo Campo desde 2015 e analisando neste período a contraposição existente entre o discurso democrático que se apresenta no texto da política e a composição e organização dos grupos de trabalho do Sistema PDDE Interativo que se formam no contexto das escolas, tenho me sentido cada vez mais motivada em tentar compreender os problemas que cercam o uso das ferramentas de gestão do Sistema PDDE Interativo e o caracteriza cada vez mais como um dispositivo de controle e menos como uma ferramenta de gestão democrática da educação.

A pesquisa de doutorado intitulada “O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais” está vinculada à Linha de Pesquisa denominada “Política, gestão, financiamento e avaliação da educação”, da área de Concentração Estado, Sociedade e Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A questão que traduz o objetivo central da tese está empenhada em analisar e responder: Quais os efeitos da atuação de gestores escolares de Belo Campo - BA frente ao controle público, execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e gestão do Sistema PDDE Interativo e ações agregadas?

Para responder a esse desafio priorizamos como objetivos secundários da pesquisa a nossa preocupação em: investigar a natureza da política e o contexto de produção do texto que regulamenta o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas; analisar a visão e os discursos dos gestores escolares sobre o processo de modernização das ferramentas de gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a partir da criação e obrigatoriedade de uso do Sistema PDDE Interativo; analisar os efeitos da atuação dos gestores escolares de Belo Campo frente ao uso das ferramentas de gestão do Sistema PDDE Interativo, execução e controle dos programas do PDDE e suas ações agregadas; investigar a existência/inexistência de possíveis falhas de execução por parte do Comitê Gestor (Secretetaria de Educação/Gestão Escolar), no processo de gestão do Sistema PDDE Interativo e de suas ações agregadas, que possam ter ocasionado o não recebimento de recursos ou não cumprimento do planejamento inicialmente elaborado por parte das escolas; Analisar a existência/inexistência de princípios de gestão democrática na organização e atuação dos comitês gestores do PDDE e de suas ações agregadas.

Na busca por respostas ao questionamento central da pesquisa adotamos como método de análise do PDDE Interativo e ações agregadas a “Abordagem do Ciclo de Políticas” desenvolvido por Stephen Ball, que tem como principal objetivo pesquisar e teorizar a análise de políticas públicas através de um método que procura, dentre outras coisas, compreender o modo como as políticas são produzidas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que se desdobrou em um estudo de caso abrangendo diversificadas técnicas de investigação que apoiaram a análise dos diferentes contextos que envolvem a “Abordagem do Ciclo de Políticas. Através da “Abordagem do Ciclo de Políticas” será possível desenvolver com maior propriedade a análise crítica do programa desde a sua formulação inicial até suas fases de execução.

No primeiro capítulo intitulado “Aspectos Teorico-metodológicos” apresentamos os caminhos percorridos e as estratégias que estão sendo adotadas no processo de coleta, construção e análise dos dados da pesquisa. O texto construído para este capítulo se preocupa em esclarecer a abordagem teórica que fundamenta o Ciclo de Políticas de Stephen Ball de modo a apresentar suas principais características e contextos de análise.

No segundo capítulo apresentamos os contextos das influências globais nacionais que levaram ao surgimento do PDDE e do sistema PDDE Interativo. Este capítulo aborda de modo resumido as principais influências em âmbito global, nacional e local que contribuíram e continuam tencionando os debates sobre a formulação, reformulação, modos de execução de execução e controle das ações vinculadas ao Sistema PDDE Interativo. O objetivo é ampliar o debate e aprofundar a análise sobre as relações estabelecidas neste contexto.

O terceiro capítulo apresenta os caminhos seguidos na realização de pesquisas sobre o PDDE no Brasil a partir dos arquivos coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), também abordamos neste capítulo as produções acadêmicas produzidas sobre o PDDE e Sistema PDDE Interativo entre os anos de 2011 a 2018.

Denominamos o quarto capítulo “PDDE Interativo e ações agregadas: fundamentos e dinâmica de execução. Essa parte do texto traz uma apresentação sucinta sobre os princípios do PDDE e a emergência do Sistema PDDE Interativo em vinculação com as ações agregadas , de modo a enfatizar sua modernização e dinâmica de execução a partir das ferramentas de gestão disponibilizadas no sistema. Neste capítulo intencionamos aprofundar os principais discursos e defesas presentes na legislação dos diferentes programas e nas orientações do uso do Sistema PDDE Interativo.

Por fim, no último e quinto capítulo denominado “Sistema PDDE Interativo e ações agregadas no município de Belo Campo - BA: as práticas, as estratégias e seus efeitos” apresentamos os dados do contexto prático de vivência dos sujeitos locais sobre a ação de gerir o Sistema PDDE Interativo. Os dados foram analisados na perspectiva de discutir os principais desafios que os GT's e o Comitê Municipal têm enfrentado na gestão do sistema a partir do olhar de Perfil do Comitê Gestor que tem uma visão abrangente das falhas que são cometidas pelas escolas e pelo próprio Comitê. Falhas essas que em muitos casos acabam inviabilizando o recebimento de recursos das ações agregadas do PDDE. Também pretendemos discutir a articulação entre os GT's das escolas com o Comitê Municipal, e deste com a ação estadual de fortalecimento dos comitês gestores dos Sistema PDDE Interativo na Bahia tomando como foco a análise sobre como estes órgãos têm se comportado diante da tarefa de induzir a democratização do espaço escolar tomando o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas como referência.

Acreditamos que a relevância deste estudo se assenta na possibilidade de discutir e tornar público os problemas que são de responsabilidade não apenas dos gestores escolares e dos comitês, mas também são pertinentes ao próprio formato do sistema e suas constantes transformações, que nem sempre têm suas intencionalidades claramente publicizadas a fim de que todos possam acompanhar sua evolução.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e o dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de: A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de. e ADRIÃO, Theresa. **Gestão, financiamento e Direito à Educação**. 3 ed. São Paulo: Xamã, 2007.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol 04, nº. 07. Jan/Jun/2016.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas Públicas. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

ANDRADE, Jefferson Reis Guimaraes. **Capacidade de implementação de políticas públicas municipais**: contribuições dos constructos teórico-metodológicos da administração política. Orientador: Elizabeth Matos Ribeiro. 2022 109 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA. Disponível em: <
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13227135>. Acesso em: 15 maio 2023.

ARANTES, Emerson Clayton. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da Região Norte do Brasil**. Orientador: Rubens Luiz Rodrigues. 2019. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz De Fora, Juiz de Fora – MG. Disponível em: <
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9596816>. Acesso em: 15 maio 2020.

ARAUJO, Elienai Santana da Cruz de. **A atuação das Unidades Executoras Próprias no Programa Dinheiro Direto na Escola: reflexões sobre o controle social na rede municipal de Itamaraju**. Orientadora: Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito. 2022 161 f. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) - Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro – BA. Disponível em: <
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12778782>. Acesso em: 10 maio 2023.

BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**, 2023. Disponível em: < <https://sei.ba.gov.br/index.php?lang=pt>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

BALL, Stephen John. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Entrevista concedida a MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BALL, Stephen John. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**. p.37,55. Maio/agosto. 2010.

BALL, Stephen John; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BALL, Stephen John. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. 23. Ed. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2020. 270 p.

BARROS, Natalia Martins. **A implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola**: Uma análise a partir da percepção dos agentes locais sob a perspectiva da gestão escolar. Orientador: Breyner Ricardo de Oliveira. 2020 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana – MG. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10739249>. Acesso em: 15 maio 2019.

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Avaliações em larga escala**: uma sistematização do debate. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. BIANCHI, Camila Santos Tolosa. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**: o fluxo de uma ideia no campo das políticas públicas de educação ambiental. Orientadora: Vera Margarida Lessa Catalão. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5029032>. Acesso em: 15 maio 2019.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BASTOS, Daniela Botti Dias. **Reflexões sobre o Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Orientador: Zysman Neiman. 2016. 79 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba - SP, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3942392>. Acesso em: 15 maio 2019.

BATISTA, Pablo Aguiar Castro. **Descentralização financeira para as escolas da Educação Básica Pública: uma análise do PDDE na Escola Estadual Cidade Modelo no período de 2012 a 2015**. Orientador: Fabrício Aarão Freire Carvalho. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) - Universidade Federal do Pará, Belém - PA, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6436952>. Acesso em: 15 maio 2019.

BIANCHI, Camila Santos Tolosa. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis : o fluxo de uma ideia no campo das políticas públicas de educação ambiental**. Orientadora: Vera Margarida Lessa Catalão. 2016 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília – DF. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5029032>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **O Conselho de Reforma do Estado**. Caderno 8. Brasília: MARE, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade na Escola. **Formando Com-Vida: Construindo Agenda 21 na Escola**. Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PDDE Unidades Executoras Próprias – Uex: Orientação para prevenção de falhas**. V1. 1ª ed. 2018. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pdde/area-para-gestores/consultas>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRITO, Renato de Oliveira. **Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral-CE**. Orientador: Luiz Siveres. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília - DF, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3881124>. Acesso em: 15 maio 2019.

BURAKI, Gislaine. **A gestão democrática e os conselhos escolares na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - PR: implantação, limites e possibilidades**. Orientador: Isaura Mônica de Souza Zanardini. 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5132892>. Acesso em: 15 maio 2019.

CALDAS, Anderson Neylon de Freitas. **A participação dos Conselhos Escolares das escolas estaduais de Ensino Médio da 2ª URE/CAMETÁ na gestão do**

Programa Dinheiro Direto Na Escola – PDDE. Orientadora: Odete da Cruz Mendes. 2022 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, Cametá – PA. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12690358>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; PINTO, José Marcelino de Rezende; GUIMARÃES, José Luiz. Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 135, p. 817–839, 2008. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/335>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CARVALHO, Lorena Sousa. **A nova gestão pública e o governo eletrônico no contexto escolar:** uma análise a partir da experiência do PDE Interativo. Orientador: Marcelo Soares Pereira da Silva. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1414497>. Acesso em: 15 maio 2019.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. **RBPAE**, v.24, n.3, p. 389-406, set./dez. 2008.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Org.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino.** – Brasília: Liber Livro, 2009.

CASASSUS, Juan. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. **Revista de Ciências da Educação** · n. 09 · mai/ago 09.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. (Des)governos...: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. **Educação Temática Digital**. Campinas, v.12, n.1, p.224-241, jul./dez. 2010 – ISSN: 1676-2592.

DANTAS, Clara Weinna Moura. **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE:** uma análise acerca das implicações em uma unidade escolar do ensino público no município de Imperatriz/MA. Orientador: Carlos André Sousa Dublante. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação Docente em Práticas Educativas) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz – MA. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13700795>. Acesso em: 17 jan 2023.

DEMO, Pedro. Saber pensar. **Revista da ABENO**, vol. 5, n. 1, p. 75–79. DOI: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v5i1.1487>. Disponível em:

<<https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/1487>>. Acesso em: 17 jan 2023.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos CEBRAP**, n. 88, p. 153–179, dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/ZqWdPJCGT5C6QnCWp6pFQLf#>>. Acesso em: 13 ago 2023.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. – Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. (Coleção Sala de Aula).

FERNANDES, Claudemar Alves. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; CURSINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (Org.). **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. – São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

FERNANDES, Lethícia Dutra Leal Ferreira. **O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto da capacitação de gestores de recursos da educação básica municipal**. Orientador: Antônio dos Santos Silva. 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino) – Centro Universitário Vale do Rio Verde, Três Corações – MG, 2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12259354>. Acesso em: 15 maio 2023.

FERREIRA, Cristiane Gomes. **O Programa Mais Educação na perspectiva da gestão escolar**: a dinâmica da tomada de decisão e a gestão participativa. Orientador: Ivan Luiz Novaes. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador - BA, 2012. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/cristiane_gomes_ferreira.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

FERREIRA, Sergio Ricardo. **Financiamento da educação como indutor de política curricular: análise a partir da implantação do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná**. Orientadora: Monica Ribeiro da Silva. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2359212>. Acesso em: 15 maio 2019.

FIGUEIRA, Lara Dantas Medeiros. **Uma Avaliação Piloto do Programa Formação pela Escola na Execução e na Prestação de Contas do Programa Dinheiro Direto na Escola**. Orientador: Carlos Henrique Leite Corseuil. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília - DF, 2016. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi>

ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4946600>. Acesso em: 15 maio 2019.

FONSECA, Jorge Alberto Lago. **Ampliação do tempo escolar**: uma política no contexto da prática escolar no Brasil e na Argentina. Orientador: Flávia Obino Corrêa Werle. 2014. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS, 2014. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1552712>. Acesso em: 15 maio 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 20 ed. São Paulo, Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 27 ed. – São Paulo: Graal, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 8 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b.

FREITAS, Carmen Laenia Almeida Maia de. **A influência da política de financiamento da educação**: os programas federais na gestão escolar. Orientador: Maria das Dores Mendes Segundo. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte - Ceará, 2016. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3633727>. Acesso em: 15 maio 2019.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática e Qualidade de Ensino**. FÓRUM NACIONAL DESAFIO DA QUALIDADE TOTAL NO ENSINO PÚBLICO, 1. 28 a 30 de julho de 1997. Belo Horizonte- MG. Disponível em:

<http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491lt003Ps002/Gest_democ.pdf> Acesso em: 30 dez. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Coleção Questões da Nossa Época); v.24.

GALVAO, JOSE IVO PERES. **A implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola e suas articulações com a gestão escolar**. Orientador: Mark Clark Assen de Carvalho. 2020. 122 f. Dissertação (Mestrado em EDUCAÇÃO) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco – AC. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10076639>. Acesso em: 15 maio 2021.

GARCIA, Walter Esteves. Direito à educação: financiamento e Estado. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios**. Campinas: SP. Autores Associados, 2011.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Natiane Portilho. **O Programa Dinheiro Direto na Escola no município de Cametá (PA)**: transferências de recursos e prestação de contas dos conselhos escolares no período de 2009 a 2019. Orientador: Professor Doutor Ariel Feldman. 2021 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, Cametá – PA. Biblioteca Depositária: Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11393505>. Acesso em: 15 maio 2022.

GON, Simone Adréa. **Gestão dos recursos financeiros transferidos para a escola pública**: um estudo sobre as Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Campinas/SP – 2009/2010. Orientador: Zacarias Pereira Borges. 2012. 377 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250984/1/Gon_SimoneAndrea_M.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

GONÇALVES, ANDRÉA. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Interativo como ferramenta de gestão escolar**: uma proposta de formação para rede pública municipal de ensino de Barueri - SP. Orientador: Nelson Antonio Simão Gimenes. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação De Professores) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3930074>. Acesso em: 15 maio 2019.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Economia, Instituições e Estado de Bem-Estar Social: Respostas à Nova Configuração do Capitalismo pós-1970. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 3, 2015, p. 617 a 650. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/7nF6GCZGJh4qYcLFG7knqVw/#>>. Acesso em: 13 maio 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

JANUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 36 (1): 51-72, Jan. /Fev. 2002

JESUS, Sergio Luis de. **Análise da gestão da verba do PDDE em uma escola estadual**: um caso de gestão social. Orientadora: Wania Maria de Araújo. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte – MG.

Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9071581>. Acesso em: 13 maio 2020.

JUNIOR, Salvador Soares de Melo. **Transparência fiscal na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE da Escola Estadual de Caraiá /MG**. Orientador: Simão Pereira da Silva. 2016 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina – MG.

Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4988079>. Acesso em: 13 maio 2020.

JUNIOR, Adilson Carlos Zaniratto. **Avaliação dos processos de gestão entre o planejamento e a execução dos recursos do PDDE destinados às escolas municipais de Juiz de Fora-MG**. Orientador: Dércio Santiago da Silva Júnior. 2016. 53 f.,(Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2016. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3764462>. Acesso em: 15 maio 2019.

LEITE, Maria Iza Pinto Amorim. **Poder e liberdade na Escola**. – Vitória da Conquista: Edição do autor, 2014.

LETTIERE, Roberto. **Belo Campo: Minha terra, minha gente, história de uma cidade centenária**. – 1. Ed. – Belo Campo: Edição do Autor, 2022.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ coordenação Selma Garrido Pimenta). 10. Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2012.

LINS, Rejane Marques da Silva. **A descentralização de recursos financeiros na gestão da escola pública: desafios e possibilidades**. Orientador: Nonato Assis de Miranda. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul – SP. Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11718930>. Acesso em: 12 maio 2023.

LIMA, Marinete Costa de. **Programa Ensino Médio Inovador: universalização do Ensino Médio em Santarém – PA, NO PERÍODO DE 2012 A 2014**. Orientador: Maria de Fátima Matos De Souza. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém - PA, 2018. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7080152>. Acesso em: 15 jul. 2019.

LIRA, Jessica Fabiola Goncalves. **Acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar: estudo de caso das escolas municipais de Gravatá – PE contempladas com o Programa Dinheiro Na Escola (PDDE) – Escola Acessível**. Orientadora: Laura Bezerra Martins. 2020. 220 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ergonomia Instituição de Ensino) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10934670>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LOPES, Alice Casimiro. A teoria da atuação de Stephen Ball: E se a noção de discurso fosse outra? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 25, p. 1-19, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.24.2111>. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/296475026_A_teor%C3%ADa_da_atuacao_de_Stephen_Ball_E_se_a_nocao_de_discurso_fosse_outra/link/571a579b08ae408367bc89bd/download>. Acesso em: 15 maio 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **Programa Dinheiro Direto na Escola: (Re)formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995 – 2015)**. Orientador: Nalú Farezena. 2016. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5038147>. Acesso em: 15 maio 2019.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de Aprendizagem**. 1ª reimpressão da 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MARINHEIRO, Edwylson de Lima. **O Programa Dinheiro Direto Na Escola e a democratização da gestão escolar no município de Londrina – PR**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 2016. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi>

ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4038028>. Acesso em: 15 maio 2019.

MARSHALL, James. Governamentalidade e Educação Liberal. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes; 2 ed. 1995.

MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1537-1554, out./dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-62367558>

MELO, Jamille Oliveira de. **Financiamento da educação e desigualdades socioeducacionais: percepções sobre as repercussões do Programa Dinheiro Direto na Escola em Manari-PE**. Orientador: Edson Francisco de Andrade. 2020 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9924323>. Acesso em: 13 maio 2021.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. 3. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

MILER, Emerson Souza. **O papel do Conselho Deliberativo Da Comunidade Escolar-CDCE no controle social do Programa Dinheiro Direto Na Escola-PDDE em escolas da educação básica no município de São José dos Quatro Marcos-MT**. Orientadora: Marilda de Oliveira Costa. 2017. 176 f. Dissertação (Mestado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6080791>. Acesso em: 15 maio 2019.

MINTO, Lalo Watanabe. A administração escolar no contexto da Nova República e do Neoliberalismo. In: ANDREOTTI, Azilde L; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

MOTA, Junior Cesar. **Limites e possibilidades na transição para espaços educadores sustentáveis em escolas municipais de São João Batista – SC**. 2015. Dissertação (Mestado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí - SC, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3092237>. Acesso em: 15 maio 2019.

NASCIMENTO, Rosana de Oliveira. **A ferramenta PDDE Interativo como indicador de caminhos: relato de experiência em uma escola da rede municipal de São Paulo**. Orientador: Nelson Antonio Simão Gimenes. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de Professores) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3666675>. Acesso em: 15 maio 2019.

NETO, Antônio Cabral. **Gerencialismo e Gestão Educacional: cenários princípios e estratégias**. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Org.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília, DF: Liber Livro, ANPAE, 2009.

NOGUEIRA, Renan Moreira. **Os sentidos da participação no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): trajetórias no contexto da racionalidade neoliberal**. Orientador: Márcio de Souza Porto. 2022 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13637914>. Acesso em: 10 maio 2023.

OGIBA, Sônia Mara Moreira. A produção do conhecimento didático e o pós-estruturalismo: potencialidades analíticas. In: VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

OLIVEIRA, David Antonio Lustosa de. **Análise da consonância dos programas nacionais de educação com os déficits de infraestrutura das escolas públicas do Brasil: possibilidades e desafios à descentralização**. Orientador: Maria Raquel Gomes Maia Pires. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade de Brasília - UNB, Brasília - DF, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6084156>. Acesso em: 15 maio 2019.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. **O impacto de ações do Programa Dinheiro Direto na Escola em indicadores educacionais**. Orientador: Rafael Terra de Menezes. 2017. 201 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília - DF, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5972365>. Acesso em: 15 maio 2019.

OLIVEIRA, Márcia Lucas de. **Financiamento do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo nos anos 2010, 2011 e 2012**. 2018. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo - RJ, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6498796>. Acesso em: 15 maio 2019.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8ª ed. Campinas: Pontes, Unicamp, 2009.

PAIXÃO, Gleice Aline Miranda da. **Escola Democrática: a participação dos alunos na gestão financeira da escola**. Orientadora: Ranilce Mascarenhas Guimarães-losif. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, Brasília - DF, 2012. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/691/1/Gleice%20Aline%20Miranda%20da%20Paixao.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio/ago. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200002>>. Acesso em: 15 maio 2023.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PERONI, Vera. **Política Educacional e papel do Estado**. São Paulo: Xamã, 2003.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIMENTA, Danielle Christine Leite. **Efeitos do Programa Dinheiro Direto nas Escolas do Fundo Nacional De Desenvolvimento da Educação na Rede Estadual de Ensino em Bocaiúva/MG**. Orientador: Simão Pereira da Silva. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Instituições Educacionais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina - MG, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4242004>. Acesso em: 15 maio 2019.

PINHEIRO, Iara Ferreira. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - implicações na gestão e na qualidade do desempenho da educação básica: estudo de caso - modalidade tempo integral**. Orientadora: Maria Isabel da Silva

Azevedo Alvim. 2012. 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG, 2012. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/08/IARA-FERREIRA-PINHEIRO.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

REIS, Antonio Claudio Andrade dos. **O FNDE e os recursos públicos da educação básica, suas formas de controle e intervenção: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no Estado do Pará.** Orientadora: Vera Lúcia Jacob Chaves. 2019. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém – PA. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7662894>. Acesso em: 15 maio 2023.

RESENDE, Haroldo de. (org.) **Michael Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação.** São Paulo: Intermeios; Brasília CAPES/CNPq, 2018.

RIBEIRO, Kátia Vanessa Marcon. **Efetividade da educação ambiental formal nas escolas públicas goianas.** 2015. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia - GO, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3616130>. Acesso em: 15 maio 2019.

RISCAL, José Reinaldo. **Mapeamento quantitativo dos impactos da gestão democrática no desempenho das escolas públicas no Ideb 2013.** Orientador: Maria Cecília Luiz. 2016. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4222830>. Acesso em: 15 maio 2019.

RODRIGUES, Celiane Oliveira. **O processo de cogestão dos recursos oriundos do PDDE por Conselhos Escolares: cases de escolas públicas estaduais do Pará.** Orientadora: Luciana Rodrigues Ferreira 2019 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade da Amazônia, Belém – PA. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8914995>. Acesso em: 14 maio 2020.

ROCHA, Vanderson Amadeu da. **Programas de descentralização de gastos públicos no Sistema Municipal de Ensino Fundamental de São Paulo.** Orientador: Walter Belluzzo Júnior. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo SP, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-18102011-140619/pt-br.php>>. Acesso em: 15 maio 2019.

SANTANA, Kátia de Cássia. **Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na gestão escolar**. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG, 2011. Orientadora: Rosimar de Fátima Oliveira. Disponível em: <<http://www.poseducacao.ufv.br/wp-content/uploads/2012/02/K%C3%A1tia-de-C%C3%A1ssia-Santana-DISSERTA%C3%87%C3%83O-1.pdf>> Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, Aldenilse Araújo da. **Política de descentralização e apoio à gestão das escolas no Amazonas**. Orientador: Marcus Vinicius David. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2945596. Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, Fabio Roberto da. **Execução participativa do Programa Dinheiro Direto na Escola: um estudo em municípios do Território de Identidade Baixo Sul Da Bahia**. Orientador: Marcius de Almeida Gomes. 2021 undefined f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação Instituição de Ensino) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador - BA. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11341523>. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, Givanildo da. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar**. Orientadora: Inalda Maria dos Santos. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2664782>. Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, Maraisa de Oliveira. **Avaliação do Programa Dinheiro Direto Na Escola – Escolas Sustentáveis em Aracaju, Sergipe**. Orientador: Andressa Sales Coelho. 2018. 68 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT, Aracaju - SE, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6790774>. Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. A nova direta e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo Antonio Amadeo; SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SIQUEIRA, Jose Flavio Rodrigues. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis: os impactos do PDDE Escolas Sustentáveis nas práticas de Educação Ambiental nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul**. 2022 243 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS. Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13578844>. Acesso em: 20 maio 2023.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica> . Acesso em: 02 de out. 2022

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPANNER, Daniela Teles dos Santos. **Atuação do conselho escola comunidade a partir do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE QUALIDADE) em escolas do município do Rio De Janeiro**. Orientadora: Wania Regina Coutinho Gonzalez. 2020 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10939480>. Acesso em: 10 maio 2021.

SPECK, Raquel Ângela. **Regulação das Políticas Educativas, Banco Mundial e Pdde Interativo**: a intensificação do controle sobre os resultados no contexto da gestão escolar. Orientador: ÂNGELA MARA DE BARROS LARA. 2018. 333 f. Tese (Doutorado em Educação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá - PR, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7101537>. Acesso em: 15 maio 2019.

SOUZA, Danielly Pinheiro Gusmão. **Efeitos dos investimentos do Programa “Dinheiro Direto na Escola-PDDE” na E. E. Comendador Murta, em Itinga-MG, na percepção da sua unidade executora**. Orientador: Simão Pereira da Silva. 2017. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni - MG, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6069628>. Acesso em: 15 maio 2019.

SOUZA, Fabrício Zimmermann. **Plano de Desenvolvimento da Escola Interativo**: expressão da nova gestão pública na educação básica. Orientadora: Eneida Oto Shiroma. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3027730>. Acesso em: 15 maio 2019.

SOUZA, Vanuza Aparecida de. **O PDE-Escola na versão PDDE Interativo: aproximações e/ou distanciamentos da gestão democrática da escola.** Orientador: Marcelo Soares Pereira da Silva. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7591516>. Acesso em: 15 maio 2019.

TRENTIN, Elisangela Krafchinski Trentin. **Qualidade da educação e gestão escolar na rede municipal de Canoas/RS:** um estudo a partir do PDE-Interativo. Orientador: Dirléia Fanfa Sarmiento. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas - RS, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1972937>. Acesso em: 15 maio 2019.

VALENTE, Lúcia de Fátima. **Permanências e mudanças na organização do trabalho escolar nas Geraes:** uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do PDE- Escola. Orientador: Marcelo Soares Pereira da Silva. 2011. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13623/1/t.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

VIANA, Mariana Peleje. **Recursos financeiros descentralizados para a escola pública: uma política necessária.** Orientador: Rubens Barbosa de Camargo. 2015. 367 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2734920>. Acesso em: 15 maio 2019.

VIANA, Mariana Peleje. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional.** Orientador: Ângelo Ricardo de Souza. 2020. 454 f. Tese (Doutorado em EDUCAÇÃO) Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9246445>. Acesso em: 15 maio 2021.

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **Concepções e discursos em torno da gestão educacional no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR) no município de Belo Campo.** Vitória da Conquista: UESB. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. 2015. Orientadora: Profa. Dra. Sandra Márcia Campos Pereira.

VOSS, Jefferson. **O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia:** sobre a responsabilidade social na publicidade impressa

brasileira. 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

WEILER, Jaqueline Maria Alexandre. **Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional**: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável. Orientador: Antonio Fernando Silveira Guerra. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí - SC, 2015.

Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2642953. Acesso em: 15 maio 2019>.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YIN, Robert. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO CIRCULAR Nº 38 - PROAM



Planejar melhor,
realizar mais



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APOIO
À EDUCAÇÃO MUNICIPAL



Ofício Circular nº 38

Salvador, 20 de maio de 2015.

Ao Dirigente Municipal de Educação

Assunto: Fortalecimento dos Programas Mais Educação e PDE Escola/ PDDE Interativo

Senhor (a) Secretário (a),

O Governo do Estado da Bahia, por meio da Coordenação de Apoio a Educação Municipal (PROAM) em articulação com o MEC/FNDE, no esforço de aprofundar o regime de colaboração entre os entes federados, conforme preconiza a legislação vigente, instituiu um grupo de trabalho para atuar no **Fortalecimento dos Programas Mais Educação e PDE Escola/PDDE Interativo**, objetivando promover a formação dos Comitês de Análise e Aprovação do PDDE Interativo, na perspectiva do fortalecimento da cultura do planejamento e da melhoria do desempenho da escola pública.

Para tanto, esta coordenação formou uma equipe que dará suporte ao Comitê Municipal, designando para apoiar o seu município a professora formadora: **Ana Lúcia Souza Guimarães**.

Para darmos início a esta ação será necessário conhecer o trabalho já realizado no município pelo Comitê supracitado. Portanto, solicitamos o preenchimento do instrumento de **Levantamento de Dados do Comitê Municipal do PDDE Interativo**, através do formulário disponível no endereço: <http://migre.me/pU1U1> que subsidiará as ações desta coordenação, com vista a qualificar o planejamento das ações de apoio aos municípios na gestão dos Programas destacados.

Reconhecemos o valor de ter Vossa Senhoria como parceiro na implementação das ações do PROAM para que possamos somar esforços no processo de êxito na execução da respectiva ação.

Atenciosamente,

Nadja Maria Amado de Jesus
Coordenadora Geral
Coordenação de Apoio a Educação Municipal

ANEXO B – PORTARIA Nº 10/15**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO
ESTADO DA BAHIA****PORTARIA Nº. 10/2015**

Dispõe sobre a instituição e nomeação do comitê Municipal do PDE Escola/PDDE interativo do município de Belo Campo- Bahia.

O Prefeito Municipal de Belo Campo, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de se adequar à ação de Fortalecimento dos **Programas Mais Educação (PME) e PDE Escola/PDDE Interativo** no âmbito do município,

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Comitê Municipal do PDE Escola/PDDE interativo do município de Belo Campo- Bahia.

Art. 2º O Comitê será constituído por representantes da Secretaria Municipal de Educação e coordenadores pedagógicos que representem os programas que integram o PDDE Interativo.

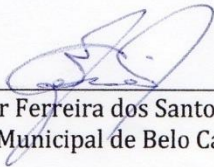
Art. 3º O Comitê tem a atribuição de conhecer bem a metodologia e as orientações do PDDE Interativo, sensibilizar e mobilizar a liderança da escola para elaboração e implementação do PDDE Interativo; auxiliar as escolas a auxiliarem seus planos de acordo com os princípios que estruturam o planejamento; comunicar-se de forma sistemática com as escolas que estão elaborando o PDDE Interativo, reunir-se periodicamente com os grupos de trabalho das escolas para monitorar as ações do plano; orientar as escolas priorizadas sobre a execução financeira e encaminhamento da prestação de contas de ações financiadas com recursos do MEC; verificar se os itens adquiridos ou contratados com recursos do PDE Escola estão sendo executados de acordo com o que consta no plano validado pelo MEC e organizar os dossiês dos programas do MEC; avaliar o plano de ação de cada escola; avaliar a compatibilidade do plano geral com as ações previstas no PAR do município; emitir um parecer técnico sobre o plano de cada escola, acompanhando o processo de validação dos planos pelo MEC, no caso de escolas priorizadas para receber recurso; avaliar a execução dos planos e os resultados alcançados.

Art. 4º Nomear as pessoas abaixo relacionadas, sob a coordenação da Dirigente Municipal de Educação, para comporem o Comitê Municipal do PDE Escola/PDDE interativo do município de Belo Campo- Bahia:

Dalvani Magnavita Ferraz – Coordenadora Geral de Educação
Jucinara Viana de Alcântara – Conselho Municipal de Educação
Susy Karla Ferraz Botelho Bomfim – Coordenadora Administrativa
Vanusa Ruas Freire Viana – Coordenadora do PDDE Interativo e Mais Educação.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Belo Campo - Bahia, 27 de julho de 2015.


César Ferreira dos Santos
Prefeito Municipal de Belo Campo

ANEXO C – COMUNICADO COPE 30/2017



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



FNDE
Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Educação

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Salvador-Ba, 06/04/2017

COMUNICADO COPE 30/2017

Assunto: **Constituição do Comitê PDDE Interativo.**

Prezados/as Dirigentes Municipais de Educação,

Recebemos desse município a manifestação de interesse em participar da Ação de Fortalecimento dos Comitês Municipais de Análise e Aprovação do PDDE Interativo. É com entusiasmo que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, no âmbito do Programa Educar para Transformar: um Pacto pela Educação, e por meio da Coordenação de Programas Especiais (COPE) propõe a parceria com os municípios baianos para atuar no Fortalecimento do Comitê de Análise e Aprovação do PDDE Interativo e suas Ações Agregadas, na perspectiva da cultura do planejamento e da melhoria do desempenho da escola pública.

Para darmos início a esta Ação, solicitamos de V. S^a. que indique o nome de duas pessoas (modelo anexo II), integrantes do Comitê Municipal do PDDE Interativo (um representante das ações do PDDE Interativo e outro do Programa Novo Mais Educação), para que atuem como interlocutores destes nos processos formativos/acompanhamento que serão promovidos pela COPE/SEC.

Com o objetivo de atualizar os dados e facilitar o trabalho desta coordenação, solicitamos também, o envio da portaria de instituição do Comitê Municipal do PDDE Interativo (Modelo Anexo III).

Reconhecemos o valor de ter Vossa Senhoria como parceiro na implementação dos projetos da COPE para que possamos somar esforços no êxito da execução da respectiva ação.

Cordialmente,

Francisca Elenir Alves
Coordenadora Geral
Coordenação de Projetos Especiais – COPE/SEC

Coordenação de Projetos Especiais
5ª Avenida Nº 550, CAB, 4º andar, sala 402 – Salvador / Bahia
Tel.: (71) 3115-1355/ 3115-1444 /3115-0152 | Fax: (71) 3115-8987

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃOFNE
Fundo Nacional de
Desenvolvimento da EducaçãoMINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

ANEXO I – Sobre o Comitê Municipal do PDDE Interativo

Em 2014, o PDE Interativo passou a se chamar PDDE Interativo. Essa mudança de nome é parte do esforço de convergência de programas que trabalham sob a égide do na Escola (PDDE) para uma plataforma única: o PDDE Interativo. Fazem parte do sistema os seguintes programas do MEC: PDE Escola Educação, Novo Mais Educação, Escola Acessível, Atleta na Escola, Escolas do Campo, Mais Cultura na Escola, Escola Sustentável e Água na Escola, Ensino Médio Inovador (POEMI) e PNLD. (Manual PDDE Interativo, 2014, pg.02).

Para o MEC, os integrantes do Comitê Municipal do PDDE Interativo, da mesma forma que o dirigente, representam, institucionalmente, a Secretaria de Educação. Por esta razão, recomenda-se que esta equipe seja designada formalmente pelo (a) dirigente de educação, por meio de um decreto ou portaria que caracterize a criação deste grupo (Manual PDDE Interativo, 2014, pg.14).

A orientação é que cada Estado e município constituam um comitê único, com no mínimo 2 e no máximo 10 integrantes, contando pelo menos com 1(um) representante de cada programa integrante do PDDE Interativo (Manual PDDE Interativo, 2014, pg. 03).

ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DO COMITÊ DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PDDE INTERATIVO SEGUNDO MANUAL DO PDDE INTERATIVO (2014):

- a) Conhecer bem a metodologia e as orientações do PDDE Interativo;
- b) Sensibilizar e motivar a liderança da escola para a elaboração e implantação do PDDE Interativo;
- c) Auxiliar as escolas a elaborarem seus planos de acordo com os princípios que estruturam o planejamento;
- d) Comunicar-se de forma sistemática com as escolas que estão elaborando o PDDE Interativo;
- e) Reunir-se periodicamente com os grupos de trabalho das escolas para monitorar as ações do plano;
- f) Orientar as escolas priorizadas sobre a execução financeira e encaminhamento da prestação de contas de ações financiadas com recursos do MEC;

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃOFNE
Fundo Nacional de
Desenvolvimento da EducaçãoMINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

- g) Verificar se os itens adquiridos ou contratados com recursos do PDE Escola se estão sendo executados de acordo com o que consta no plano validado pelo MEC e organizar os dossiês dos programas do MEC;
- h) Avaliar o plano de ação de cada escola;
- i) Avaliar a Compatibilidade do Plano Geral com as ações previstas no PAR do município;
- j) Emitir um parecer técnico sobre o plano de cada escola, acompanhando o processo de validação dos planos pelo MEC, no caso de escolas priorizadas para receber recursos;
- l) Avaliar a execução dos planos e os resultados alcançados.

ANEXO D – PORTARIA Nº 15/2017

Portarias**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO**Praça Napoleão Ferraz, 02, Centro – BELO CAMPO – BAHIA
CNPJ:14.237.333/0001-43

PORTARIA Nº 15/2017

Dispõe sobre a instituição e nomeação do Comitê Gestor do PDDE interativo e ações agregadas no município de Belo Campo- Bahia.

O Prefeito Municipal de Belo Campo, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e conforme orientações sobre o gerenciamento dos perfis constantes no Manual do PDE Interativo/MEC de 01 de janeiro de 2013 e da Portaria Conjunto SEB/SECADI nº 71 de 29 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Comitê Gestor do PDDE Interativo com objetivo de organizar e integrar as ações dos Programas vinculados ao sistema PDDE Interativo.

Art. 2º - O Comitê Gestor do PDDE Interativo será composto por um representante de cada programa vinculado ao PDDE Interativo:

I Programa Atleta na Escola: DALVANI MAGNAVITA FERRAZ – CPF 878.874.875-87

II Programa Água e Esgotamento Sanitário: NORMÂNDIO SILVA SANTOS – CPF 900.965.845-72

III Programa Escolas Sustentáveis: SUSY KARLA FERRAZ BOTELHO BOMFIM – CPF 000.895.555-70

IV Programa Escolas do Campo: CAMILA DOS REIS SOARES FERRAZ – 033.376.445-54

V Programa PDE Escola: VANUSA RUAS FREIRE VIANA – CPF 010.581.925-58

VI Formação Continuada de Professores: JANETE DOS REIS DUTRA SOARES – CPF 748.992.795-15

VII Programa Mais Educação: FABIANA TIGRE SILVA - CPF: 749.022.295-87

VIII Programa Escola Acessível: ELISÂNGELA DIAS RUAS – CPF 749.002.215-04

§ 1º - A composição do Comitê Gestor do PDDE Interativo será alterada à medida que forem sendo criados ou extintos programas que façam uso direto do sistema.

§ 2º - O Comitê Gestor do PDDE Interativo terá Coordenação rotativa, com mandato de 2 anos, ocupada por um integrante eleito por seus pares com a maioria simples de votos.

§ 3º - Caberá à coordenação do Comitê assessorar o Comitê Gestor do PDDE Interativo, considerando as necessidades e interesses específicos de cada programa integrante, nos assuntos e discussões sobre a metodologia de adesão e divulgação dos programas.

Praça Napoleão Ferraz, 02 – Fone: (77) 3437-2939 - CEP 45160-000 - Belo Campo – BA.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: 5KWOUYYIYK+NONLHTCNZOW

Esta edição encontra-se no site: www.belocampo.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

Praça Napoleão Ferraz, 02, Centro – BELO CAMPO – BAHIA
CNPJ:14.237.333/0001-43



Art. 3º Compete ao Comitê Gestor do PDDE Interativo gerenciar os perfis de acesso ao sistema e prestar assistência técnica direta às escolas.

§ 1º - São atribuições do Comitê Gestor do PDDE Interativo:

- a) Conhecer bem a metodologia e as orientações do PDDE Interativo;
- b) Sensibilizar e motivar as lideranças da escola para a implementação do PDDE Interativo;
- c) Auxiliar as escolas a elaborarem seus planos de acordo com os princípios que norteiam a convergência com os demais programas;
- d) Reunir-se periodicamente com os grupos de trabalho das escolas para monitorar as ações do programa;
- e) Orientar as escolas priorizadas sobre a execução financeira e encaminhamento da prestação de contas das ações financiadas com recursos do MEC ao setor responsável;
- f) Verificar se os itens adquiridos ou contratados com recursos do programa estão sendo executados de acordo com o que consta no plano validado pelo MEC;
- g) Avaliar a compatibilidade do Plano Geral com as ações previstas no PAR;
- h) Emitir um parecer técnico sobre o plano de cada escola, devolvendo-o para correções, se necessário, ou aprovando-o e enviando para o MEC para validação e liberação do recurso.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belo Campo, 11 de maio de 2017.



JOSÉ HENRIQUE SILVA TIGRE
Prefeito Municipal

ANEXO E – OFÍCIO CIRCULAR COPE Nº 002/2019



Salvador-BA, 27 de Março de 2019.

OFÍCIO CIRCULAR COPE Nº 002/2019

Ao Senhor Dirigente Municipal de Educação,

Assunto: Documentos de adesão à Rede Estadual de Assistência Técnica e Pedagógica aos municípios no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e ações agregadas.

Prezado Senhor Dirigente Municipal de Educação,

Ao cumprimentá-lo a Coordenação de Projetos Especiais (COPE), da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), que compreende, entre outros, a **Rede Estadual de Assistência Técnica e Pedagógica aos municípios no âmbito do Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE) e ações agregadas**, vem, por meio deste, **comunicar que confirma o recebimento da Manifestação de Interesse** do seu município em participar da mesma.

A Rede Estadual de Assistência Técnica e Pedagógica aos municípios no âmbito do Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE) e ações agregadas, constitui-se numa articulação estabelecida entre o FNDE/MEC, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e as Secretarias Municipais de Educação; implementada por meio da Coordenação de Projetos Especiais, que objetiva promover apoio técnico e pedagógico aos Comitês Gestores Municipais do PDDE Interativo e Ações Agregadas, através da formação, acompanhamento e assessoramento aos municípios no processo de apoio à gestão escolar municipal através do Programa PDDE Interativo.

A Ação foi iniciada no ano de 2015, quando todos os municípios baianos foram convidados para adesão ao biênio 2015/2016. Nesse sentido, em 2017, a Ação continuou com biênio 2017/2018, porém com o caráter certificatório para os participantes dos encontros presenciais e dos círculos formativos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Em março de 2019, por sua vez, inicia-se o biênio 2019/2020 com foco no acompanhamento e, assim sendo, todos os municípios baianos estão convidados para participar da Ação.

Portanto, para a continuidade do processo de adesão e melhor atendimento ao Comitê Gestor Municipal do PDDE Interativo, solicitamos a V.Sª. enviar os documentos listados a seguir (modelos anexados), até o prazo máximo de **10 de abril de 2019 (quarta-feira)**. Incumbe destacar que o envio no prazo dos referidos documentos é condição *sine qua non* para a continuidade nesta Rede:





1. Portaria de Constituição do Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas;
2. Ofício indicação dos representantes municipais.

A COPE ressalta que reconhece o valor de ter Vossa Senhoria como parceiro na implementação dos projetos dessa Coordenação a fim de somar esforços no êxito da execução da respectiva ação.

Favor acusar recebimento, informando o município em que atua.

Na certeza de podermos contar com a compreensão de todos os envolvidos, agradecemos antecipadamente, ao tempo em que nos colocamos à disposição para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Cordialmente,


Francisca Elenir Alves
Coordenadora Geral
Cad. 11.502.338-5
COPE/TOPA/SEC
Coordenação de Projetos Especiais (COPE)
Secretaria da Educação do Estado da Bahia



ANEXO F – PORTARIA Nº 12/2019

Sexta-feira
12 de Abril de 2019
2 - Ano - Nº 461

Belo Campo

Diário Oficial do
MUNICÍPIO

Portarias



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

Praça Napoleão Ferraz, 02, Centro – BELO CAMPO – BAHIA

CNPJ:14.237.333/0001-43



PORTARIA Nº 12/2019, de 12 abril de 2019.

Dispõe sobre a instituição e nomeação do Comitê Gestor do PDDE Interativo e ações agregadas para o Biênio (2019-2020) no município de Belo Campo- Bahia e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Belo Campo, no uso de suas atribuições legais e conforme orientações sobre o gerenciamento dos perfis constantes no Manual do PDDE Interativo/MEC de 01 de janeiro de 2013 e da Portaria Conjunta SEB/SECADI nº 71 de 29 de novembro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas com objetivo de organizar e integrar as ações dos Programas vinculados ao sistema PDDE Interativo.

Art. 2º O Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas será composto por representantes da Secretaria Municipal de Educação e um representante de cada programa vinculado ao sistema PDDE Interativo:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretário Municipal de Educação:

Nome: HERLI XAVIER LIMA

CPF: 000.072.545-55

Coordenadora do Sistema PDDE Interativo:

Nome: VANUSA RUAS FREIRE VIANA

CPF: 010.581.925-58

REPRESENTANTES DE PROGRAMAS

I. Programa Água e Esgotamento Sanitário

Nome: JUSSILENE OLIVEIRA FERRAZ

CPF: 96417749568

II. Programa Escolas Sustentáveis

Nome: RENATA SILVA ATAÍDE

CPF: 010.398.895-57

III. Programa Escolas do Campo

Nome: ROGÉRIO FERRAZ DE OLIVEIRA

CPF: 963.642.115-34

IV. Programa PDE Escola

Nome: Manuel Reis Oliveira

Praça Napoleão Ferraz, 02 – Fone: (77) 3437-2939 - CEP 45160-000 - Belo Campo – BA.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: Z7ZKROQUWWSMWOI+YSZKRG

Esta edição encontra-se no site: www.belocampo.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO**

Praça Napoleão Ferraz, 02, Centro – BELO CAMPO – BAHIA

CNPJ:14.237.333/0001-43



CPF: 162.988.398-01

V. Formação Continuada de Professores

Nome: JANETE DOS REIS DUTRA SOARES

CPF: 748.992.795-15

VI. Programa Escola Acessível:

Nome: ELISÂNGELA DIAS RUAS

CPF: 749.002.215-04

VII. Programa Novo Mais Educação

Nome: FABIANA TIGRE SILVA

CPF: 749.022.295-87

VIII. Programa Mais Alfabetização

Nome: DALVANI MAGNAVITA FERRAZ

CPF: 878.874.875-87

IX. Programa Escola do Adolescente

Nome: SUSY KARLA FERRAZ BOTELHO BOMFIM

CPF: 000.895.555-70

X. Programas do Livro

Nome: NAETE XAVIER RUAS CRUZ

CPF: 919.728.765-20

§ 1º A composição do Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas será alterada à medida que forem sendo criados ou extintos programas que façam uso direto do sistema.

§ 2º O Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas terá Coordenação rotativa, com mandato de 2019/2020, ocupada por um integrante eleito por seus pares com a maioria simples de votos.

§ 3º Caberá à coordenação do Comitê Gestor Municipal assessorar o Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas, considerando as necessidades e interesses específicos de cada programa integrante, nos assuntos e discussões sobre a metodologia de adesão e divulgação dos programas.

Art. 3º Caberá ao Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas, além de outras atribuições que possam vir a ser eventualmente atribuídas pelo MEC/FNDE, assessorar a gestão escolar, considerando as necessidades e interesses específicos de cada programa integrantes, nos assuntos e discussões acerca da metodologia de adesão, divulgação e execução e prestação de contas dos programas.

§ 1º São atribuições do Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas:

- a) Conhecer os documentos norteadores e metodologia do PDDE e Ações Agregadas;

Praça Napoleão Ferraz, 02 – Fone: (77) 3437-2939 - CEP 45160-000 - Belo Campo – BA.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: Z7ZKROQUWWSMWOI+YSZKRG

Esta edição encontra-se no site: www.belocampo.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO CAMPO

Praça Napoleão Ferraz, 02, Centro – BELO CAMPO – BAHIA

CNPJ:14.237.333/0001-43



- b) Mobilizar a equipe gestora escolar para a adesão, planejamento participativo, execução e prestação de contas do PDDE e Ações Agregadas;
- c) Acompanhar as escolas na elaboração participativa dos seus planos de execução do PDDE e Ações Agregadas, referendado na legislação específica e documentos orientadores;
- d) Orientar para a compatibilidade dos planos de execução do PDDE e Ações Agregadas, com o Projeto Político Pedagógico e Plano Municipal de Educação (PME);
- e) Acompanhar de forma sistemática as escolas que estão elaborando, executando e prestando contas acerca da execução do PDDE e Ações Agregadas, identificando possíveis equívocos e propondo soluções;
- f) Reunir-se periodicamente para planejamento e estudos;
- g) Participar regularmente, (especificamente os representantes indicados pela Secretaria Municipal de Educação) dos momentos formativos presenciais e à distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) a fins de obter êxito nos processos avaliativos;
- h) Comunicar-se, sempre que necessário ou solicitado, prioritariamente através de e-mail, com a equipe de técnicos do Estado da Bahia (COPE), integrantes da Rede Estadual de Assistência Técnica aos Municípios no âmbito do PDDE e Ações Agregadas (Rede PDDE);
- i) Informar à equipe do Estado da Bahia (COPE) da Rede Estadual de Assistência Técnica e Pedagógica aos Municípios no âmbito do PDDE e Ações Agregadas (Rede PDDE), qualquer alteração na representatividade do município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belo Campo, 12 de abril de 2019.

JOSÉ HENRIQUE SILVA TIGRE
Prefeito Municipal

APÊNDICES

APÊNDICE A
PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA
PDDE INTERATIVO/SIMEC 2011

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDE INTERATIVO/SIMEC 2011 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|--|-------------|-----------------|------|--------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|--------|-------|----------|----------------|-------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PPROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE | ATELETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA |
| 01 | COLEGIO M. DE BELO CAMPO | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 02 | COLEGIO M. LEONE LIMA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 03 | CRECHE M. CASULO IEDA BARRADAS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 04 | ESCOLA MUNICIPALIZADA ROBERTO SANTOS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 05 | E. M. ADELMARIO PINHEIRO | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 06 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 07 | E. M. ANTONIO FERRAZ | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 08 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 09 | E. M. BENIGNO FERREIRA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 10 | E. M. BERNADINO ROCHA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 11 | E. M. CASTELO BRANCO | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 12 | E. M. DANIEL RODRIGUES | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 13 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 14 | E. M. EDVALDO FLORES | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 15 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 16 | E. M. EUFRODISIO SOARES | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 17 | E. M. FILOMENA MARIA SANTANA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 18 | E. M. FRANCINO JOSE DOS SANTOS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 19 | E. M. FRANCISCO FERREIRA MORAIS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 20 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI: DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI= NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

Continuação

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDE INTERATIVO/SIMEC 2011 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|--|-------------|-----------------|------|--------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|------|-------|----------|----------------|-------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|--|--|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PPROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE | ATELETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA | | |
| 21 | E. M. JOAO FERREIRA DOS SANTOS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 22 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 23 | E. M. JOAQUIM SANTOS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 24 | E. M. JOAQUIM VICENTE XAVIER | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 25 | E. M. JOSE FERREIRA ROCHA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 26 | E. M. JOSE FRANCISCO LACERDA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 27 | E. M. JOSE MOCO FILHO | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 28 | E. M. JOSE NUNES | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 29 | E. M. JOVINO FERREIRA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 30 | E. M. JUAREZ HORTELIO | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 31 | E. M. LAURO FLORES | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 32 | E. M. LIDIO MORAIS PINTO | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 33 | E. M. MARIA FERRAZ DE OLIVEIRA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 34 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 35 | E. M. RAFAEL SOARES | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 36 | E. M. ROBERTO SANTOS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 37 | E. M. TEODORICO A CANTIL | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 38 | E. M. TERENCEO DIAS | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 39 | E. M. ULISSES GUIMARÃES | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 40 | E. M. VITORIO OLIVEIRA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI = DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI = NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

APÊNDICE B

**PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA
PDDE INTERATIVO/SIMEC 2012**

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDDE INTERATIVO/SIMEC 2012 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|---|-------------|-----------------|------|-------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|--------|-------|----------|----------------|-------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|----|----|----|----|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE | ATELETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA | | | | |
| 01 | COLEGIO M. DE BELO CAMPO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 02 | COLEGIO M. LEONE LIMA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | FV | NA | NA | FV | |
| 03 | CRECHE M. CASULO IEDA BARRADAS | SIM | 94% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | AA | AA | AA | AA | AA | AA | AA | AA | AA | AA | AA | AA | EC |
| 04 | ESCOLA MUNICIPALIZADA ROBERTO SANTOS | SIM | 67% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 05 | E. M. ADELMARIO PINHEIRO | SIM | 21% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 06 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | SIM | 94% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | EC |
| 07 | E. M. ANTONIO FERRAZ | SIM | 24% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 08 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | SIM | 24% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 09 | E. M. BENIGNO FERREIRA | SIM | 24% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 10 | E. M. BERNADINO ROCHA | SIM | 61% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 11 | E. M. CASTELO BRANCO | SIM | 24% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 12 | E. M. DANIEL RODRIGUES | SIM | 27% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 13 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | SIM | 36% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 14 | E. M. EDVALDO FLORES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 15 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | SIM | 24% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 16 | E. M. EUFRODISIO SOARES | SIM | 27% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 17 | E. M. FILOMENA MARIA SANTANA | SIM | 61% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 18 | E. M. FRANCINO JOSE DOS SANTOS | SIM | 24% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 19 | E. M. FRANCISCO FERREIRA MORAIS | SIM | 24% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 20 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | SIM | 33% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI: DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/NI= NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

APÊNDICE C
PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA
PDDE INTERATIVO/SIMEC 2013

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDDE INTERATIVO/SIMEC 2013 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|---|-------------|-----------------|------|--------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|--------|-------|----------|------------------|------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|----|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PPROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE E | ATLETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA | |
| 01 | COLEGIO M. DE BELO CAMPO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | FV | NA | FV | NA | NA | NA | NA |
| 02 | COLEGIO M. LEONE LIMA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | FV | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA |
| 03 | CRECHE M. CASULO IEDA BARRADAS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 04 | ESCOLA MUNICIPALIZADA ROBERTO SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 05 | E. M. ADELMARIO PINHEIRO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 06 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 07 | E. M. ANTONIO FERRAZ | SIM | 3% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 08 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | SIM | 0% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 09 | E. M. BENIGNO FERREIRA | SIM | 3% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 10 | E. M. BERNADINO ROCHA | SIM | 0% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 11 | E. M. CASTELO BRANCO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 12 | E. M. DANIEL RODRIGUES | SIM | 88% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 13 | E. M. DIONÉSIO FRANCISCO DE ALMEIDA | SIM | 44% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 14 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 15 | E. M. EDVALDO FLORES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | FV | NA | FV | NA | NA | NA | NA |
| 16 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | SIM | 3% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 17 | E. M. EUFRODISIO SOARES | SIM | 75% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 18 | E. M. FILOMENA MARIA SANTANA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 19 | E. M. FRANCINO JOSE DOS SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 20 | E. M. FRANCISCO FERREIRA MORAIS | NÃO | 0% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI= DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO/ / AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI= NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENT

Continuação

**PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA
PDDE INTERATIVO/SIMEC 2014**

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDDE INTERATIVO/SIMEC 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|---|-------------|-----------------|------|--------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|--------|-------|----------|----------------|----|-------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|----|----|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PPROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE | E | ATELETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA | | |
| 01 | COLEGIO M. DE BELO CAMPO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | EC | NA | NA | FV | NA | FV | FV | FV | NA | NA | FV |
| 02 | COLEGIO M. LEONE LIMA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | EC | NA | FV | NA | NA | NA | NA | FV |
| 03 | CRECHE M. CASULO IEDA BARRADAS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 04 | ESCOLA MUNICIPALIZADA ROBERTO SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | FV | FV | FV | NA | FV | NA | NA | FV |
| 05 | E. M. ADELMARIO PINHEIRO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 06 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 07 | E. M. ANTONIO FERRAZ | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | AM | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 08 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 09 | E. M. BENIGNO FERREIRA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 10 | E. M. BERNADINO ROCHA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 11 | E. M. CASTELO BRANCO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 12 | E. M. DANIEL RODRIGUES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 13 | E. M. DIONÉSIO FRANCISCO DE ALMEIDA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 14 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 15 | E. M. EDVALDO FLORES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | FV | NA | FV | NA | NA | NA | NA | FV |
| 16 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 17 | E. M. EUFRODISIO SOARES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | AM | NA | NA | NA | NA | NA | | | FV |
| 18 | E. M. FILOMENA MARIA SANTANA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PARALISADA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | E. M. FRANCINO JOSE DOS SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 20 | E. M. FRANCISCO FERREIRA MORAIS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | AM | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI: DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI= NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

Continuação

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDDE INTERATIVO 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|---|-------------|-----------------|------|--------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|------|-------|----------|----------------|------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|----|----|----|----|------------|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PPROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE | ATLETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA | | | | | |
| 21 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 22 | E. M. JOAO FERREIRA DOS SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | EC | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 23 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 24 | E. M. JOAQUIM SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 25 | E. M. JOAQUIM VICENTE XAVIER | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 26 | E. M. JOSE FERREIRA ROCHA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 27 | E. M. JOSE FRANCISCO LACERDA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 28 | E. M. JOSE MOCO FILHO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 29 | E. M. JOSE NUNES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 30 | E. M. JOVINO FERREIRA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | PARALISADA |
| 31 | E. M. JUAREZ HORTELIO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 32 | E. M. LAURO FLORES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 33 | E. M. LIDIO MORAIS PINTO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 34 | E. M. MARIA FERRAZ DE OLIVEIRA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | AM | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 35 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 36 | E. M. RAFAEL SOARES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 37 | E. M. ROBERTO SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 38 | E. M. TEODORICO A CANTIL | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 39 | E. M. TERENCIO DIAS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 40 | E. M. ULISSES GUIMARÃES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |
| 41 | E. M. VITORIO OLIVEIRA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | FV | FV | AM | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV | |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI: DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI= NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

APÊNDICE E
PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA
PDDE INTERATIVO/SIMEC 2015/2016

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDDE INTERATIVO 2015/2016 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|--|-------------|-----------------|------|--------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|--------|-------|----------|------------------|------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|--|--|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PPROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE E | ATLETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA | | |
| 01 | COLEGIO M. DE BELO CAMPO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 02 | COLEGIO M. LEONE LIMA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 03 | CRECHE M. CASULO IEDA BARRADAS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 04 | ESCOLA MUNICIPALIZADA ROBERTO SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | EC | FV | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 05 | E. M. ADELMARIO PINHEIRO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 06 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 07 | E. M. ANTONIO FERRAZ | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 08 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 09 | E. M. BENIGNO FERREIRA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | E. M. BERNADINO ROCHA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 11 | E. M. CASTELO BRANCO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 12 | E. M. DANIEL RODRIGUES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 13 | E. M. DIONÉSIO FRANCISCO DE ALMEIDA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 14 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 15 | E. M. EDVALDO FLORES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 16 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 17 | E. M. EUFRODISIO SOARES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 18 | E. M. FILOMENA MARIA SANTANA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | E. M. FRANCINO JOSE DOS SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 20 | E. M. FRANCISCO FERREIRA MORAIS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI: DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI= NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

Continuação

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDDE INTERATIVO/SIMEC 2015/2016 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|--|-------------|-----------------|------|--------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|------|-------|----------|----------------|------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|--|--|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PPROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE | ATLETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA | | |
| 21 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 22 | E. M. JOAO FERREIRA DOS SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 23 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 24 | E. M. JOAQUIM SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 25 | E. M. JOAQUIM VICENTE XAVIER | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 26 | E. M. JOSE FERREIRA ROCHA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 27 | E. M. JOSE FRANCISCO LACERDA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 28 | E. M. JOSE MOCO FILHO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 29 | E. M. JOSE NUNES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 30 | E. M. JOVINO FERREIRA | | | PARALISADA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 31 | E. M. JUAREZ HORTELIO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 32 | E. M. LAURO FLORES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 33 | E. M. LIDIO MORAIS PINTO | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 34 | E. M. MARIA FERRAZ DE OLIVEIRA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 35 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 36 | E. M. RAFAEL SOARES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 37 | E. M. ROBERTO SANTOS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 38 | E. M. TEODORICO A CANTIL | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 39 | E. M. TERENCE DIAS | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 40 | E. M. ULISSES GUIMARÃES | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |
| 41 | E. M. VITORIO OLIVEIRA | SIM | 100% | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI: DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI= NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

APÊNDICE F

**PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA
PDDE INTERATIVO/SIMEC 2017/2018**

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDDE INTERATIVO/SIMEC 2017/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|--|-------------|-----------------|------|-------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|--------|-------|----------|----------------|-------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE | ATELETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA |
| 01 | COLEGIO M. DE BELO CAMPO | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 02 | COLEGIO M. LEONE LIMA | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 03 | CRECHE M. CASULO IEDA BARRADAS | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 04 | ESCOLA MUNICIPALIZADA ROBERTO SANTOS | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 05 | E. M. ADELMARIO PINHEIRO | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 06 | E. M. ANISIO TEIXEIRA | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 07 | E. M. ANTONIO FERRAZ | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 08 | E. M. ARLIVANDE DE OLIVEIRA ROCHO | ND | | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | | | NA | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | FV |
| 09 | E. M. ARTUR DA COSTA E SILVA | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 10 | E. M. BENIGNO FERREIRA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | E. M. BERNADINO ROCHA | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 12 | E. M. CASTELO BRANCO | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 13 | E. M. DANIEL RODRIGUES | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 14 | E. M. DIONÉSIO FRANCISCO DE ALMEIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | E. M. DOMINGOS FERRAZ | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 16 | E. M. EDVALDO FLORES | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | FV |
| 17 | E. M. ESTEVAO FERRAZ | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 18 | E. M. EUFRODISIO SOARES | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NI | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 19 | E. M. FILOMENA MARIA SANTANA | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 20 | E. M. FRANCINO JOSE DOS SANTOS | ND | ND | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | DI | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI= DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI= NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

Continuação

| ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | | PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NO SISTEMA PDDE INTERATIVO/SIMEC 2017/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|--|-------------|-----------------|------|--------------|-------------|----------------|----------------------|------------|-------------|------|-------|----------|----------------|------------------|--------------|-------------|------------|--------|---------------------|--|--|
| | | ATA DO GT | DIAGNÓSTICO | SEGMENTOS NO GT | | | | | | | PLANOS | | | | | | | | | | | | |
| | | | | ALUNOS | PAIS | PPROFESSORES | DIRETOR (a) | EQUIPE GESTORA | DEMAIS PROFISSIONAIS | COMUNIDADE | ESTRATÉGICO | ÁGUA | CAMPO | INTEGRAL | ACESSIBILIDADE | ATLETA NA ESCOLA | MAIS CULTURA | SUSTENTÁVEL | PDE ESCOLA | PMALFA | FORMAÇÃO CONTINUADA | | |
| 21 | E. M. FRANCISCO FERREIRA MORAIS | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 22 | E. M. GERSON DE ALMEIDA | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 23 | E. M. JOAO FERREIRA DOS SANTOS | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | FV | | | |
| 24 | E. M. JOAQUIM CARNEIRO | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 25 | E. M. JOAQUIM SANTOS | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 26 | E. M. JOAQUIM VICENTE XAVIER DA SILVA | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 27 | E. M. JOSE FERREIRA ROCHA | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 28 | E. M. JOSE FRANCISCO LACERDA | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 29 | E. M. JOSE MOCO FILHO | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 30 | E. M. JOSE NUNES | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 31 | E. M. JOVINO FERREIRA | PARALISADA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 32 | E. M. JUAREZ HORTELIO | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 33 | E. M. LAURO FLORES | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | FV | NA | NA | NA | NA | NA | FV | | | |
| 34 | E. M. LIDIO MORAIS PINTO | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 35 | E. M. MARIA FERRAZ DE OLIVEIRA | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NI | NA | NA | NA | NA | NA | FV | | | |
| 36 | E. M. ODILON VIEIRA SANTOS | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 37 | E. M. RAFAEL SOARES | PARALISADA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 38 | E. M. ROBERTO SANTOS | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 39 | E. M. TEODORICO A CANTIL | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 40 | E. M. TERENCE DIAS | PARALISADA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 41 | E. M. ULISSES GUIMARÃES | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |
| 42 | E. M. VITORIO OLIVEIRA | ND | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | ND | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | | | |

Fonte: Sistema PDDE Interativo (Perfil Comitê Gestor)

LEGENDA: NA = NÃO SE APLICA/DI = DADO INDISPONÍVEL/FV = FINALIZADO E VALIDADO/EC = EM CADASTRAMENTO// AM = EM ANÁLISE NO MEC/ NI = NÃO INICIADO/ ND = NÃO DISPONIBILIZADO/ P = PRESENTE/ A = AUSENTE

APÊNDICE G

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA

O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais.

QUESTIONÁRIO APLICADO COM GESTORES ESCOLARES

1. Nome: (Não haverá divulgação/Informação apenas a título de organização dos dados)

2. Nível de Escolaridade e área de formação:

3. Tempo de atuação na educação:

4. Data de início e tempo de atuação como diretor escolar:

5. Identificar:

Se atua em escola urbana ou rural.

Se atua em escola de Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais.

Se atua em Escola Multisseriada.

6. Identificação (nome) da Unidade executora da Escola. (Descrever se é APM, Conselho Escolar ou outro).

7. Tendo em vista que a pesquisa traz uma abordagem sobre o PDDE, o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas gostaria que descrevesse com suas palavras, de forma resumida:

O que é o PDDE?

O que é o Sistema PDDE Interativo e qual a relevância dos programas/ações agregadas a ele vinculados para as escolas públicas?

8. A partir de suas práticas e vivências como você define o termo "gestão democrática da educação"? Utilize suas próprias palavras para descrever suas percepções sobre o tema.

- 9.** De que forma é gerenciado os recursos do PDDE na Escola? Quem são as pessoas e grupos envolvidos nas tomadas de decisão sobre o uso dos recursos?
- 10.** Você teve alguma experiência na gestão dos recursos do PDDE antes da criação do Sistema PDDE Interativo?
- 11.** Ao longo de sua existência o PDDE passou por um processo de modernização e por várias reformulações, dentre as quais podemos destacar a criação do Sistema PDDE Interativo. Como você avalia o surgimento desta ferramenta? Trouxe mais melhorias ou inseriu mais dificuldades no processo de gestão dos recursos da escola?
- 12.** Como é constituído o Grupo de Trabalho (GT) e de suas ações agregadas na escola? De que forma são escolhidos os membros participantes do Grupo de Trabalho (GT)?
- 13.** Quem é responsável pelo preenchimento do diagnóstico e registro dos planos de ação da escola no Sistema PDDE Interativo? O GT é consultado no momento de responder as questões e elaborar o plano de ação?
- 14.** No decorrer da sua experiência na gestão do Sistema PDDE Interativo foi cometida alguma falha por parte da gestão escolar ou da gestão da Secretaria de Educação que inviabilizou o recebimento de recursos do PDDE por parte da escola? Em caso positivo mencione a falha cometida.
- 15.** Como você fica sabendo das mudanças na legislação das ações do PDDE ou mudanças no próprio Sistema PDDE Interativo?
- 16.** Você conhece os membros do Comitê Gestor Municipal do PDDE Interativo e ações agregadas?
- 17.** Você faz parte do Comitê Gestor Municipal? Em caso positivo, com que frequência o comitê se reúne para discutir as ações do PDDE?
- 18.** Você recebeu ou recebe orientações por parte do Comitê Gestor Municipal que contribuem com a execução dos recursos e uso adequado do Sistema PDDE Interativo? Em caso positivo mencione quais orientações são comumente repassadas? As orientações são passadas de modo presencial ou há outros canais de comunicação?
- 19.** Como se dá o processo de prestação de contas dos recursos do PDDE? Quem participa? A comunidade escolar é informada sobre os gastos e decisões?
- 20.** Há dificuldades no processo de prestação de contas? Em caso positivo comente as dificuldades vivenciadas.

- 21.** Há ou houve interferências da Secretaria de Educação quanto a forma de gastar os recursos, ou prevalece a autonomia da escola no processo de priorização dos gastos?
- 22.** Já ouviu falar da Rede PDDE Bahia? Conhece suas ações?
- 23.** Dentre as ações agregadas do PDDE destaque aquelas que você acredita ter maior relevância para os resultados alcançados na Escola.
- 24.** Você acredita que as ações do PDDE contribuem com o desenvolvimento de práticas democráticas de gestão escolar, com a elevação do Ideb e a melhoria da qualidade de educação? De que forma os recursos do PDDE podem melhorar o Ideb?
- 25.** Você participa ou já participou de formação sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo? Quem promove ou promoveu essas formações?
- 26.** O que você acredita que pode ser melhorado no Sistema PDDE Interativo e nas ações agregadas do PDDE?

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA

O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais.

QUESTIONÁRIO APLICADO COM REPRESENTANTE DA REDE PDDE BAHIA

Este formulário contém questões abertas que fazem parte da pesquisa intitulada "**O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais**", financiada pelo [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico](#) (CNPq), desenvolvida pela Doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo Vanusa Ruas Freire Viana, orientada pelo Professor Doutor Rubens Barbosa de Camargo, da Área de Concentração: Estado, sociedade e educação e da Linha de Pesquisa: Política, gestão, financiamento e avaliação da educação.

O formulário deve ser preenchido por um representante da Rede PDDE Bahia, com vistas a colaborar com os objetivos propostos para a pesquisa. A participação neste estudo é voluntária e na divulgação dos resultados sua identidade será mantida no mais absoluto sigilo, omitindo-se todas as informações que permitam identificá-lo. Se em algum momento o sujeito se sentir identificado ou prejudicado, este poderá responsabilizar os responsáveis diretos pela pesquisa.

Contato da Pesquisadora: (77) 99999-6691

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0823228922481735>

1. Nome: (Não haverá divulgação/Informação apenas a título de organização dos dados)
2. Nível de Escolaridade e área de formação:
3. Tempo de atuação na área de educação:
4. Função desempenhada na Rede PDDE Bahia e tempo total de atuação junto ao programa.
5. Tendo em vista que a pesquisa traz uma abordagem sobre o PDDE, o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas gostaríamos que você descrevesse com suas palavras:

O que é o PDDE?

O que é o Sistema PDDE Interativo e qual a relevância dos programas/ações agregadas a ele vinculados para as escolas públicas?

6. Em que momento histórico (data) ocorre a criação da Rede PDDE Bahia? Comente sobre o processo histórico de constituição e a trajetória da Rede PDDE Bahia.
7. Com qual ou quais objetivos a Rede PDDE Bahia foi criada?
8. Quais atores e órgãos responsáveis pela criação da Rede PDDE Bahia?
9. Como se dá a relação da rede apoio do Programa PDDE Bahia com os municípios? É online ou presencial? Quais os canais de comunicação utilizados para atingir os municípios?
10. Quais as principais ações desenvolvidas pela Rede PDDE Bahia para dar suporte aos municípios?
11. Quais as principais dificuldades identificadas na relação estabelecida com os municípios?
12. Qual a taxa de adesão dos municípios à rede PDDE Bahia?
13. Qual a origem (fonte) dos recursos que financiam as ações da Rede PDDE Bahia? Há parcerias com instituições privadas?
14. A partir de suas práticas e vivências como você define o termo "gestão democrática da educação"? Utilize suas próprias palavras para descrever suas percepções sobre o tema.
15. Você teve alguma experiência na gestão dos recursos do PDDE ou na formação de gestores escolares antes da criação do Sistema PDDE Interativo?
16. Ao longo de sua existência o PDDE passou por um processo de modernização e por várias reformulações, dentre as quais podemos destacar a criação do Sistema PDDE Interativo. Como você avalia o surgimento desta ferramenta? Trouxe mais melhorias ou inseriu mais dificuldades no processo de gestão dos recursos da escola? Justifique sua resposta.
17. Com base no diálogo com os municípios que fazem parte da Rede PDDE Bahia você acredita que o Sistema PDDE e suas ações agregadas têm contribuído com o desenvolvimento de práticas democráticas de gestão escolar e com a melhoria da qualidade da educação e consequente elevação do Ideb?
18. Ao longo da trajetória da Rede PDDE Bahia foi possível identificar os principais desafios enfrentados pelos municípios e seus profissionais na gestão dos recursos do PDDE e do Sistema PDDE Interativo? Em caso positivo mencione os principais problemas identificados.
19. Há relatos ou canais de monitoramento que comprovem o movimento de atuação dos Comitês Gestores Municipais no âmbito de cada um dos municípios? Há evidências de que eles de fato existem para além dos documentos oficialmente publicados, se reúnem com frequência e atende aos objetivos a que se propõem?

20. Você participa ou já participou de formações sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo? Quais entes (governo federal, estadual ou municipal) ou outras instituições foram responsáveis por estas formações?

21. Quais os principais avanços conquistados pela Rede PDDE Bahia a partir das ações de apoio aos municípios que integram a rede?

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA

O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais.

QUESTIONÁRIO APLICADO COM REPRESENTANTES DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL

1. Nome: (Não haverá divulgação/Informação solicitada apenas a título de organização dos dados)
2. Nível de Escolaridade e área de formação:
3. Tempo de atuação na educação:
4. Função desempenhada na Secretaria Municipal de Educação, data de início e tempo total de atuação no Comitê Gestor Municipal do PDDE.
5. Segmento que representa ou representou na constituição do Comitê Gestor:
6. Tendo em vista que a pesquisa traz uma abordagem sobre o PDDE, o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas gostaríamos que você descrevesse com suas palavras:

O que é o PDDE?
O que é o Sistema PDDE Interativo e qual a relevância dos programas/ações agregadas a ele vinculados para as escolas públicas?
7. Você teve alguma experiência na gestão dos recursos do PDDE antes da criação do Sistema PDDE Interativo?
8. Qual o objetivo do Comitê Gestor Municipal?
9. Com qual frequência os membros do Comitê Gestor se reúnem ou se reuniam no período trabalhado?
10. Como se deu a sua escolha e a escolha dos demais membros do Comitê Gestor no município de Belo Campo?

- 11.** Como se dá ou se deu a relação do Comitê Gestor com os demais gestores escolares do município? É online? É presencial? Quais os canais de comunicação utilizados para atingir os gestores escolares?
- 12.** De qual órgão você recebe as orientações, informações sobre mudanças na legislação e demais direcionamentos repassados aos gestores escolares?
- 13.** Você participa ou já participou de formações sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo? Quem promove ou promoveu essas formações?
- 14.** A partir de suas práticas e vivências como você define o termo "gestão democrática da educação"? Utilize suas próprias palavras para descrever suas percepções sobre o tema.
- 15.** Com base na sua participação e atuação no Comitê Gestor e diálogo com gestores você acredita que a Criação do Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas têm contribuído com o desenvolvimento de práticas democráticas de gestão escolar e com a melhoria da qualidade da educação? Em caso positivo mencione as principais práticas e melhorias identificadas.
- 16.** No decorrer da sua experiência na gestão do Sistema PDDE Interativo foi cometida alguma falha por parte da gestão escolar ou da gestão da Secretaria de Educação que inviabilizou o recebimento de recursos do PDDE por parte da escola? Em caso positivo mencione a falha cometida.
- 17.** Ao longo da trajetória da sua atuação no Comitê Gestor foi possível identificar os principais desafios enfrentados pelos gestores escolares frente ao planejamento e uso dos recursos do PDDE e do Sistema PDDE Interativo? Em caso positivo mencione os principais problemas identificados.
- 18.** Quais as principais contribuições do Comitê Gestor para o desenvolvimento de boas práticas de gestão escolar quanto ao planejamento e uso dos recursos do PDDE, do Sistema PDDE Interativo e de suas ações agregadas?
- 19.** Você conhece ou chegou a conhecer a Rede PDDE Bahia, bem como seus objetivos e finalidades?
- 20.** Como você avalia a atuação da Rede PDDE Bahia junto ao município de Belo Campo?
Houve _____ contribuições?

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TÍTULO DA PESQUISA

O Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas: efeitos da atuação de gestores escolares frente ao controle público e execução de programas em escolas municipais.

QUESTIONÁRIO APLICADO COM REPRESENTANTE DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DO PDDE

1. Nome: (Não haverá divulgação/Informação apenas a título de organização dos dados)
2. Nível de Escolaridade e área de formação:
3. Tempo de atuação na educação:
4. Função desempenhada na escola, data de início e tempo total de atuação no Grupo de Trabalho (GT) do PDDE.
5. Segmento que representa na constituição do Grupo de Trabalho (GT) do PDDE:
6. De que forma você foi escolhido para fazer parte do Grupo de Trabalho (GT) do PDDE de sua escola?
7. Tendo em vista que a pesquisa traz uma abordagem sobre o PDDE, o Sistema PDDE Interativo e suas ações agregadas gostaríamos que você descrevesse com suas palavras:

O que é o PDDE?
O que é o Sistema PDDE Interativo e qual a relevância dos programas/ações agregadas a ele vinculados para as escolas públicas?
8. Você conhece a finalidade do Grupo de Trabalho (GT) do PDDE?
9. Com qual frequência os membros do Grupo de Trabalho (GT) do PDDE se reúnem?

- 10.** Como se dá a relação dos membros do Grupo de Trabalho (GT) do PDDE? Os encontros são online ou presenciais? Quais os canais de comunicação utilizados para que o GT tenha acesso às informações sobre os Programas do PDDE?
- 11.** A partir de suas práticas e vivências como você define o termo "gestão democrática da educação"? Utilize suas próprias palavras para descrever suas percepções sobre o tema.
- 12.** Você teve alguma experiência na gestão dos recursos do PDDE antes da criação do Sistema PDDE Interativo?
- 13.** Você conhece o Sistema PDDE Interativo? A gestão da escola já apresentou ao GT como funciona as ações do PDDE dentro do Sistema? Em caso positivo dê sua opinião sobre o sistema e comente sobre os benefícios ou não desta ferramenta de gestão dos recursos do PDDE.
- 14.** Os membros do GT são convidados a participarem das reuniões de tomada de decisão e prestação de contas dos recursos do PDDE e suas ações agregadas?
- 15.** Você participa ou já participou de formações sobre o PDDE e o Sistema PDDE Interativo? Quem promove ou promoveu essas formações?
- 16.** No decorrer da sua experiência no Grupo de Trabalho (GT) você sabe dizer se foi cometida alguma falha por parte da gestão escolar ou da gestão da Secretaria de Educação que inviabilizou o recebimento de recursos por parte da escola? Em caso positivo mencione a falha cometida.
- 17.** Ao longo da trajetória da sua atuação no Grupo de Trabalho (GT) foi possível identificar os principais desafios enfrentados pelos gestores escolares ou pelo GT frente ao planejamento e uso dos recursos do PDDE e do Sistema PDDE Interativo? Em caso positivo mencione os principais problemas identificados.
- 18.** Você acredita que as ações do PDDE contribuem com o desenvolvimento de práticas democráticas de gestão escolar, com a elevação do Ideb e a melhoria da qualidade de educação? De que forma os recursos do PDDE podem melhorar o Ideb?